

PODER LEGISLATIVO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CPI - 2014

AUTORES: DEPUTADO NEY LEPREVOST

SÚMULA:

REQUER A CONSTITUIÇÃO DE CPI – PARA INVESTIGAR AS DENÚNCIAS TRAZIDAS A ESTA CASA LEGISLATIVA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PSIQUIATRIA.

PROTOCOLO: Nº 2154/14-DAP

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Envia-se e encaminha-se
as Providências
19 5 14ENCAMINHE-SE À DIRETORIA LEGISLATIVA
PARA VERIFICAR REQUISITOS.

DATA:

19 MAIO 2014

PRESIDENTE:

REQUERIMENTO

Requer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por sete membros e com prazo de 120 (cento e vinte dias), para investigar as denúncias trazidas a esta Casa Legislativa em audiência pública, através da Associação Paranaense de Psiquiatria.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUEREM**, após ouvido o Soberano Plenário, e com fundamento no art. 62, §§ 1º ao 3º, da Constituição Estadual e nos art. 34, inciso II e 36 do Regimento Interno desta Casa, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por sete membros e com prazo de 120 (cento e vinte dias), para investigar as denúncias trazidas a esta Casa Legislativa em audiência pública, através da Associação Paranaense de Psiquiatria.

Os fatos determinados que a CPI investigará, na rede pública de saúde mental do Estado do Paraná, são:

I – a falta de leitos e o fechamento de ambulatórios para tratamento da saúde mental;

II – as parcerias realizadas para tratamento da saúde mental;

III – as atividades dos profissionais especializados em psiquiatria no atendimento aos leitos da saúde mental;

IV – o fim da residência médica de psiquiatria no Hospital Nossa Senhora da Luz;

V – a falta de assistência à saúde mental dos dependentes de crack;

VI – a falta de medicamentos para tratamento psiquiátrico;

VII – o estado de abandono dos pacientes com transtornos mentais graves, que coloca em risco a segurança da comunidade;

Sala das Sessões, 14 de maio de 2014.

NEY LEPREVOST

Deputado Estadual



1 - ~~Douglas Fabricio~~ 1 - Ney Leprevost.

2 - Gilson de Souza

3 - Andre Bueno

4 - Nelson Goico

5 - Bernardo R. Carli

6 - Duilio Genari

7 - Roscoe.

8 - Jonas Guimarães

9 - Cheida

10 - Pedro Lupion

11 - Douglas Fabricio

12 - Anibelli Neto

13 - Nelson Luersen

14 - Evandro Jr.

15 - Ecomavoca

16 - Elia Rusch

17 - Aciolli

18 - Hermes Brondão Jr.

19 - Nelson Justus.

20 - Gilberto Ribeiro

21 - Mauro Moraes

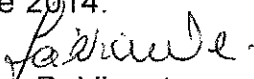
22 - Felipe Lucas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa

Certifico que o presente expediente foi autuado nesta data como CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as denúncias trazidas a esta Casa Legislativa em Audiência Pública, através da Associação Paranaense de Psiquiatria, protocolado sob nº 2154/14 – DAP, em 19/05/14

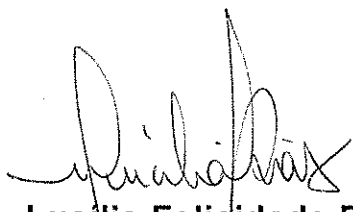
Curitiba, 20 de maio de 2014.


Fátima R. Vicente
Matrícula 40.154

1-Ciente;

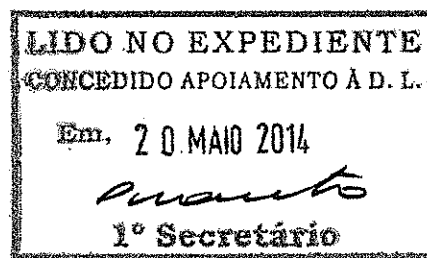
2- Anexe-se o coeficiente e expeça-se comunicado para os líderes partidários procederem à indicação dos membros.

Curitiba, 20 de maio de 2014.


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa



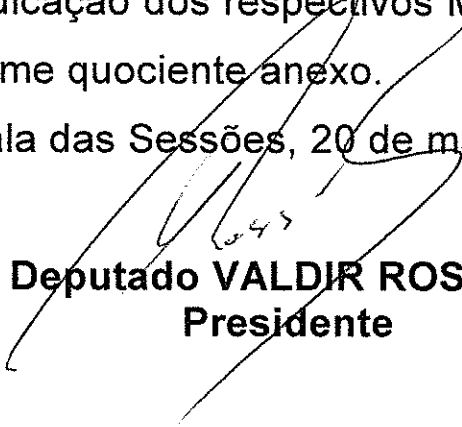
COMUNICADO



Comunicamos aos Senhores Deputados que foi apresentado na Sessão Plenária de 19 de maio de 2014, Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost, destinado à criação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO *para investigar na rede pública de saúde mental os fatos: falta de leitos e o fechamento de ambulatórios para tratamento da saúde mental; as parcerias realizadas para tratamento da saúde mental; as atividades dos profissionais especializados em psiquiatria no atendimento aos leitos da saúde mental; o fim da residência médica de psiquiatria no Hospital Nossa Senhora da Luz; a falta de assistência à saúde mental dos dependentes de crack; a falta de medicamentos para tratamento psiquiátrico; e, o estado de abandono dos pacientes com transtornos mentais graves, que coloca em risco a segurança da comunidade.*

Solicitamos aos Senhores Líderes que procedam à indicação dos respectivos Membros, em número de sete, conforme quociente anexo.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



Relação dos Indicados

Partido/Bloco	Deputados	Quociente	Membros
PMDB	13	1,685	2
PSDB	9	1,166	1
DEM	6	0,777	1
PT	6	0,777	1
PDT	4	0,518	1
PSB/PSC/PRB	7	0,907	1
Vagas Preenchidas			7



RELAÇÃO DOS INDICADOS

PMDB	ROMANELLI	WALDIR PUGLIESI
	Titular	Suplente
PMDB	STEPHANES JR	MARLA TURECK
	Titular	Suplente
ABRIV MÃO PSDB PSD	NEY CEPREUST	DULCIO GENARI
	Titular	Suplente
DEM	OSMAR BERTOLDI	PEDRO CUPION
	Titular	Suplente
PT	TONINHO WANDSCHECK	LUCIANA RAFAGNIN
	Titular	Suplente
ABRIV MÃO PDT PPS	FELIPE LUCAS	TERCÍLIO TURINI
	Titular	Suplente
PSB/PSC/PRB	GILSON DE SOUZA	PASTOR EDSON PRACZYK
	Titular	Suplente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



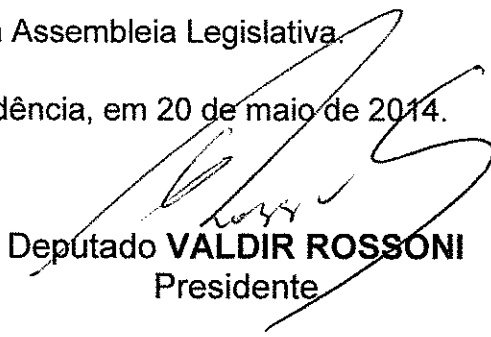
ATO DO PRESIDENTE Nº 4/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 36, do Regimento Interno,

DECLARA

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Proposição do Deputado NEY LEPREVOST, apresentada na Sessão Ordinária do dia 19 de maio de 2014, contendo vinte assinaturas e autuada nesta Diretoria Legislativa, com a finalidade de *investigar na rede pública de saúde mental, no âmbito do Estado do Paraná, os fatos: falta de leitos e o fechamento de ambulatórios para tratamento da saúde mental; as parcerias realizadas para tratamento da saúde mental; as atividades dos profissionais especializados em psiquiatria no atendimento aos leitos da saúde mental; o fim da residência médica de psiquiatria no Hospital Nossa Senhora da Luz; a falta de assistência à saúde mental dos dependentes de crack; a falta de medicamentos para tratamento psiquiátrico; e, o estado de abandono dos pacientes com transtornos mentais graves, que coloca em risco a segurança da comunidade.* A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos Deputados Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), titular e Waldyr Pugliesi (PMDB), suplente; Stephanes Junior (PMDB), titular e Marla Tureck (PSD), suplente na vaga cedida pelo PSDB; Ney Leprevost (PSD), titular e Duílio Genari (PP), suplente, vagas cedidas pelo PSDB; Osmar Bertoldi (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente; Toninho Wandscheer (PT), titular e Luciana Rafagnin (PT), suplente; Felipe Lucas (PPS), titular e Tercílio Turini (PPS), suplente, vagas cedidas pelo PDT; Gilson de Souza (PSC), titular e Pastor Edson Praczyk, suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 20 de maio de 2014.


Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de maio de 2014

VALDIR ROSSONI
Presidente
PLAUTO MIRÓ
1º Secretário
ADEMIR BIER
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 524/2014

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais com base no que dispõe a Lei Estadual nº 6.174, art. 247, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 3489 em 29 de abril de 2014,

RESOLVE:

Conceder licença especial a FRANCISCO RICARDO NETO, Matrícula nº 40.113, servidor estável do Quadro de Pessoal desta Assembleia, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUF-03, lotado na DIRETORIA DE PESSOAL, 3 (três) meses por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/1997 a 21/12/2002. O usufruto do direito concedido dar-se-á no período de 22/04/2014 a 22/07/2014, com a devida anuência de seu superior.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de maio de 2014

VALDIR ROSSONI
Presidente
PLAUTO MIRÓ
1º Secretário
ADEMIR BIER
2º Secretário

46846/2014

ATO DO PRESIDENTE Nº 4/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 36, do Regimento Interno,

DECLARA
constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme Proposição do Deputado NEY LEPREVOST, apresentada na Sessão Ordinária do dia 19 de maio de 2014, contendo vinte assinaturas e autuada nesta Diretoria Legislativa, com a finalidade de *investigar na rede pública de saúde mental, no âmbito do Estado do Paraná, os fatos: falta de leitos e o fechamento de ambulatórios para tratamento da saúde mental; as parcerias realizadas para tratamento da saúde mental; as atividades dos profissionais especializados em psiquiatria no atendimento aos leitos de saúde mental; o fim da residência médica de psiquiatria no Hospital Nossa Senhora da Luz; a falta de assistência à saúde mental dos dependentes de crack; a falta de medicamentos para tratamento psiquiátrico; e, o estado de abandono dos pacientes com transtornos mentais graves, que coloca em risco a segurança da comunidade.* A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelos Deputados Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), titular e Waldyr Pugliesi (PMDB), suplente; Stephanes Junior (PMDB), titular e Marla Tureck (PSD), suplente na vaga cedida pelo PSD; Ney Leprevost (PSD), titular e Duílio Genari (PP), suplente, vagas cedidas pelo PSD; Osmar Bertoldi (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente; Toninho Wandscheer (PT), titular e Luciana Rafagnin (PT), suplente; Felipe Lucas (PPS), titular e Tercílio Turini (PPS), suplente, vagas cedidas pelo PDT; Gilson de Souza (PSC), titular e Pastor Edson Praczyk, suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 20 de maio de 2014.

Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente

46848/2014

GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 01/2013

SÚMULA: Acrescenta parágrafos ao artigo 168 da Constituição do Estado do Paraná, disciplinando sobre a obrigatoriedade de transferência de pacientes do Sistema Único de Saúde em risco de morte, para Rede Privada, na forma que especifica.

Art. 1º. O artigo 168 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, com as seguintes redações:

Art. 168. ...

“§ 1º. Na hipótese de comprovado risco de morte de paciente do Sistema Único de Saúde e, inexistindo disponibilidade de leito de Unidade de Terapia Intensiva na Regional de Saúde da Rede Pública, cumpre ao médico clínico responsável da Unidade Pública Hospitalar, a obrigação de providenciar em caráter de emergência, a imediata transferência do paciente para uma Unidade da Rede Privada mais próxima compatível.”

“§ 2º. Cessada a emergência constante do parágrafo anterior e estabilizada a condição clínica do paciente, cumpre à Secretaria de Estado da Saúde Pública, por meio do respectivo órgão de regulação de leitos, promover o retorno do paciente para conclusão do tratamento pelo Sistema Único de Saúde.”

“§ 3º. Para efeitos do parágrafo 1º, deste artigo, Lei Complementar regulamentará a exequibilidade da transferência, disciplinando também sobre convênios com a Rede Privada e formas de ressarcimento pelo serviço prestado.”

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Assinaram os Deputados: Paranhos, Enio Verri, Nelson Luersen, André Bueno, Luiz Accorsi, Péricles de Mello, Pastor Edson Praczyk, Nelson Garcia, Professor Lemos, Marla Tureck, Tadeu Veneri, Gilberto Ribeiro, Adelino Ribeiro, Luciana Rafagnin, Toninho Wandscheer, Evandro Junior, Stephanes Junior, Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA

Defesa da vida, este é o fundamento desta Proposta de Emenda Constitucional. A vida é o bem mais relevante da existência e deve ser garantida de forma plena e saudável.

Não se pode olvidar, de que o Estado Brasileiro tem o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República, garantindo ainda a inviolabilidade dos direitos da personalidade e o direito de acesso à justiça. Dai ser imprescindível a estruturação de formas ou técnicas processuais que possam garantir a eficácia dos direitos não patrimoniais, como a saúde.

Somente em 1975, com a Lei 6.229/75, que constituiu o Sistema Nacional de Saúde, foi que se iniciou o processo em que as atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde passaram a ser obrigação do Estado. A proteção que a ordem jurídico-constitucional brasileira dispensa ao direito à saúde pode ser analisada sob os mais diversos aspectos, ganhando relevo a ótica da saúde com direito fundamental da pessoa humana, que tem implicação direta com sua eficácia e efetividade.

Assim, parte-se do entendimento de que o direito à saúde é direito fundamental subjetivo e, dessa forma, permite que sejam exigidas prestações materiais positivas do Poder Público e do provedor particular. O tema apresenta invulgar importância na atualidade, e qualquer que seja o aspecto a ser considerado, exige ampla reflexão. No caso específico a temática pertinente à garantia em casos comprovadamente emergenciais, à saúde como dever do Poder Público, especialmente, e nas relações de consumo, deverá se garantir como direito individual. No Brasil vigora atualmente um sistema misto de assistência à saúde, uma vez que se o art. 196 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) assegura que saúde é direito de todos e dever do Estado, o art. 199 da Lei maior também assegura à iniciativa privada a participação no setor.

A criação do SUS foi fruto, de várias reformas setoriais ocorridas nos anos 80, visando o acesso universal e integral às ações da promoção e proteção à saúde.

O Sistema Único de Saúde brasileiro é tido como um dos melhores do mundo, mas carece de resoluções objetivas para possa atender de forma satisfatória a crescente demanda existente.

Hoje, as Unidades Públicas de Saúde do Brasil encontram-se abarrotadas, com pacientes aguardando, até mesmo nos Prontos Atendimentos (Portas de Entrada), por vagas de leitos de Unidades de Terapia Intensiva – UTIs.

Não raro é o óbito no interim de espera por vagas de UTI, que às vezes podem demorar semanas, como bem comprovou o Relatório da CPI dos Leitos do SUS, sendo que a Rede Privada de Saúde dispõe de leitos de UTI, prontos para serem utilizados.

Um atendimento público, quando não atende aos preceitos da Constituição, deve ser corrigido mediante alteração para a prestação de determinado serviço público básico emergencial.

Dessa forma, é possível afirmar que no que se refere aos serviços de prestação de assistência à saúde, há prioridade para garantir-se o cumprimento específico da prestação, em detrimento do ressarcimento dos serviços, porque o direito à saúde tem caráter não patrimonial e é preciso existir formas jurisdicionais e constitucionais de tutela específica, do direito à saúde do paciente nas relações de saúde, objetivando medidas corretivas das falhas do processo de atendimento. Neste sentido, propõem-se alteração aditiva ao artigo 168 da Constituição do Paraná, que tem a seguinte redação:

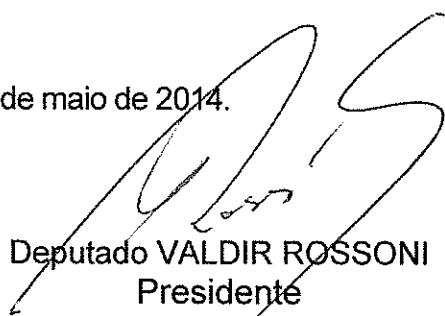
Art. 168. As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros, pessoas físicas ou



CONVOCAÇÃO

Convocamos Vossas Excelências para a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para *investigar a saúde mental, no âmbito do Estado do Paraná*, constituída pelo Ato do Presidente nº 4/2014, publicado no Diário Oficial nº 652, de 20 de maio de 2014, a ser realizada na quarta-feira, dia 21 de maio de 2014, na sala de reunião da Presidência, após a Sessão Plenária.

Curitiba, 21 de maio de 2014.

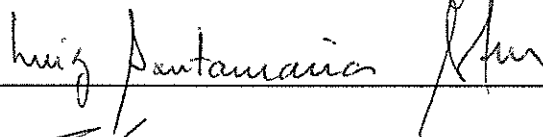

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Ciente:

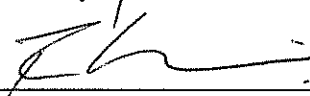
Dep. Luiz Cláudio Romanelli



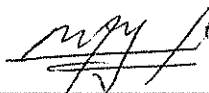
Dep. Stephanes Junior



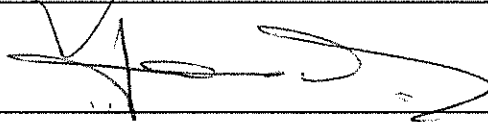
Dep. Ney Leprevost



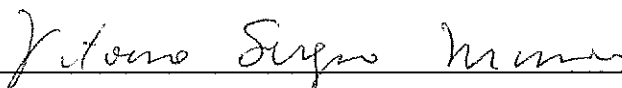
Dep. Osmar Bertoldi



Dep. Toninho Wandscheer



Dep. Felipe Lucas



Dep. Gilson de Souza





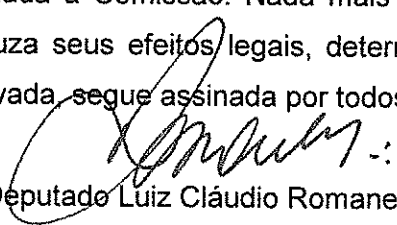
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

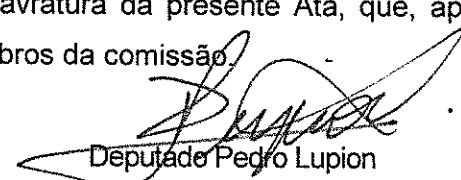
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões

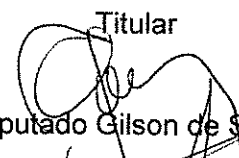


ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE MENTAL NO ESTADO DO PARANÁ (Ato do Presidente nº 4/2014)

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na Sala da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças, para instalação e eleição da Comissão Parlamentar de Inquérito da saúde mental no Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 4/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 652, de 21 de maio de 2014, com a finalidade de, nos termos da proposição apresentada, no prazo de cento e vinte dias, *“investigar na rede pública de saúde mental, no âmbito do Estado do Paraná, os fatos: falta de leitos e o fechamento de ambulatórios para tratamento da saúde mental; as parcerias realizadas para tratamento da saúde mental; as atividades dos profissionais especializados em psiquiatria no atendimento aos leitos da saúde mental; o fim da residência médica de psiquiatria no Hospital Nossa Senhora da Luz; a falta de assistência à saúde mental dos dependentes de crack; a falta de medicamentos para tratamento psiquiátrico; e, o estado de abandono dos pacientes com transtornos mentais graves, que coloca em risco a segurança da comunidade”*. Presentes os Deputados Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Pedro Lupion (DEM), Felipe Lucas (PPS) e Gilson de Souza (PSC). Ato contínuo, verificado o número legal, passou-se à eleição do Presidente e do Relator. Passando-se para à votação, foram eleitos por unanimidade, para Presidente, o Deputado Ney Leprevost e para Relator, o Deputado Felipe Lucas. Na sequência, assumindo a função de Presidente, o Deputado Ney Leprevost agradeceu a presença de todos e declarou instalada a Comissão. Nada mais havendo a tratar encerrou os trabalhos, e para que produza seus efeitos legais, determinou a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os membros da comissão.

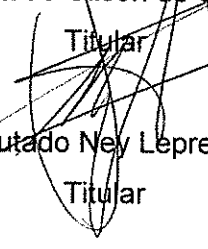

Deputado Luiz Cláudio Romanelli


Deputado Pedro Lupion

Titular

Deputado Gilson de Souza

Suplente

Deputado Felipe Lucas

Titular

Deputado Ney Leprevost
Titular

Titular

Pedro Lupion, Douglas Fabricio, Anibelli Neto, Nelson Luersen, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Elio Rusch, Roberto Aciolli, Hernas Brandão Junior, Nelson Justus, Gilberto Ribeiro, Mauro Moraes e Felipe Lucas, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, composta por sete membros e com prazo de 120 dias, para investigar as denúncias trazidas a esta Casa Legislativa em Audiência Pública, através da Associação Paranaense de Psiquiatria. Em discussão este requerimento. Este requerimento já tem mais de 18 assinaturas, então ele vai direto à Diretoria Legislativa para verificar se está dentro dos requisitos normais do nosso Regimento, e aí, Deputado Ney, vai para a Presidência para publicação. Então, já não precisa mais de aprovação do Plenário. **(Encaminhe-se à Diretoria Legislativa para verificar requisitos.)**

Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento nº 2.508/2014**, do Deputado Professor Lemos, para envio de voto de pesar aos familiares e comunidade escolar pelo falecimento da Sra. Leonilda Aparecida Peternela Alves de Souza, ocorrido no dia 19.5.2014, no Município de Nova Aurora; **Requerimento nº 2.515/2014**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sra. Elvira Stroparo Basso; **Requerimento nº 2.522/2014**, do Deputado Luiz Accorsi, para envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Arnaldo Tadakatsu Nakahara, ocorrido no dia 12.5.2014, no Município de Diamante do Norte; **Requerimento nº 2.524/2014**, do Deputado Luiz Accorsi, para envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Dionísio Assis Dal-Prá, ocorrido no dia 10.5.2014, no Município de Paranavai; **Requerimento nº 2.517/2014**, do Deputado Mauro Moraes, Presidente da Comissão de Segurança Pública, para o registro de voto de congratulações e menção honrosa ao efetivo do 10º Batalhão de Polícia Militar de Apucarana, nomes anexos no requerimento, pelos relevantes serviços prestados à Segurança Pública do Estado do Paraná; **Requerimento nº 2.521/2014**, do Deputado Paranhos, para envio de voto de congratulações e menção honrosa ao Dr. Rogério Lunardelli, pela abertura do Hospital Jácimo Lunardelli, no Município de Cascavel, que atuará 100% para o Sistema Único de Saúde, SUS; **Requerimento nº 2.523/2014**, do Deputado Anibelli Neto, para o registro de votos de congratulações e aplausos à Chapa Integração, pela eleição, no dia 14.5.2014, para conduzir os trabalhos do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, CRMV-PR, durante o triênio 10.9.2014 a 9.9.2017; **Requerimentos nºs 2.525 a 2.529/2014**, do Deputado Ney Leprevost, para envio de voto de congratulações: ao Restaurante Chaminé; ao Sr. Euclides Bogoni, pela comemoração de seus 80 anos; ao Restaurante Patrício; ao Instituto Mass Odontologia, pelos 11 anos de fundação; e à Fanfara Barão de Capanema, fundada em 1953, pelo Colégio Estadual Barão de Capanema, no Município de Prudentópolis; **Requerimento nº 2.520/2014**, do Deputado Evandro Junior, solicitando moção de aplauso ao jornal *O Diário do Norte do Paraná*, na pessoa do Presidente Franklin Vieira da Silva, por completar 40 anos de atividade; **Requerimentos nºs 2.532/2014 a 2.534/2014**, do Deputado Péricles de Mello, solicitando pedido de menção honrosa: à Vereadora de Campo Magro e ex-Presidente da Associação Comercial de Campo Magro, Cristina Balestra; à Presidente da Associação Comercial de Santa Felicidade, Ana Lucia Moro; e à Secretária de Planejamento de Campo Magro e Vice-Presidente da Associação Comercial de Santa Felicidade, Thaíza Campestre; **Requerimento nº 2.518/2014**, do Deputado Toninho Wandscheer, para envio de ofício à Senadora Gleisi Hoffmann e aos Senadores Alvaro Dias e Roberto Requião, solicitando integral apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 7.495/2006, que dispõe sobre o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a Endemias, especialmente a respeito da instituição de piso salarial para a categoria; **Requerimento nº 2.519/2014**, do Deputado Paranhos, para envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando empenho urgente no sentido de determinar o pagamento de diárias de campo aos respeitáveis policiais rodoviários do Estado, por tratar-se de medida justa e meritória pelos serviços emergenciais e de escala realizados por todo o batalhão; **Requerimento nº 2.531/2014**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando que seja encaminhado ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná requerimento para viabilizar viatura nova para o posto da Polícia Militar Rodoviária Estadual, localizado na PR-82, Km 77, no Município de Cidade Gaúcha.

Requerimentos com despacho do Presidente:

À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências: **Requerimento nº 2.530/2014**, do Deputado Elton Welter, solicitando a utilização do Plenário desta Assembleia Legislativa no dia 28.5.2014, no período das 9h às 12h, para a realização de Audiência Pública referente ao Projeto de Lei nº 145/2014; **Requerimento nº 2.535/2014**, do Deputado Péricles de Mello, solicitando a confecção de sete certificados de menção honrosa para personalidades que serão homenageadas na comemoração aos 46 anos da Federação Umbandista do Estado do Paraná, FUEP, durante a Sessão Solene que será realizada na Assembleia Legislativa no dia 22.5.2014.

Justificativas de ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento nº 2.513/2014**, do Deputado Evandro Junior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13.5.2014.

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "d" do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento nº 2.512/2014**, do Deputado Dr. Batista, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 13 e 14.5.2014.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para terça-feira, dia 20 de maio, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 58/2014 e 62/2014; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 440/2013, 95/2014 e 98/2014; e 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 136/2014. **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**. (Sessão encerrada às 15h45min, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)

47387/2014

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
Ata da 6ª Reunião Ordinária

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, observando a presença dos Membros Titulares da Comissão, Deputado Adelino Ribeiro, Deputado Elton Welter, Deputado Jonas Guimarães, Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Tércio Turini e Deputado Terno Kato, deu-se início aos trabalhos. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu as atividades agradecendo a presença dos membros citados e destacando a importância da participação de todos. Em seguida passou-se primeiramente para a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi lida e aprovada por unanimidade, passando-se diretamente para a proposição a ser analisada. O primeiro e único item em pauta apreciado pela Comissão foi o Projeto de Lei 202/2014 – Mensagem 026/2014, de autoria do Poder Executivo, o qual dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 17.876 de 19 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo efetuar doação de imóvel ao Município de Piraquara. Projeto este que teve como Relator o Deputado TERUO KATO, que ao manifestar-se positivamente ao mérito apresentado, destacou a importância da proposição, já que conforme ressaltou-se, referida matéria já teve sua constitucionalidade analisada positivamente pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, recebendo ainda análise favorável da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, emitindo-se desta forma PARECER FAVORÁVEL pela Comissão, com apoio de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente Ata que para constar, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos membros da Comissão e por mim, Daniele A. Santos, Secretária da Comissão, para que produza efeitos legais.

FRANCISCO BÜHRER
PRESIDENTE

DANIELE A. SANTOS
SECRETÁRIA
47389/2014

Comissões Especiais

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE MENTAL NO ESTADO DO PARANÁ
(Ato do Presidente nº 4/2014)

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na Sala da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças, para instalação e eleição da Comissão Parlamentar de Inquérito da saúde mental no Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 4/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 652, de 21 de maio de 2014, com a finalidade de, nos termos da proposição apresentada, no prazo de cento e vinte dias, "investigar na rede pública de saúde mental, no âmbito do Estado do Paraná, os fatos: falta de leitos e o fechamento de ambulatórios para tratamento da saúde mental; as parcerias realizadas para tratamento da saúde mental; as atividades dos profissionais especializados em psiquiatria no atendimento aos leitos da saúde mental; o fim da residência médica de psiquiatria no Hospital Nossa Senhora da Luz; a falta de assistência à saúde mental dos dependentes de crack; a falta de medicamentos para tratamento psiquiátrico; e, o estado de abandono dos pacientes com transtornos mentais graves, que coloca em risco a segurança da comunidade". Presentes os Deputados Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Pedro Lupion (DEM), Felipe Lucas (PPS) e Gilson de Souza (PSC). Ato contínuo, verificado o número legal, passou-se à eleição do Presidente e do Relator. Passando-se para a votação, foram eleitos por unanimidade, para Presidente, o Deputado Ney Leprevost e para Relator, o Deputado Felipe Lucas. Na sequência, assumindo a função de Presidente, o Deputado Ney Leprevost agradeceu a presença de todos e declarou instalada a Comissão. Nada mais havendo a tratar encerrou os trabalhos, e para que produza seus efeitos legais, determinou a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os membros da comissão.

Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Titular

Deputado Pedro Lupion
Suplente

Deputado Gilson de Souza
Titular

Deputado Felipe Lucas
Titular

Deputado Ney Leprevost
Titular

47391/2014



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



Ofício nº 96/2014/DL

Curitiba, 22 de maio de 2014.

Senhor Deputado,

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópias do requerimento de criação, Ato de constituição e Ata de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde mental no Estado do Paraná, para dar prosseguimento dos trabalhos dessa Comissão.

Atenciosamente,


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

CÓPIA

Exmo. Sr.
Deputado NEY LEPREVOST
Presidente da CPI
Nesta

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 4165
EM 22 05 14
FUNDOARIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



Ofício nº 97/2014/DL

Curitiba, 22 de maio de 2014.

Senhor Deputado,

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópias do requerimento de criação, Ato de constituição e Ata de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde mental no Estado do Paraná, para dar prosseguimento dos trabalhos dessa Comissão.

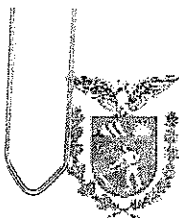
Atenciosamente,


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

CÓPIA

Exmo. Sr.
Deputado FELIPE LUCAS
Relator da CPI
Nesta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - PARANÁ
PROTOCOLADO Nº <u>9207</u>
EM <u>22,05,14</u>
_____ FUNCIONÁRIO



CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 1ª Reunião Ordinária (4/6/14), relativa à CPI da Saúde Psiquiátrica, publicada em 14/7/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 687.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 15 de junho de 2014.

Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



**ATA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quatorze, com início às dez horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a primeira reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta primeira reunião, o presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, o relator deputado Felipe Lucas e os deputados Marla Tureck, Pastor Gilson e Luiz Claudio Romanelli. O primeiro depoente foi o Dr. André Rotta Burkiewicz. Inicialmente o senhor presidente da reunião, deputado Ney Leprevost, apresentou o Dr. André Rotta e informou que o mesmo esteve em reunião em seu gabinete, juntamente com o Dr. Jurandir Marcondes Ribas, para fazer diversas denúncias sobre a saúde psiquiátrica no município de Curitiba e de modo geral no Paraná e Brasil. Solicitou que o mesmo repetisse as denúncias feitas naquela ocasião para a CPI. Passou então a palavra para o Dr. André Rotta Burkiewicz. O doutor André informou que desde 2001 foi feita uma mudança na lei brasileira, que é a Lei 10.216, que determina mudanças no sistema de assistência de saúde mental como um todo. A partir desse período foi obrigado o fechamento de hospitais psiquiátricos asilares, porém não foram abertas outras estruturas em compensação ao fechamento desses leitos no Paraná e, principalmente, na cidade de Curitiba. Ele relatou que nos últimos dois anos, o fechamento foi muito rápido e a situação atual é a existência de pouco mais de 300 leitos psiquiátricos na cidade. Segundo o doutor Rotta a lei determina o fechamento de hospitais asilares. Mas outros hospitais passaram por reformas, como por exemplo, o Hospital Bom Retiro, que saiu da sede antiga, fez uma nova sede onde foi estruturado e deveria ter mais leitos. Mas mesmo com a reforma não está sendo utilizado de forma adequada até porque estão sendo subfinanciados tantos os leitos em hospitais psiquiátricos quanto nos ambulatorios. Tivemos a abertura de CAP's em Curitiba e os ambulatorios estão saindo do sistema de atendimento, dos seis ambulatorios que tínhamos em 2012, só três estão atendendo e estamos caminhando para o fechamento de mais um ou dois. A deputada Marla Tureck questionou qual seria o número ideal de leitos, já que temos somente 300 vagas disponíveis. O doutor Rotta informou que, segundo a Organização Mundial da Saúde, o ideal seria termos 1700 leitos. O doutor informou, ainda, da questão do subfinanciamento pois a consulta do SUS paga hoje cerca de R\$14,03. Com isso as clínicas estão fechando. A Afetiva já foi fechada e, também, a Reintegrar e a Elo que era pertencente ao Hospital Hélio Rotemberg. O doutor informa que a fila de espera para leitos, atualmente na cidade chega a 4319 pessoas para consultar um psiquiatra, muitos desses esperando desde 2012. Com o fechamento desses três ambulatorios e com risco de mais um ou dois fecharem também, a situação é caótica. Questionado pelo deputado Ney Leprevost sobre as



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



doenças mais comuns desses pacientes na fila de espera, o doutor Rotta informa que em primeiro lugar é a depressão e transtornos depressivos. Ele informou, ainda, que esses pacientes são graves e não podem receber atendimento somente a cada dois meses. Em função dessa falta de leitos e atendimento, o Dr. André informou que já viu pacientes dele perambulando nas ruas, completamente transtornados. Essa situação é gravíssima pois faz aumentar o número de indigentes nas ruas de Curitiba. Pessoas que não estariam nas ruas se tivessem o atendimento necessário. Por fim, o relator Deputado Felipe Lucas questionou se a política que foi adotada atualmente na área de psiquiatria no Paraná foi uma determinação do Ministério da Saúde. O Deputado Felipe Lucas, também na qualidade de médico, lembrou a todos da necessidade e total importância de que a CPI ouça de imediato o Dr. Ricardo Sbalqueiro, responsável pelo Hospital San Julian. Em resumo foi o que se tratou nessa primeira reunião. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régnier Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário desta Comissão e pelos presentes deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost _____

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas _____

Dep. Marla Tureck _____

Dep. Pastor Gilson de Souza _____

Dep. Luiz Claudio Romanelli _____

Rafael Régnier Chemim Guimarães - Secretário da CPI

votados, que alteram a carreira dos professores e funcionários de escolas do Estado do Paraná. O que altera a carreira dos funcionários de escolas, Deputado Adelino, foi tratado durante a greve. O Governo, então, mandou a mensagem hoje - e vamos votar aqui, certamente por unanimidade, a favor - que muda o valor do auxílio-transporte, que é R\$266 e passará para R\$360. Essa diferença parece pequena, ela é de 35%, mas é muito significativa, porque ela iguala o valor pago ao professor também com um cargo no Estado, e abre o espaço para avançarmos, para um dia funcionários de escola também receberem o mesmo valor pago pela jornada de 40 horas ao professor. Igualdade de direitos e de condições para o trabalho. Um avanço importante, uma conquista importante durante a greve deste ano. Outra conquista importante que votaremos também nesta Sessão é a alteração da hora-atividade para o professor. Vai chegar, Deputado Paranhos, a 35% no início do ano que vem, no primeiro dia letivo do ano, professor com 20 horas-aula, Deputado Adelino, terá, então, sete aulas de hora-atividade e 13 aulas em sala, o que significa 35% de hora-atividade, o que é muito importante para a qualidade da educação que nós queremos para os nossos filhos no Estado do Paraná. O professor deixa de transformar sua casa numa extensão da escola, o que acaba adoecendo a si e a seus familiares. Prepara melhor as aulas, corrige o que é produzido pelos alunos, trabalhos e provas, e faz os apontamentos necessários no livro de chamada, sem ter que levar trabalho para casa, e abre espaço para contratar mais professores para atuar na educação básica no Estado do Paraná, que também é muito importante termos mais profissionais concursados para atuar na rede de educação básica do Paraná. Uma conquista importante, um acordo feito, onde participaram Deputados, o Deputado Presidente da Assembleia, Deputado Rossoni esteve juntamente com o Deputado Ademar Traiano, uma participação importante nessa discussão. A APP, organizada, inclusive em greve, acampados aqui na frente do Palácio, fiquei junto com eles, inclusive, nesse período avançou, e o Governo, hoje, cumpre esse compromisso assumido na greve. Professores e funcionários estão, de fato, contentes. Claro que satisfeitos ainda não, porque ainda temos que avançar, mas já são contentes por essa conquista importante. E avançando, também, dizer que tem outro projeto, que não chegou hoje, mas o Secretário da Educação já confirmou que na semana que vem chegará; já tem parecer favorável da PGE para os professores PSSs, aqueles que têm contrato temporário. Vão receber, também, a partir da lei aprovada - que certamente vamos aprovar na semana que vem - pela maior habilitação. Vão receber, Deputado Péricles, pela pós-graduação que têm. Isto vai ser 25% a mais para o salário do professor PSS. Então, isto é muito significativo, e vai contar para o professor estatutário o tempo trabalhado como PSS para evolução na carreira. É outro projeto, também, que virá na semana que vem. O Governo avisou, através do Secretário de Estado da Educação, que esses projetos não terão problema com relação ao período eleitoral, e virão para cá na semana que vem. Então, serão quatro projetos, em 15 dias, que atenderão, inclusive, demandas negociadas durante a greve. Quero cumprimentar a direção da APP, que aqui comparece, cumprimentar professores e funcionários de escola, cumprimentar nossos policiais e bombeiros que aqui comparecem, porque hoje é um dia histórico para os servidores públicos do Paraná. Encaminhamos, evidentemente, favoráveis a todos os projetos.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Para encaminhamento, Deputado Ademar Traiano, Líder do Governo.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade o que estamos votando hoje é exatamente fruto do entendimento feito com o Governo do Paraná, com a APP, e participaram, sim, o Deputado Lemos e outros Parlamentares. É importante que se registre aqui que esses avanços só foram possíveis pela sensibilidade do Governador Beto Richa. É histórica a hora-atividade, e sabemos que ela iniciou no Governo do nosso querido e saudoso José Richa, e agora se complementa com o seu filho, o Governador Beto Richa. Esse respeito que a família Richa - enquanto Governador o pai do Beto, e agora o Governador Beto Richa - tem pelos professores paranaenses tem que ser enaltecido. Apenas esse registro que gostaria de fazer, porque isso é uma marca do Governo e da família Richa para com os professores paranaenses.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não havendo mais quem queira encaminhar, vamos proceder à votação. Vamos ao voto. Sempre lembrando que teremos mais uma Sessão Extraordinária e precisamos de 28 votos na segunda, porque é lei complementar, Deputado Rasca Rodrigues. E arguem a maquininha aí. Vamos ao voto. Deputado Luersen. Vamos concluir, Srs. Deputados? Todos votaram? Encerrada a votação. **{Votaram "sim":** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Cletton Kiese, Douglas Fabricio, Dr. Batista, Dulio Genari, Elio Rusch, Elton Welzer, Elio Verri, Felipe Lucas, Fernando Scanavacca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Luersen, Neren Moura, Paranhos, Pastor Edison Praczyk, Pedro Lupton, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44 Deputados). **Não votaram:** Anibelli Neto, Artigão Junior, Caio Quintana, Evandro Junior, Maria Tureck, Nelson Justus, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Plauto Miró e Valdir Rossoni (10 Deputados). Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 10/2014.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária, marcando outra na sequência, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 167/2014, 203/2014 e 314/2014; e 2ª Discussão dos Projetos de Lei Complementar nºs 9/2014 e 10/2014. **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**. (Sessão encerrada às 11h28min, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1.3.2005, Regimento Interno.)

Processo Legislativo

Comissões Especiais

ATA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quatorze, com início às dez horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a primeira reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta primeira reunião, o presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, o relator deputado Felipe Lucas e os deputados Maria Tureck, Pastor Gilson e Luiz Claudio Romanelli. O primeiro depoente foi o Dr. André Rotta Burkiewicz. Inicialmente o senhor presidente da reunião, deputado Ney Leprevost, apresentou o Dr. André Rotta e informou que o mesmo esteve em reunião em seu gabinete, juntamente com o Dr. Jurandir Marcondes Ribas, para fazer diversas denúncias sobre a saúde psiquiátrica no município de Curitiba e de modo geral no Paraná e Brasil. Solicitou que o mesmo repetisse as denúncias feitas naquela ocasião para a CPI. Passou então a palavra para o Dr. André Rotta Burkiewicz. O doutor André informou que desde 2001 foi feita uma mudança na lei brasileira, que é a Lei 10.216, que determina mudanças no sistema de assistência de saúde mental como um todo. A partir desse período foi obrigado o fechamento de hospitais psiquiátricos asilares, porém não foram abertas outras estruturas em compensação ao fechamento desses leitos no Paraná e, principalmente, na cidade de Curitiba. Ele relatou que nos últimos dois anos, o fechamento foi muito rápido e a situação atual é a existência de pouco mais de 300 leitos psiquiátricos na cidade. Segundo o doutor Rotta a lei determina o fechamento de hospitais asilares. Mas outros hospitais passaram por reformas, como por exemplo, o Hospital Bom Retiro, que saiu da sede antiga, fez uma nova sede onde foi estruturado e deveria ter mais leitos. Mas mesmo com a reforma não está sendo utilizado de forma adequada até porque estão sendo subfinanciados tantos os leitos em hospitais psiquiátricos quanto nos ambulatórios. Tivemos a abertura de CAP's em Curitiba e os ambulatórios estão saindo do sistema de atendimento, dos seis ambulatórios que tínhamos em 2012, só três estão atendendo e estamos caminhando para o fechamento de mais um ou dois. A deputada Maria Tureck questionou qual seria o número ideal de leitos, já que temos somente 300 vagas disponíveis. O doutor Rotta informou que, segundo a Organização Mundial da Saúde, o ideal seria termos 1700 leitos. O doutor informou, ainda, da questão do subfinanciamento pois a consulta do SUS paga hoje cerca de R\$14,03. Com isso as clínicas estão fechando. A Afetiva já foi fechada e, também, a Reintegrar e a Elo que era pertencente ao Hospital Hédio Rotemberg. O doutor informa que a fila de espera para leitos, atualmente na cidade chega a 4319 pessoas para consultar um psiquiatra, muitos desses esperando desde 2012. Com o fechamento desses três ambulatórios e com risco de mais um ou dois fecharem também, a situação é caótica. Questionado pelo deputado Ney Leprevost sobre as doenças mais comuns desses pacientes na fila de espera, o doutor Rotta informa que em primeiro lugar é a depressão e transtornos depressivos. Ele informou, ainda, que esses pacientes são graves e não podem receber atendimento somente a cada dois meses. Em função dessa falta de leitos e atendimento, o Dr. André informou que já viu pacientes dele perambulando nas ruas, completamente transtornados. Essa situação é gravíssima pois faz aumentar o número de indigentes nas ruas de Curitiba. Pessoas que não estariam nas ruas se tivessem o atendimento necessário. Por fim, o relator Deputado Felipe Lucas questionou se a política que foi adotada atualmente na área de psiquiatria no Paraná foi uma determinação do Ministério da Saúde. O Deputado Felipe Lucas, também na qualidade de médico, lembrou a todos da necessidade e total importância de que a CPI ouça de imediato o Dr. Ricardo Sbalqueiro, responsável pelo Hospital San Julian. Em resumo foi o que se tratou nessa primeira reunião. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário desta Comissão e pelos presentes deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Maria Tureck

Dep. Pastor Gilson de Souza

Dep. Luiz Claudio Romanelli

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



**ATA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA**

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quatorze, com início às treze horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a segunda reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta segunda reunião, o presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, o relator deputado Felipe Lucas e os deputados Marla Tureck e o Pastor Gilson de Souza. O segundo depoente foi o Doutor Marcelo Heyde. O senhor presidente da Comissão, deputado Ney Leprevost, abriu a reunião apresentando o depoente Dr. Marcelo Heyde e informando os tópicos a serem tratados e investigados nessa reunião. O Dr. Marcelo Heyde, responsável pela área de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz, relatou no primeiro momento sobre o fechamento de 440 leitos psiquiátricos nesse hospital. Expôs, ainda, sobre o grave problema que gera o subfinanciamento do SUS com o repasse de R\$68,00 para cobrir todo o custo de internação, a saber: alimentação, medicação, hotelaria, equipe médica e enfermagem, dentre outros. Disse, também, que o valor necessário para um atendimento digno a esses pacientes seria de, no mínimo, R\$130,00. Segundo o Dr. Heyde, o fechamento do Hospital Nossa Senhora da Luz em 2013, gerou um aumento na fila de espera já que a promessa do Governo Federal de abrir novas vagas no Hospital Cajuru não ocorreu desde então. Ele afirmou que o sistema de saúde mental adotado no país foi baseado no padrão utilizado anteriormente na Itália, EUA e Inglaterra. No Brasil continua a ser adotado, mesmo tendo fracassado nos países em que foram criados e abandonados por não atender perfeitamente ao que se propõe. O doutor Marcelo declarou que somente dois medicamentos antidepressivos estão disponíveis na rede pública, o que impossibilita um melhor resultado no tratamento de pacientes em crise. O Deputado Felipe Lucas, relator da CPI, como médico lembrou ser bastante preocupante a utilização de somente uma medicação. Fez, também, uma analogia ao Estado do Rio Grande do Sul que já utiliza



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões

outros medicamentos conhecidos por sua eficácia, como a Sertralina, cujo valor econômico é similar aos dos medicamentos adotados nas unidades da Capital e do Paraná como um todo. O depoente concordou com o deputado e agradeceu a lembrança sobre esse assunto. Falta equipamentos e ambulatórios próprios. Outro grave problema exposto pelo médico é sobre a falta de isolamento adequado para atender esses pacientes em surto, colocando em risco suas próprias vidas e a de outros pacientes. Além do aumento de doentes psiquiátricos nas ruas e nas prisões. O deputado Ney Leprevost lembrou sobre a dificuldade da população do interior em conseguir atendimento pois as vagas são reduzidas para atender a tanta demanda. E também sobre a necessidade de criar uma política para saúde mental das crianças onde as mesmas sejam atendidas com atenção diferenciada. O presidente da CPI declarou que todas as denúncias apuradas até o momento serão levadas ao conhecimento do Ministério Público pois é urgente a adoção de medidas que solucionem os problemas atuais. Em resumo foi o que se registrou nesta segunda reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost _____

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas _____

Dep. Marla Tureck _____

Dep. Pastor Gilson de Souza _____

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

ATA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quatorze, com início às treze horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a segunda reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta segunda reunião, o presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, o relator deputado Felipe Lucas e os deputados Maria Tureck e o Pastor Gilson de Souza. O segundo depoente foi o Doutor Marcelo Heyde. O senhor presidente da Comissão, deputado Ney Leprevost, abriu a reunião apresentando o depoente Dr. Marcelo Heyde e informando os tópicos a serem tratados e investigados nessa reunião. O Dr. Marcelo Heyde, responsável pela área de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz, relatou no primeiro momento sobre o fechamento de 440 leitos psiquiátricos nesse hospital. Expôs, ainda, sobre o grave problema que gera o subfinanciamento do SUS com o repasse de R\$68,00 para cobrir todo o custo de internação, a saber: alimentação, medicação, hotelaria, equipe médica e enfermagem, dentre outros. Disse, também, que o valor necessário para um atendimento digno a esses pacientes seria de, no mínimo, R\$130,00. Segundo o Dr. Heyde, o fechamento do Hospital Nossa Senhora da Luz em 2013, gerou um aumento na fila de espera já que a promessa do Governo Federal de abrir novas vagas no Hospital Cajuru não ocorreu desde então. Ele afirmou que o sistema de saúde mental adotado no país foi baseado no padrão utilizado anteriormente na Itália, EUA e Inglaterra. No Brasil continua a ser adotado, mesmo tendo fracassado nos países em que foram criados e abandonados por não atender perfeitamente ao que se propõe. O doutor Marcelo declarou que somente dois medicamentos antidepressivos estão disponíveis na rede pública, o que impossibilita um melhor resultado no tratamento de pacientes em crise. O Deputado Felipe Lucas, relator da CPI, como médico lembrou ser bastante preocupante a utilização de somente uma medicação. Fez, também, uma analogia ao Estado do Rio Grande do Sul que já utiliza outros medicamentos conhecidos por sua eficácia, como a Sertralina, cujo valor econômico é similar aos dos medicamentos adotados nas unidades da Capital e do Paraná como um todo. O depoente concordou com o deputado e agradeceu a lembrança sobre esse assunto. Falta equipamentos e ambulatórios próprios. Outro grave problema exposto pelo médico é sobre a falta de isolamento adequado para atender esses pacientes em surto, colocando em risco suas próprias vidas e a de outros pacientes. Além do aumento de doentes psiquiátricos nas ruas e nas prisões. O deputado Ney Leprevost lembrou sobre a dificuldade da população do interior em conseguir atendimento pois as vagas são reduzidas para atender a tanta demanda. E também sobre a necessidade de criar uma política para saúde mental das crianças onde as mesmas sejam atendidas com atenção diferenciada. O presidente da CPI declarou que todas as denúncias apuradas até o momento serão levadas ao conhecimento do Ministério Público pois é urgente a adoção de medidas que solucionem os problemas atuais. Em resumo foi o que se registrou nesta segunda reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Maria Tureck

Dep. Pastor Gilson de Souza

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

68445/2014

ATA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e quatorze, com início às dez horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a terceira reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta terceira reunião, o presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, o relator deputado Felipe Lucas e os deputados Maria Tureck e o Pastor Gilson de Souza. O senhor presidente da Comissão, deputado Ney Leprevost, abriu a reunião informando que o terceiro depoente, Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPs de Piraquara, que ia expor sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado pela Prefeitura e traria denúncias sobre a não utilização de leitos, mesmo havendo vagas. O presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, informou aos presentes sobre ter protocolado, junto ao Ministério Público, Ofício sobre as denúncias feitas pelos Doutores Marcelo Heyde e Dr. André Rotta Burkiewicz, que foram depor na segunda reunião desta Comissão a pedido do Relator Deputado Felipe Lucas. As denúncias feitas tratam sobre os adolescentes com idade entre 16 e 18 anos que estão sendo atendidos em conjunto com os maiores de 18 anos e, também, sobre as crianças e adolescentes com transtornos psiquiátricos gerais - autismo, depressão, transtorno bipolar - serem atendidas junto com crianças e adolescentes dependentes químicos. Por fim, ficou acordado que o Doutor Ricardo Sbalqueiro será novamente convidado a depor na próxima reunião, reagendada para o dia quinze de julho de dois mil e quatorze. O presidente da Comissão deu por finalizada esta reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Maria Tureck

Dep. Pastor Gilson de Souza

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

68448/2014

Ata da 2ª Audiência Pública da Comissão Especial Agenda Paraná

(Ato do Presidente nº 5/2014)

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões desta Casa, reuniu-se a Comissão Especial Agenda Paraná - Relações do Estado com a União, com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento estadual em relação aos investimentos em logística, infraestrutura, ensino superior e novos desafios. Sob a Presidência do Deputado Wilson Quinteiro, juntamente com o Relator Deputado Luiz Claudio Romanelli, compuseram a Mesa o Deputado Douglas Fabricio; o Deputado Federal, Senhor Reinhold Stephanes; representando a Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, o Reitor e Presidente da Associação Paranaense dos Reitores, Senhor Aldo Nelson Bona; representando a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, o Diretor do Departamento do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Senhor José Maurino; representando a Secretaria de Estado da Saúde, o Diretor-Geral, Senhor Rene Moreira dos Santos; representando a Secretaria de Estado da Educação, a Diretora de Educação e Trabalho, Senhora Fabiana Campos; representando a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a Senhora Alzenir de Fátima B. Sizanowski Santos, do Programa Família Paranaense; o Presidente da Associação dos Moradores e Empresários do Bigorriño e Campina do Siqueira - Abicam, Senhor Paulo Bueno Netto e representando a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Senhor José Tarciso Fialho. A seguir, foi agradecida a presença de diversas entidades: a Controladoria Geral do Estado, representada pelos Senhores Emir Grassani e Osmar Junior; a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, representada pelo Senhor Nelson Ramos de Mello Junior; a Empresa Ser Sustentável, representada pelo Senhor Luciano Planca; a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, representada pelo Diretor do Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE, Senhor Antonio Carlos Dourado; a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, representada pelo Senhor Fernando Raphael Ferro de Lima e pela Senhora Josil Baptista; a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, representada pelas Senhoras Mariza Moreira e Danielle Antoniacomi; a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, representada pelo Senhor Eduardo Ferreira Eleutério e pelas Senhoras Maria Concepcion Fraguas e Maria de Lourdes; a Secretaria de Estado de Relações com a Comunidade, representada pelo Senhor Carlos Augusto Zeni e pela Senhora Cleimilda Santiago Neto; as Senhoras Maria Leonor Paulini e Maria do Carmo Oliveira e o Senhor Paulo Almeida, acompanhando o Senhor Rene Moreira dos Santos, representante da Secretaria de Estado da Saúde; a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, representada pelo Senhor Leandro Michel Iunklaus; a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, representada pela Senhora Jocely Maria Tomazoni Loyola; a Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, representada pelos Senhores Juliano Braga e João Arthur Mohr; o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Paraná - Sinduscon, representado pelo Senhor João Guido de Castro Campelo; o Senhor Vitor Zanetta, acompanhando o Senhor Aldo Nelson Bona, representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Para a condução dos trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Comissão, Deputado Wilson Quinteiro, que declarou abertos os trabalhos da Audiência Pública Agenda Paraná, passando a palavra para o Relator, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que agradeceu ao Deputado Douglas Fabricio, integrante da Comissão; ao Deputado Federal Reinhold Stephanes; aos servidores públicos; aos professores; aos representantes de diversas instituições; à Doutora Lucília Felicidade Dias e à Doutora Solange Cordeiro Faria. Relator o recebimento, na reunião anterior, de vários documentos e a presença do Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Senhor Cássio Taniguchi, que apresentou, na ocasião, um conjunto de questões que envolvem o desenvolvimento de políticas públicas no Estado; a questão do ensino superior estadual, a questão das rodovias, das ferrovias, do gás natural e dos portos. Agradeceu a presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes, pedindo sua contribuição nos pontos estratégicos a serem abordados pela Comissão Especial Agenda Paraná. A seguir, o Deputado Wilson Quinteiro agradeceu ao Relator e passou a palavra ao Deputado Douglas Fabricio, que cumprimentou a todos, parabenizando a iniciativa do Deputado Romanelli, citando a importância de se manter a Comissão Especial Agenda Paraná como permanente. Falou sobre o problema do ensino superior e sobre a questão das rodovias pedagiadas, exaltando a presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes, sua experiência na vida pública e sua contribuição para a Comissão Especial Agenda Paraná. Passou-se, então, a palavra ao Deputado Federal, Senhor Reinhold Stephanes, que relatou os motivos pelo qual o Paraná não é mais desenvolvido; expôs a situação do Porto de Paranaguá e do Porto de Ponta Grossa, segundo a Presidente da República, possui as melhores condições estruturais do Brasil; falou sobre o Governo Federal ter autorizado zerar a Tarifa Externa Comum - TEC, de importação do trigo, trazendo um grande impacto ao agricultor do Paraná; afirmou que o Governo Federal só funciona sob pressão e que o Paraná necessita se organizar e trabalhar para receber investimentos, unindo seus empresários, grupos e lideranças para se ter uma agenda completa. A seguir, o Deputado Wilson Quinteiro agradeceu a participação do Deputado Federal Reinhold Stephanes, e pediu sua contribuição, de forma escrita, com alguns temas para integrar a Agenda. Em seguida, fez uso da palavra o Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, Senhor Aldo Nelson Bona, que cumprimentou a todos e afirmou ser fundamental a iniciativa do grupo no estabelecimento de uma agenda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões

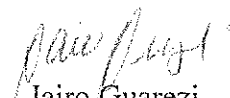


CERTIDÃO

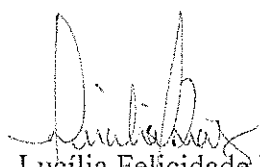
Certifico que recebi a ata original da 2ª Reunião Ordinária (18/6/14), relativa à CPI da Saúde Psiquiátrica, publicada em 14/7/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 687.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 15 de junho de 2014.


Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

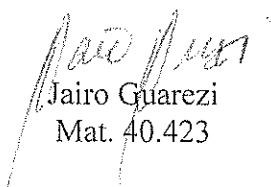


CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 3ª Reunião Ordinária (1º/7/14), relativa à CPI da Saúde Psiquiátrica, publicada em 14/7/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 687.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 15 de junho de 2014.


Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa



**ATA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA**

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e quatorze, com início às dez horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a terceira reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta terceira reunião, o presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, o relator deputado Felipe Lucas e os deputados Marla Tureck e o Pastor Gilson de Souza. O senhor presidente da Comissão, deputado Ney Leprevost, abriu a reunião informando que o terceiro depoente, Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPs de Piraquara, que irá expor sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado pela Prefeitura e traria denúncias sobre a não utilização de leitos, mesmo havendo vagas. O presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, informou aos presentes sobre ter protocolado, junto ao Ministério Público, Ofício sobre as denúncias feitas pelos Doutores Marcelo Heyde e Dr. André Rotta Burkiewicz, que foram depor na segunda reunião desta Comissão a pedido do Relator Deputado Felipe Lucas. As denúncias feitas tratam sobre os adolescentes com idade entre 16 e 18 anos que estão sendo atendidos em conjunto com os maiores de 18 anos e, também, sobre as crianças e adolescentes com transtornos psiquiátricos gerais - autismo, depressão, transtorno bipolar - serem atendidas junto com crianças e adolescentes dependentes químicos. Por fim, ficou acordado que o Doutor Ricardo Sbalqueiro será novamente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões

convidado a depor na próxima reunião, reagendada para o dia quinze de julho de dois mil e quatorze. O presidente da Comissão deu por finalizada esta reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régnier Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost _____

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas _____

Dep. Marla Tureck _____

Dep. Pastor Gilson de Souza _____

Rafael Régnier Chemim Guimarães - Secretário da CPI

ATA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quatorze, com início às treze horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a segunda reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta segunda reunião, o presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, o relator deputado Felipe Lucas e os deputados Maria Tureck e o Pastor Gilson de Souza. O segundo depoente foi o Doutor Marcelo Heyde. O senhor presidente da Comissão, deputado Ney Leprevost, abriu a reunião apresentando o depoente Dr. Marcelo Heyde e informando os tópicos a serem tratados e investigados nessa reunião. O Dr. Marcelo Heyde, responsável pela área de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz, relatou no primeiro momento sobre o fechamento de 440 leitos psiquiátricos nesse hospital. Expôs, ainda, sobre o grave problema que gera o subfinanciamento do SUS com o repasse de R\$68,00 para cobrir todo o custo de internação, a saber: alimentação, medicação, hotelaria, equipe médica e enfermagem, dentre outros. Disse, também, que o valor necessário para um atendimento digno a esses pacientes seria de, no mínimo, R\$130,00. Segundo o Dr. Heyde, o fechamento do Hospital Nossa Senhora da Luz em 2013, gerou um aumento na fila de espera já que a promessa do Governo Federal de abrir novas vagas no Hospital Cajuru não ocorreu desde então. Ele afirmou que o sistema de saúde mental adotado no país foi baseado no padrão utilizado anteriormente na Itália, EUA e Inglaterra. No Brasil continua a ser adotado, mesmo tendo fracassado nos países em que foram criados e abandonados por não atender perfeitamente ao que se propõe. O doutor Marcelo declarou que somente dois medicamentos antidepressivos estão disponíveis na rede pública, o que impossibilita um melhor resultado no tratamento de pacientes em crise. O Deputado Felipe Lucas, relator da CPI, como médico lembrou ser bastante preocupante a utilização de somente uma medicação. Fez, também, uma analogia ao Estado do Rio Grande do Sul que já utiliza outros medicamentos conhecidos por sua eficácia, como a Sertralina, cujo valor econômico é similar aos dos medicamentos adotados nas unidades da Capital e do Paraná como um todo. O depoente concordou com o deputado e agradeceu a lembrança sobre esse assunto. Falta equipamentos e ambulatórios próprios. Outro grave problema exposto pelo médico é sobre a falta de isolamento adequado para atender esses pacientes em surto, colocando em risco suas próprias vidas e a de outros pacientes. Além do aumento de doentes psiquiátricos nas ruas e nas prisões. O deputado Ney Leprevost lembrou sobre a dificuldade da população do interior em conseguir atendimento pois as vagas são reduzidas para atender a tanta demanda. E também sobre a necessidade de criar uma política para saúde mental das crianças onde as mesmas sejam atendidas com atenção diferenciada. O presidente da CPI declarou que todas as denúncias apuradas até o momento serão levadas ao conhecimento do Ministério Público pois é urgente a adoção de medidas que solucionem os problemas atuais. Em resumo foi o que se registrou nesta segunda reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Maria Tureck

Dep. Pastor Gilson de Souza

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

66445/2014

ATA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e quatorze, com início às dez horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a terceira reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta terceira reunião, o presidente da CPI, deputado Ney Leprevost, o relator deputado Felipe Lucas e os deputados Maria Tureck e o Pastor Gilson de Souza. O senhor presidente da Comissão, deputado Ney Leprevost, abriu a reunião informando que o terceiro depoente, Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiatra do CAPs de Piraquara, que já expor sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado pela Prefeitura e traria denúncias sobre a não utilização de leitos, mesmo havendo vagas. O presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, informou aos presentes sobre ter protocolado, junto ao Ministério Público, Ofício sobre as denúncias feitas pelos Doutores Marcelo Heyde e Dr. André Rotta Burkiewicz, que foram depor na segunda reunião desta Comissão a pedido do Relator Deputado Felipe Lucas. As denúncias feitas tratam sobre os adolescentes com idade entre 16 e 18 anos que estão sendo atendidos em conjunto com os maiores de 18 anos e, também, sobre as crianças e adolescentes com transtornos psiquiátricos gerais - autismo, depressão, transtorno bipolar - serem atendidas junto com crianças e adolescentes dependentes químicos. Por fim, ficou acordado que o Doutor Ricardo Sbalqueiro será novamente convidado a depor na próxima reunião, reagendada para o dia quinze de julho de dois mil e quatorze. O presidente da Comissão deu por finalizada esta reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Maria Tureck

Dep. Pastor Gilson de Souza

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

66448/2014

Ata da 2ª Audiência Pública da Comissão Especial Agenda Paraná

(Ato do Presidente nº 5/2014)

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões desta Casa, reuniu-se a Comissão Especial Agenda Paraná - Relações do Estado com a União, com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento estadual em relação aos investimentos em logística, infraestrutura, ensino superior e novos desafios. Sob a Presidência do Deputado Wilson Quinteiro, juntamente com o Relator Deputado Luiz Claudio Romanelli, compuseram a Mesa o Deputado Douglas Fabricio; o Deputado Federal, Senhor Reinhold Stephanes; representando a Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, o Reitor e Presidente da Associação Paranaense dos Reitores, Senhor Aldo Nelson Bona; representando a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, o Diretor do Departamento do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Senhor José Maurino; representando a Secretaria de Estado da Saúde, o Diretor-Geral, Senhor Rene Moreira dos Santos; representando a Secretaria de Estado da Educação, a Diretora de Educação e Trabalho, Senhora Fabiana Campos; representando a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a Senhora Alzenir de Fátima B. Sizanowski Santos, do Programa Família Paranaense; o Presidente da Associação dos Moradores e Empresários do Bigorriho e Campina do Siqueira - Abicam, Senhor Paulo Bueno Netto e representando a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Senhor José Tarciso Fialho. A seguir, foi agradecida a presença de diversas entidades: a Controladoria Geral do Estado, representada pelos Senhores Emir Grassani e Osmar Junior; a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, representada pelo Senhor Nelson Ramos de Mello Junior; a Empresa Ser Sustentável, representada pelo Senhor Luciano Pianca; a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, representada pelo Diretor do Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE, Senhor Antonio Carlos Dourado; a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, representada pelo Senhor Fernando Raphael Ferro de Lima e pela Senhora Josil Baptista; a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, representada pelas Senhoras Mariza Moreira e Danielle Antoniacomi; a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, representada pelo Senhor Eduardo Ferreira Eleutério e pelas Senhoras Maria Concepcion Fraguas e Maria de Lourdes; a Secretaria de Estado de Relações com a Comunidade, representada pelo Senhor Carlos Augusto Zeni e pela Senhora Clemlida Santiago Neto; as Senhoras Maria Leonor Paulini e Maria do Carmo Oliveira e o Senhor Paulo Almeida, acompanhando o Senhor Rene Moreira dos Santos, representante da Secretaria de Estado da Saúde; a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, representada pelo Senhor Leandro Michel Junklaus; a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, representada pela Senhora Jocely Maria Tomazoni Loyola; a Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, representada pelos Senhores Juliano Braga e João Arthur Mohr; o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Paraná - Sinduscon, representado pelo Senhor João Guido de Castro Campelo; o Senhor Vitor Zanette, acompanhando o Senhor Aldo Nelson Bona, representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Para a condução dos trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Comissão, Deputado Wilson Quinteiro, que declarou abertos os trabalhos da Audiência Pública Agenda Paraná, passando a palavra para o Relator, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que agradeceu ao Deputado Douglas Fabricio, integrante da Comissão; ao Deputado Federal Reinhold Stephanes; aos servidores públicos; aos professores; aos representantes de diversas instituições; à Doutora Lucília Felicidade Dias e à Doutora Solange Cordeiro Faria. Relatou o recebimento, na reunião anterior, de vários documentos e a presença do Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Senhor Cássio Taniguchi, que apresentou, na ocasião, um conjunto de questões que envolvem o desenvolvimento de políticas públicas no Estado; a questão do ensino superior estadual, a questão das rodovias, das ferrovias, do gás natural e dos portos. Agradeceu a presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes, pedindo sua contribuição nos pontos estratégicos a serem abordados pela Comissão Especial Agenda Paraná. A seguir, o Deputado Wilson Quinteiro agradeceu ao Relator e passou a palavra ao Deputado Douglas Fabricio, que cumprimentou a todos, parabenizando a iniciativa do Deputado Romanelli, citando a importância de se manter a Comissão Especial Agenda Paraná como permanente. Falou sobre o problema do ensino superior e sobre a questão das rodovias pedagiadas, exaltando a presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes, sua experiência na vida pública e sua contribuição para a Comissão Especial Agenda Paraná. Passou-se, então, a palavra ao Deputado Federal, Senhor Reinhold Stephanes, que relatou os motivos pelo qual o Paraná não é mais desenvolvido; expôs a situação do Porto de Paranaguá e do Porto de Ponta Grossa, segundo a Presidente da República, possui as melhores condições estruturais do Brasil; falou sobre o Governo Federal ter autorizado zerar a Tarifa Externa Comum - TEC, de importação do trigo, trazendo um grande impacto ao agricultor do Paraná; afirmou que o Governo Federal só funciona sob pressão e que o Paraná necessita se organizar e trabalhar para receber investimentos, unindo seus empresários, grupos e lideranças para se ter uma agenda completa. A seguir, o Deputado Wilson Quinteiro agradeceu a participação do Deputado Federal Reinhold Stephanes, e pediu sua contribuição, de forma escrita, com alguns temas para integrar a Agenda. Em seguida, fez uso da palavra o Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, Senhor Aldo Nelson Bona, que cumprimentou a todos e afirmou ser fundamental a iniciativa do grupo no estabelecimento de uma agenda



REQUERIMENTO

Prorrogação do prazo de vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Mental no Estado do Paraná, criada pelo Ato do Presidente nº 4, de 2014.

Senhor Presidente:

Na forma do parágrafo terceiro do artigo 36 do Regimento Interno, os Deputados adiante assinados, REQUEREM a prorrogação por mais sessenta dias, do prazo de vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Mental no Estado do Paraná, criada pelo Ato do Presidente nº 4, de 2014.

Justifica-se o presente pedido em razão do grande número de denúncias recebidas pelos membros da CPI, bem como pela necessidade de pesquisas de campo e avaliação dos dados de posse da Comissão.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2014.

Deputado Ney Leprevost
PRESIDENTE

Deputado Felipe Lucas
RELATOR

MEMBROS:

Deputado Luiz Cláudio Romanelli

Deputado Stephanes Junior

Deputado Osmar Bertoldi

Deputado Toninho Wandscheer

Deputado Gilson de Souza

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
Dt. 13/8/14

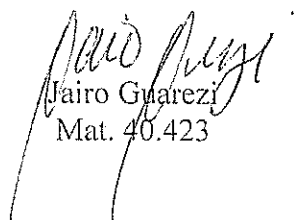


CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 4ª Reunião Ordinária (15/7/14), relativa à CPI da Saúde Psiquiátrica, publicada em 27/8/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 719.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 28 de agosto de 2014.


Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa



**ATA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA**

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e quatorze, com início às dez horas, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a quarta reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta reunião, o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, o Relator Deputado Felipe Lucas e os Deputados Duílio Genari e Professor Lemos. O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Ney Leprevost, abriu a reunião informando que o depoente seria o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara. O Dr. Ricardo Sbalqueiro iniciou seu depoimento falando sobre a caótica situação da área de psiquiatria no Estado. Afirmou que o Hospital deve ser parte de uma rede pois quando isolados não são suficientes para tratar um paciente portador de transtorno mental. Ele disse que a única forma de se conseguir um tratamento humanizado e específico para cada uma das fases de uma doença é articulando o tratamento em rede. O doutor afirmou que a falta de investimentos no setor é um dos maiores entraves para resolver a situação atual e que essa falta de investimentos é uma política nacional. O custo médio de um internamento é de R\$110,00 a diária, o Governo Federal vem repassando um valor de R\$33,95 para custear corpo clínico, médico clínico, psiquiatra, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, enfermagem, auxiliares e técnicos de enfermagem, cargos administrativos e medicação. Nota-se que o valor está totalmente defasado com a realidade atual. Dr. Ricardo afirmou, também, que os pacientes e as famílias que vêm procurar uma vaga para internamento e não conseguem, seguem para as Unidades Básicas de Saúde ou para as UPAS e recebem a informação que os leitos estão todos lotados. A Central de Leitos os orienta a esperar, pois não tem vaga. Ele afirmou possuir declarações de 37 famílias e pacientes que tiveram o mesmo problema. O Deputado Felipe Lucas, Relator da CPI, perguntou para o depoente se a Central de Leitos é única para atender o Estado. O doutor afirmou que existe uma Central de Leitos para atender o Estado e uma Central para a cidade de Curitiba, porém essa não conta com unidades para atender dependência química de adolescentes. Como as



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



famílias não conseguem internamento através da Central de Leitos, elas entram com pedido junto ao Ministério Público para internamento compulsório. O doutor declarou que, mesmo se ele verificar a necessidade de internar um paciente em seu hospital, com vagas disponíveis, ele precisará recorrer à Central de Leitos para pedir esse internamento. O Deputado Felipe Lucas questionou o Dr. Sbalqueiro se precisa passar pela Central de Leitos mesmo se encaminhado pelo médico psiquiatra, pois na área dele essa burocracia não ocorre e o Dr. Sbalqueiro disse que é, sim, necessário que a Central de Leitos reconheça a necessidade de internamento e encaminhe o pedido para que seja feito a internação. O Relator Felipe Lucas perguntou ao depoente desde quando essa situação vem ocorrendo, e o mesmo afirmou que desde 2012. Perguntou, ainda, se o Hospital San Julian é o único que atende pacientes jovens e o doutor afirmou que não, mas que é o único com especificidade em tratamento de dependência química adolescente, pois os outros são mistos. O Presidente da Comissão questionou se há uma ideologização da saúde psiquiátrica no Brasil e se ela é nociva para os pacientes, e o depoente confirmou que sim, e que a reforma que iniciou na década de 70 foi importante para valorizar o trabalho dos profissionais da área e humanizar o atendimento, feito anteriormente com medicação insuficiente e sem as mínimas garantias de melhora. Hoje, os hospitais contam com equipes multidisciplinares para atender aos pacientes. O Presidente perguntou ao doutor se essa exclusão e ideologia errônea sobre os tratamentos psiquiátricos eram mais características de segmentos políticos de esquerda ou generalizados e o doutor afirmou que de modo geral os segmentos de esquerda são mais omissos. O Relator Felipe Lucas questionou o Dr. Sbalqueiro se houve algum tipo de consenso entre a área psiquiátrica e outras áreas médicas para informar ao Governo que há um equívoco nesse Programa de Saúde Mental. O doutor declarou que a Sociedade Paranaense de Psiquiatria vem denunciando a situação já há bastante tempo, sem sucesso. O depoente afirmou que uma das denúncias que ele faz a esta comissão é sobre a ideologização do ensino na área, com a abertura de residências para atender a demanda. Também sobre o estrangulamento dos ambulatórios, que deveriam atender pacientes leves que precisam de acompanhamento, mas que não têm necessidade de CAPS. Os ambulatórios estão todos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



fechando. A principal denúncia do depoente é sobre a readequação dos valores de repasse para cada um dos serviços que estão sendo estrangulados. Para o depoente o maior problema hoje em dia é quanto ao crescimento da dependência química entre os adolescentes, área de sua especialidade. Ele afirmou que o problema é epidemiológico e gravíssimo. Um paciente dependente químico deve ser acompanhado e tratado de forma adequada para que não ofereça riscos à sociedade como um todo e a si próprio. Por isso a necessidade de que a política de assistência a esses pacientes funcione de forma efetiva. O doutor relatou, ainda, que tem 37 denúncias de famílias para repassar a essa Comissão, afirmando ter que esperar meses por um internamento, mesmo havendo vagas nos hospitais para a internação imediata. Salientou, também, que se não houver tratamento imediato de um adolescente dependente químico o risco de ele desenvolver outros transtornos psiquiátricos aumenta muito. O doutor afirmou que a educação é a única forma de garantir uma prevenção do problema. Sbalqueiro trouxe uma pesquisa feita com a população carcerária no Brasil, que descobriu que 47% da população carcerária no país tem dependência química, 26% tem algum tipo de psicose, 16% tem depressão, 10% tem risco de cometer suicídio. O que nos mostra que dentro dos presídios temos pessoas com transtornos mentais graves, que deveriam estar em tratamento e por falha desses serviços de saúde mental acabam cometendo delitos e sendo presas, situação essa que poderia ser evitada se a política de saúde mental fosse eficaz. O Presidente da Comissão deu por finalizada esta reunião. Estiveram trabalhando junto a Comissão, os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost _____

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas _____

Dep. Duílio Genari _____

Dep. Professor Lemos _____



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

órgãos federais mais respeitados do Brasil, mostrando que a Capital brasileira que mais reduziu a pobreza e a miséria no país foi a cidade de Curitiba, justamente no período em que governamos esta Capital, onde todos contribuíram, através do nosso trabalho dedicado, nossa sensibilidade, poder trazer a oportunidade de uma vida melhor a milhares e milhares de famílias que não têm a possibilidade, sem as ações de Governo, sem a ação das nossas Igrejas, de ter uma vida mais confortável, mais próspera e mais feliz.

Portanto, me somo à Assembleia Legislativa nesta justa e merecida homenagem a esta Igreja Presbiteriana, por tudo o que tem feito, pelas incontáveis e inestimáveis ações pelo fortalecimento da nossa sociedade e pelo fortalecimento da família de Curitiba, do Paraná e do Brasil. Parabéns a vocês. Juntos, estamos construindo uma sociedade melhor para se viver, mais humana, fraterna, solidária e socialmente mais justa.

Muito obrigado, parabéns à Igreja Presbiteriana, parabéns aos seus líderes, que a conduzem com muita dignidade. Que Deus nos guie e nos ilumine sempre.

Obrigado. (Aplausos)

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Para marcar esta data, esta homenagem aos 111 anos da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, convidamos a autora da lei, Deputada Mara Lima, o Deputado Valdir Rossoni e também o Governador Beto Richa, para que procedam à entrega da Lei nº 18.170/2014, que institui o Dia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil em todo o território do Estado do Paraná, a ser comemorado no dia 31 de julho de cada ano. Para receber a lei, convidamos os Srs. Reverendo Âureo Rodrigues Oliveira e o Presbítero Luiz Carlos Morosini.

(É executada música de fundo durante a entrega.)

Convidamos também a Secretária Fernanda e o Pastor Carlos para participarem deste momento.

Senhoras e senhores, um "viva" à Igreja Presbiteriana Independente do Brasil! Viva o Brasil! Viva o Paraná! (Aplausos)

Agradecemos a presença das autoridades, do Coral Paraná, sob a regência do maestro Paulo Kühn e da maestrina Elisana Kühn, e a todos os participantes, os integrantes do Coral, muito obrigada; a todos os que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo Paranaense, muito obrigada.

Convidamos os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que declaramos encerrada a presente Sessão Solene. Uma boa noite a todos.

"LEVANTA-SE A SESSÃO".

(Sessão Solene realizada na 1ª Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba iniciada às 18h.)

83355/2014

Processo Legislativo

ATA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA SAÚDE PSQUIÁTRICA

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e quatorze, com início às dez horas, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a quarta reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta reunião, o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, o Relator Deputado Felipe Lucas e os Deputados Duílio Genari e Professor Lemos. O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Ney Leprevost, abriu a reunião informando que o depoente seria o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara. O Dr. Ricardo Sbalqueiro iniciou seu depoimento falando sobre a caótica situação da área de psiquiatria no Estado. Afirmou que o Hospital deve ser parte de uma rede pois quando isolados não são suficientes para tratar um paciente portador de transtorno mental. Ele disse que a única forma de se conseguir um tratamento humanizado e específico para cada uma das fases de uma doença é articulando o tratamento em rede. O doutor afirmou que a falta de investimentos no setor é um dos maiores entraves para resolver a situação atual e que essa falta de investimentos é uma política nacional. O custo médio de um internamento é de R\$110,00 a diária, o Governo Federal vem repassando um valor de R\$33,95 para custear corpo clínico, médico clínico, psiquiatra, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, enfermagem, auxiliares e técnicos de enfermagem, cargos administrativos e medicação. Nota-se que o valor está totalmente defasado com a realidade atual. Dr. Ricardo afirmou, também, que os pacientes e as famílias que vêm procurar uma vaga para internamento e não conseguem, seguem para as Unidades Básicas de Saúde ou para as UPAS e recebem a informação que os leitos estão todos lotados. A Central de Leitos os orienta a esperar, pois não tem vaga. Ele afirmou possuir declarações de 37 famílias e pacientes que tiveram o mesmo problema. O Deputado Felipe Lucas, Relator da CPI, perguntou para o depoente se a Central de Leitos é única para atender o Estado. O doutor afirmou que

existe uma Central de Leitos para atender o Estado e uma Central para a cidade de Curitiba, porém essa não conta com unidades para atender dependência química de adolescentes. Como as famílias não conseguem internamento através da Central de Leitos, elas entram com pedido junto ao Ministério Público para internamento compulsório. O doutor declarou que, mesmo se ele verificar a necessidade de internar um paciente em seu hospital, com vagas disponíveis, ele precisará recorrer à Central de Leitos para pedir esse internamento. O Deputado Felipe Lucas questionou o Dr. Sbalqueiro se precisa passar pela Central de Leitos mesmo se encaminhado pelo médico psiquiatra, pois na área dele essa burocracia não ocorre e o Dr. Sbalqueiro disse que é, sim, necessário que a Central de Leitos reconheça a necessidade de internamento e encaminhe o pedido para que seja feito a internação. O Relator Felipe Lucas perguntou ao depoente desde quando essa situação vem ocorrendo, e o mesmo afirmou que desde 2012. Perguntou, ainda, se o Hospital San Julian é o único que atende pacientes jovens e o doutor afirmou que não, mas que é o único com especificidade em tratamento de dependência química adolescente, pois os outros são mistos. O Presidente da Comissão questionou se há uma ideologização da saúde psiquiátrica no Brasil e se ela é nociva para os pacientes, e o depoente confirmou que sim, e que a reforma que iniciou na década de 70 foi importante para valorizar o trabalho dos profissionais da área e humanizar o atendimento, feito anteriormente com medicação insuficiente e sem as mínimas garantias de melhora. Hoje, os hospitais contam com equipes multidisciplinares para atender aos pacientes. O Presidente perguntou ao doutor se essa exclusão e ideologia errônea sobre os tratamentos psiquiátricos eram mais características de segmentos políticos de esquerda ou generalizados e o doutor afirmou que de modo geral os segmentos de esquerda são mais omissos. O Relator Felipe Lucas questionou o Dr. Sbalqueiro se houve algum tipo de consenso entre a área psiquiátrica e outras áreas médicas para informar ao Governo que há um equívoco nesse Programa de Saúde Mental. O doutor declarou que a Sociedade Paranaense de Psiquiatria vem denunciando a situação já há bastante tempo, sem sucesso. O depoente afirmou que uma das denúncias que ele faz a esta comissão é sobre a ideologização do ensino na área, com a abertura de residências para atender a demanda. Também sobre o estrangulamento dos ambulatórios, que deveriam atender pacientes leves que precisam de acompanhamento, mas que não têm necessidade de CAPS. Os ambulatórios estão todos fechando. A principal denúncia do depoente é sobre a readequação dos valores de repasse para cada um dos serviços que estão sendo estrangulados. Para o depoente o maior problema hoje em dia é quanto ao crescimento da dependência química entre os adolescentes, área de sua especialidade. Ele afirmou que o problema é epidemiológico e gravíssimo. Um paciente dependente químico deve ser acompanhado e tratado de forma adequada para que não ofereça riscos à sociedade como um todo e a si próprio. Por isso a necessidade de que a política de assistência a esses pacientes funcione de forma efetiva. O doutor relatou, ainda, que tem 37 denúncias de famílias para repassar a essa Comissão, afirmando ter que esperar meses por um internamento, mesmo havendo vagas nos hospitais para a internação imediata. Salientou, também, que se não houver tratamento imediato de um adolescente dependente químico o risco de ele desenvolver outros transtornos psiquiátricos aumenta muito. O doutor afirmou que a educação é a única forma de garantir uma prevenção do problema. Sbalqueiro trouxe uma pesquisa feita com a população carcerária no Brasil, que descobriu que 47% da população carcerária no país tem dependência química, 26% tem algum tipo de psicose, 16% tem depressão, 10% tem risco de cometer suicídio. O que nos mostra que dentro dos presídios temos pessoas com transtornos mentais graves, que deveriam estar em tratamento e por falta desses serviços de saúde mental acabam cometendo delitos e sendo presas, situação essa que poderia ser evitada se a política de saúde mental fosse eficaz. O Presidente da Comissão deu por finalizada esta reunião. Estiveram trabalhando junto a Comissão, os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Duilio Genari

Dep. Professor Lemos

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

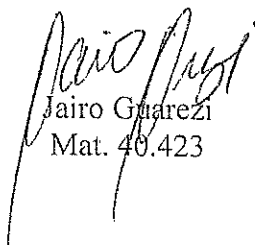


CERTIDÃO

Certifico que recebi a ata original da 5ª Reunião Ordinária (12/8/14), relativa à CPI da Saúde Psiquiátrica, publicada em 28/8/14 no Diário Oficial da Assembleia nº 721.

Certifico, ainda, que, a pedido, dela extraí cópia que confere com a original, para encaminhar à CPI.

Curitiba, 2 de setembro de 2014.


Jairo Guarezi
Mat. 40.423

Ciente.


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



ATA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSQUIÁTRICA

Ao décimo segundo dia do mês de agosto de dois mil e quatorze, com início às dez horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, para a quinta reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta reunião, o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost; o Relator Deputado Felipe Lucas; a Deputada Marla Tureck e o Deputado Duílio Genari. O Dr. Guilherme Góis, diretor da Clínica Ômega, começou expondo sobre a parte da rede ambulatorial da saúde mental. Para começar, o Dr. Góis explicou que o ambulatório de saúde mental é um serviço especializado que presta assistência a pessoas com transtornos mentais de leve a moderados, sendo referência para inúmeras consultas em psiquiatria, psicologia, assistência social e terapia ocupacional. O último dado do Ministério da Saúde, de 2012, cita que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos, em serviços ambulatoriais, em todo o Brasil. Isto abrange cerca de 9% da população. É, portanto, um serviço que tem uma importância muito grande. Esse serviço busca o tratamento, a reabilitação, a reinserção social, além da promoção da saúde mental para esta população, em geral. Nesses ambulatórios são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate estes pacientes. No Paraná existem 54 ambulatórios, contemplando 17 cidades ou consórcios de municípios. Em Curitiba existem apenas três ambulatórios. O Dr. Guilherme afirmou que até certo tempo atrás havia seis serviços. Atualmente, contamos com apenas três ambulatórios na região de Curitiba. Segundo o próprio site do Ministério da Saúde, o ambulatório não consta mais na nova RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, que é a nova portaria, publicada em 2011, o ambulatório não é mais contemplado nesta Rede de Atenção Psicossocial. Porém, os profissionais que atuam na área, principalmente os profissionais da psiquiatria, percebem a importância que este serviço tem, até pela grande abrangência de atendimentos que realizam, no atendimento a esta população. Então, mesmo não contemplado na RAPS, é um serviço de extrema importância, porque ele atende pacientes que não têm indicação de tratamento hospitalar, pacientes que não têm indicação ou que receberam altas dos CAPs, dos hospitais-dia, que são outras ferramentas de atendimento, pacientes que buscam dar continuidade a seu tratamento, aquela fase de manutenção, uma fase tão importante, para que o paciente se mantenha estabilizado. Muitas vezes é nesta fase, quando o paciente já está melhor da sua doença, que ele deve continuar o acompanhamento, sob risco de ter recaídas e recordações que levam a uma piora do seu quadro. Para o Doutor o ambulatório tem esta importância pois pode atender a uma grande quantidade de pacientes por especialistas como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e outras pessoas com experiência na área de saúde mental. O depoente afirma que vem observando, principalmente na cidade de Curitiba, uma redução da oferta de atendimento ambulatorial. Nos últimos anos, três grandes serviços fecharam as portas. A



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



principal razão desse fechamento é o financiamento escasso repassado pelo governo, o qual não possibilita uma estrutura adequada, um atendimento que consiga contratar profissionais, principalmente psiquiatras. O ambulatório da Clínica Reintegrar foi fechado em junho deste ano, o ambulatório da Clínica Elo fechou no final do ano passado, em dezembro, há dois anos o ambulatório da Clínica Afetiva fechou. Desde então, os serviços estão passando por sérias dificuldades, por questões de atraso de repasses financeiros, por parte dos poderes municipais e federais. Há, ainda, um risco iminente de que outros serviços acabem fechando por conta dessa desestruturação. O doutor citou números, principalmente referentes à Clínica Ômega, na qual nos últimos nove anos foram atendidos 574 mil pacientes. Apenas no ano passado foram 65 mil consultas nessa área de saúde mental. A grande preocupação por parte do Doutor é que caso mais clínicas fechem, como ficará o atendimento a esses pacientes, onde serão alocados e como seguirá a sequência de seus tratamentos. O plano da nova coordenação da Prefeitura dá atendimento, através das redes básicas, das unidades de saúde, dos PSFs, dos Programas Saúde da Família, com o apoio do que é chamado de matriciamento. As unidades de saúde atendem os casos de pacientes com sintomas leves, os casos mais complexos exigem um tratamento especializado, que é feito nos CAPs, o qual conta com uma estrutura já com a capacidade esgotada. Curitiba demanda um maior número de CAPs, como já foi citado nas últimas reuniões. Os ambulatórios entram como uma rede acessória, interligada com os CAPs, para poder promover a atenção a esses pacientes. E o matriciamento não dá conta de atender toda essa demanda. O psiquiatra segue uma vez por mês em cada unidade de saúde para fazer essa orientação aos clínicos. A Prefeitura está implantando, através dos NASF, que o psiquiatra passe a frequentar uma vez por semana, mas ainda sem ter condições de atender toda essa demanda, tanto que as filas de espera para atendimento ambulatorial estão enormes. O Dr. Góis afirmou que a última fila que teve acesso no mês de maio, contemplava 11 mil pacientes aguardando por atendimento. Desde então essa fila pode ter diminuído um pouco mas ele afirmou que deve estar uma média de 10 mil pacientes em uma fila de espera tanto para psiquiatria, quanto para psicologia e pacientes que estão aguardando há muito tempo nas filas. Alguns pacientes aguardam de 6 meses a 1 ano por atendimento. O ambulatório com maior fila de espera é o ambulatório da Matriz, pertencente a Prefeitura de Curitiba e gerido pela administração pública, não é um ambulatório privado, como são os outros. A questão dos atrasos, só no ano passado durante a transição da gestão Municipal do novo Prefeito, os ambulatórios ficaram seis meses sem receber qualquer recurso municipal. Um dos grandes motivos do fechamento da Clínica Reintegrar foi esse atraso de repasse de verba pois o mesmo gera atraso também no pagamento de impostos, necessários para as certidões negativas e para o recebimento dos novos pagamentos. Ainda esse ano os atrasos continuam com o pagamento agora em agosto da parcela do mês de abril o que aumenta a dificuldade de atendimento aos pacientes. Em suma, o Dr. Góis declarou que é grande a preocupação dos médicos que atendem diariamente na rede pública os pacientes de saúde mental. Ele afirmou que espera que a Comissão possa abrir os olhos dos poderes públicos para a situação atual e para a importância que esses serviços têm para a população. Outra questão é o valor pago pelas consultas que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



não tem reajuste desde 2008. O valor repassado para o atendimento psiquiátrico é de R\$14,00 e o psicológico é de R\$10,00. Descontados os impostos e a manutenção dos serviços, o profissional chega a receber R\$4,00 por consulta psicológica e R\$ 9,00 a consulta psiquiátrica. Com a demanda altíssima de pacientes e uma fila de espera gigantesca, não se consegue contratar um profissional para atender por esse valor, o que torna esse um dos maiores obstáculos para um atendimento de qualidade à população. A Prefeitura questiona a estrutura, a qualidade do atendimento, mas não dá condições para esse atendimento. Se houvesse uma melhora do financiamento, de estruturação de toda essa rede, incluindo o ambulatório nas discussões, com certeza haveria mais profissionais interessados em atender com uma maior qualidade, maior atenção e, conseqüentemente, beneficiando o paciente no final das contas. Essa política vai acabar criando dois tipos de pacientes: o que tem condições de pagar um plano de saúde para ter atendimento de um médico particular; e aquele paciente que vai ter que buscar o recurso pelo SUS, não tendo mais acesso à especialista, e vai acabar sendo atendido pelo clínico, um médico que não tem a competência específica para tratá-lo e que, em casos complexos e graves, pode gerar um grave prejuízo à saúde do paciente com riscos de tentativa de suicídio e situações de agressividade. O Deputado Ney Leprevost disse que a situação é grave e passou a palavra ao relator Dr. Felipe Lucas para fazer suas perguntas. O Relator Felipe Lucas perguntou se as cinco milhões de pessoas seriam no Brasil e o Dr. Góis respondeu que sim, que foi feita uma busca no site do Ministério da Saúde e o último número é de 2012, cinco milhões de atendimentos em ambulatórios de psiquiatria. Felipe Lucas perguntou se este número vem piorando desde 2008. O Dr. Góis disse que não recebem reajustes desde esta data por conta do Governo Federal, pois a parte do Governo Federal no contrato contempla dois valores, um valor repassado pelo Governo Federal, através do SUS e um valor que a Prefeitura de Curitiba repassa como complemento. O valor do SUS teve esse reajuste de 2007 para 2008. A parte da Prefeitura não tem reajuste desde 2005. O Deputado Felipe Lucas afirmou ser uma situação bastante dramática. E afirmou ao Presidente, à Deputada Marla e aos que acompanham a CPI que, se não for tomada alguma providência urgente dentro do setor de psiquiatria não se sabe o que vai acontecer, principalmente aqui no Paraná e em Curitiba. Disse que se preocupa com o que pode acontecer com os doentes já que precisa de atendimento urgente. O Deputado Ney passou a palavra à Deputada Marla Tureck a qual lembrou que desde o começo dessa CPI os dados apurados são alarmantes. Ela afirmou, ainda, ter chegado o momento de trazer os responsáveis pelo setor da Secretaria Municipal de Saúde para que falem sobre o quadro atual da área. As denúncias feitas à CPI devem ser repassadas aos poderes públicos para que sejam investigadas. Ela afirmou, ainda, que está na hora da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, através dos responsáveis do setor de psiquiatria, que venham aqui prestar os esclarecimentos, para que seja dada a eles a oportunidade de que digam porque está acontecendo isso. E que possam trazer alguma solução para o assunto com propostas que possam ser realizadas imediatamente. Elaborar um termo de conduta, perante essa CPI e os profissionais que aqui estão e, principalmente, perante a comunidade, para que essa realidade seja mudada. O Deputado Ney Leprevost lembrou que chegamos num momento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



que a CPI precisa ter um plano de trabalho para a continuidade, como ela não é uma CPI da Saúde de Curitiba. O Deputado Ney pediu, ainda, ao Secretário da Comissão Rafael e à Dra. Rose Vianna que façam uma força tarefa para expedir ofícios a todos os Prefeitos Municipais do Paraná bem como aos Secretários Municipais de Saúde para questionar sobre a situação da saúde mental em seus municípios. A questão principal a ser questionada com os Prefeitos e Secretários é se a situação no interior é a mesma da Capital e Região Metropolitana. Outro pedido do Presidente é que seja enviado imediatamente ao Prefeito de Curitiba, Sr. Gustavo Fruet, um relatório parcial mostrando o que foi apurado até o momento, juntamente com as notas taquigráficas de todas as reuniões, solicitando a ele que determine providências urgentes na área de saúde mental da Prefeitura de Curitiba, pois 11 mil pessoas sem atendimento de saúde psiquiátrica é uma barbaridade. O Deputado Leprevost pediu ainda um trabalho investigativo de ouvirem os pacientes, irem até os locais e descobrir a real situação da área. O Presidente afirmou que pretende protocolar um pedido de prorrogação da CPI, pois acredita que a mesma é muito complexa e precisa de mais tempo para as investigações. O Presidente declarou que uma CPI vive de credibilidade e que é a credibilidade de todos os Deputados presentes que está em jogo. No final dessa CPI, o Deputado Ney pretende chamar para depor o ex Ministro da Saúde, bem como o atual. O Deputado Leprevost disse que o problema da Saúde Mental vai desencadear uma série de outros desdobramentos em outras áreas de saúde. O Deputado Leprevost pediu um cálculo de quanto tempo leva para conseguir mandar um documento para todos os prefeitos do Paraná, daí tem que ouvir a resposta deles, vai ter que ouvir o Secretário de Saúde. A Deputada Maria Tureck pediu que seja realmente estipulado um prazo plausível visto que os municípios menores terão grande facilidade em responder, coisa de 10 dias no máximo. Mas municípios maiores como Campo Mourão, Regiões Metropolitanas, Regiões Polos, vão necessitar de mais tempo. O Presidente Ney acredita que no máximo 30 dias seria um prazo bom. O Dr. Rotta disse que em conjunto já podem chamar os pacientes. Ney disse que o ideal era ele trazer situações e pacientes que ilustrem situações diferentes, como um caso de um paciente que tenha um problema de dependência química e não consegue internamento; outro de esquizofrenia, pois seria impossível trazer os cinco mil pacientes aqui numa manhã ou duas para ouvi-los. Priorizar casos que ilustrem o que está ocorrendo em diversas áreas. O Deputado Felipe Lucas pediu a ajuda dos psiquiatras que já estiveram aqui para selecionar o grupo ou algumas pessoas por área. E disse que é importante também investigar a questão no Hospital do Idoso, se tem algum paciente que passou por alguma situação difícil ou pacientes que foram negados de irem para o CAPs. O Deputado Ney Leprevost disse ser bom também ver a questão na Secretaria da Justiça do pessoal que está encarcerado e dependentes químicos presos. Poderia também até agendar, depois, um convite, para a própria Secretária Maria Tereza, vir aqui conversar também. Ficou acertado que a próxima fase seria técnica e administrativa, com as entrevistas e envio de ofícios para os Municípios. Após essa fase, a CPI vai ouvir os pacientes; posteriormente a parte que está sendo acusada de estar falhando, como a Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura Municipal. E, depois, será feito um relatório e o convite ao Ministério da Saúde para virem depor. E aí, a CPI vai



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

apresentar sugestões para a saúde mental do Brasil, não apenas aqui de Curitiba, para que esta não seja uma CPI local, mas que atenda também a todo o país pois os problemas ocorrem em âmbito nacional. Ficou acordado que, nos próximos cinquenta dias, o Sr. Rafael Chemim Guimarães, a Dra. Rose Vianna, o Sr. Hélio de Paula e o Sr. Carlos Gabriel Zanata farão um levantamento técnico, tanto na capital quanto no interior do Estado. O Presidente da Comissão deu por finalizada esta reunião. Estiveram trabalhando junto à Comissão os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost _____

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas _____

Dep. Duílio Genari _____

Dep. Marla Tureck _____

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI _____

Processo Legislativo

ATA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Ao décimo segundo dia do mês de agosto de dois mil e quatorze, com início às dez horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, para a quinta reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta reunião, o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost; o Relator Deputado Felipe Lucas; a Deputada Marla Tureck e o Deputado Duílio Genari. O Dr. Guilherme Góis, diretor da Clínica Ômega, começou expondo sobre a parte da rede ambulatorial da saúde mental. Para começar, o Dr. Góis explicou que o ambulatório de saúde mental é um serviço especializado que presta assistência a pessoas com transtornos mentais de leve a moderados, sendo referência para inúmeras consultas em psiquiatria, psicologia, assistência social e terapia ocupacional. O último dado do Ministério da Saúde, de 2012, cita que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos, em serviços ambulatoriais, em todo o Brasil. Isto abrange cerca de 9% da população. É, portanto, um serviço que tem uma importância muito grande. Esse serviço busca o tratamento, a reabilitação, a reinserção social, além da promoção da saúde mental para esta população, em geral. Nesses ambulatórios são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate estes pacientes. No Paraná existem 54 ambulatórios, contemplando 17 cidades ou consórcios de municípios. Em Curitiba existem apenas três ambulatórios. O Dr. Guilherme afirmou que até certo tempo atrás havia seis serviços. Atualmente, contamos com apenas três ambulatórios na região de Curitiba. Segundo o próprio site do Ministério da Saúde, o ambulatório não consta mais na nova RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, que é a nova portaria, publicada em 2011, o ambulatório não é mais contemplado nesta Rede de Atenção Psicossocial. Porém, os profissionais que atuam na área, principalmente os profissionais da psiquiatria, percebem a importância que este serviço tem, até pela grande abrangência de atendimentos que realizam, no atendimento a esta população. Então, mesmo não contemplado na RAPS, é um serviço de extrema importância, porque ele atende pacientes que não têm indicação de tratamento hospitalar, pacientes que não têm indicação ou que receberam altas dos CAPs, dos hospitais-dia, que são outras ferramentas de atendimento, pacientes que buscam dar continuidade a seu tratamento, aquela fase de manutenção, uma fase tão importante, para que o paciente se mantenha estabilizado. Muitas vezes é nesta fase, quando o paciente já está melhor da sua doença, que ele deve continuar o acompanhamento, sob risco de ter recaídas e recordações que levam a uma piora do seu quadro. Para o Doutor o ambulatório tem esta importância pois pode atender a uma grande quantidade de pacientes por especialistas como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e outras pessoas com experiência na área de saúde mental. O depoente afirma que vem observando, principalmente na cidade de Curitiba, uma redução da oferta de atendimento ambulatorial. Nos últimos anos, três grandes serviços fecharam as portas. A principal razão desse fechamento é o financiamento escasso repassado pelo governo, o qual não possibilita uma estrutura adequada, um atendimento que consiga contratar profissionais, principalmente psiquiatras. O ambulatório da Clínica Reintegrar foi fechado em junho deste ano, o ambulatório da Clínica Elo fechou no final do ano passado, em dezembro, há dois anos o ambulatório da Clínica Afetiva fechou. Desde então, os serviços estão passando por sérias dificuldades, por questões de atraso de repasses financeiros, por parte dos poderes municipais e federais. Há, ainda, um risco iminente de que outros serviços acabem fechando por conta dessa desestruturação. O doutor citou números, principalmente referentes à Clínica Ômega, na qual nos últimos nove anos foram atendidos 574 mil pacientes. Apenas no ano passado foram 65 mil consultas nessa área de saúde mental. A grande preocupação por parte do Doutor é que caso mais clínicas fechem, como ficará o atendimento a esses pacientes, onde serão alocados e como seguirá a sequência de seus tratamentos. O plano da nova coordenação da Prefeitura dá atendimento, através das redes básicas, das unidades de saúde, dos PSFs, dos Programas Saúde da Família, com o apoio do que é chamado de matriciamento. As unidades de saúde atendem os casos de pacientes com sintomas leves, os casos mais complexos exigem um tratamento especializado, que é feito nos CAPs, o qual conta com uma estrutura já com a capacidade esgotada. Curitiba demanda um maior número de CAPs, como já foi citado nas últimas reuniões. Os ambulatórios entram como uma rede acessória, interligada com os CAPs, para poder promover a atenção a esses pacientes. E o matriciamento não dá conta de atender

toda essa demanda. O psiquiatra segue uma vez por mês em cada unidade de saúde para fazer essa orientação aos clínicos. A Prefeitura está implantando, através dos NASF, que o psiquiatra passe a frequentar uma vez por semana, mas ainda sem ter condições de atender toda essa demanda, tanto que as filas de espera para atendimento ambulatorial estão enormes. O Dr. Góis afirmou que a última fila que teve acesso no mês de maio, contemplava 11 mil pacientes aguardando por atendimento. Desde então essa fila pode ter diminuído um pouco mas ele afirmou que deve estar uma média de 10 mil pacientes em uma fila de espera tanto para psiquiatria, quanto para psicologia e pacientes que estão aguardando há muito tempo nas filas. Alguns pacientes aguardam de 6 meses a 1 ano por atendimento. O ambulatório com maior fila de espera é o ambulatório da Matriz, pertencente a Prefeitura de Curitiba e gerido pela administração pública, não é um ambulatório privado, como são os outros. A questão dos atrasos, só no ano passado durante a transição da gestão Municipal do novo Prefeito, os ambulatórios ficaram seis meses sem receber qualquer recurso municipal. Um dos grandes motivos do fechamento da Clínica Reintegrar foi esse atraso de repasse de verba pois o mesmo gera atraso também no pagamento de impostos, necessários para as certidões negativas e para o recebimento dos novos pagamentos. Ainda esse ano os atrasos continuam com o pagamento agora em agosto da parcela do mês de abril o que aumenta a dificuldade de atendimento aos pacientes. Em suma, o Dr. Góis declarou que é grande a preocupação dos médicos que atendem diariamente na rede pública os pacientes de saúde mental. Ele afirmou que espera que a Comissão possa abrir os olhos dos poderes públicos para a situação atual e para a importância que esses serviços têm para a população. Outra questão é o valor pago pelas consultas que não tem reajuste desde 2008. O valor repassado para o atendimento psiquiátrico é de R\$14,00 e o psicológico é de R\$10,00. Descontados os impostos e a manutenção dos serviços, o profissional chega a receber R\$4,00 por consulta psicológica e R\$ 9,00 a consulta psiquiátrica. Com a demanda altíssima de pacientes e uma fila de espera gigantesca, não se consegue contratar um profissional para atender por esse valor, o que torna esse um dos maiores obstáculos para um atendimento de qualidade à população. A Prefeitura questiona a estrutura, a qualidade do atendimento, mas não dá condições para esse atendimento. Se houvesse uma melhora do financiamento, de estruturação de toda essa rede, incluindo o ambulatório nas discussões, com certeza haveria mais profissionais interessados em atender com uma maior qualidade, maior atenção e, consequentemente, beneficiando o paciente no final das contas. Essa política vai acabar criando dois tipos de pacientes: o que tem condições de pagar um plano de saúde para ter atendimento de um médico particular; e aquele paciente que vai ter que buscar o recurso pelo SUS, não tendo mais acesso à especialista, e vai acabar sendo atendido pelo clínico, um médico que não tem a competência específica para tratá-lo e que, em casos complexos e graves, pode gerar um grave prejuízo à saúde do paciente com riscos de tentativa de suicídio e situações de agressividade. O Deputado Ney Leprevost disse que a situação é grave e passou a palavra ao relator Dr. Felipe Lucas para fazer suas perguntas. O Relator Felipe Lucas perguntou se as cinco milhões de pessoas seriam no Brasil e o Dr. Góis respondeu que sim, que foi feita uma busca no site do Ministério da Saúde e o último número é de 2012, cinco milhões de atendimentos em ambulatórios de psiquiatria. Felipe Lucas perguntou se este número vem piorando desde 2008. O Dr. Góis disse que não recebem reajustes desde esta data por conta do Governo Federal, pois a parte do Governo Federal no contrato contempla dois valores, um valor repassado pelo Governo Federal, através do SUS e um valor que a Prefeitura de Curitiba repassa como complemento. O valor do SUS teve esse reajuste de 2007 para 2008. A parte da Prefeitura não tem reajuste desde 2005. O Deputado Felipe Lucas afirmou ser uma situação bastante dramática. E afirmou ao Presidente, à Deputada Marla e aos que acompanham a CPI que, se não for tomada alguma providência urgente dentro do setor de psiquiatria não se sabe o que vai acontecer, principalmente aqui no Paraná e em Curitiba. Disse que se preocupa com o que pode acontecer com os doentes já que precisa de atendimento urgente. O Deputado Ney passou a palavra à Deputada Marla Tureck a qual lembrou que desde o começo dessa CPI os dados apurados são alarmantes. Ela afirmou, ainda, ter chegado o momento de trazer os responsáveis pelo setor da Secretaria Municipal de Saúde para que falem sobre o quadro atual da área. As denúncias feitas a CPI devem ser repassadas aos poderes públicos para que sejam investigadas. Ela afirmou, ainda, que está na hora da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, através dos responsáveis do setor de psiquiatria, que venham aqui prestar os esclarecimentos, para que seja dada a eles a oportunidade de que digam porque está acontecendo isso. E que possam trazer alguma solução para o assunto com propostas que possam ser realizadas imediatamente. Elaborar um termo de conduta, perante essa CPI e os profissionais que aqui estão e, principalmente, perante a comunidade, para que essa realidade seja mudada. O Deputado Ney Leprevost lembrou que

chegamos num momento que a CPI precisa ter um plano de trabalho para a continuidade, como ela não é uma CPI da Saúde de Curitiba. O Deputado Ney pediu, ainda, ao Secretário da Comissão Rafael e à Dra. Rose Vianna que façam uma força tarefa para expedir ofícios a todos os Prefeitos Municipais do Paraná bem como aos Secretários Municipais de Saúde para questionar sobre a situação da saúde mental em seus municípios. A questão principal a ser questionada com os Prefeitos e Secretários é se a situação no interior é a mesma da Capital e Região Metropolitana. Outro pedido do Presidente é que seja enviado imediatamente ao Prefeito de Curitiba, Sr. Gustavo Fruet, um relatório parcial mostrando o que foi apurado até o momento, juntamente com as notas taquigráficas de todas as reuniões, solicitando a ele que determine providências urgentes na área de saúde mental da Prefeitura de Curitiba, pois 11 mil pessoas sem atendimento de saúde psiquiátrica é uma barbaridade. O Deputado Leprevost pediu ainda um trabalho investigativo de ouvirem os pacientes, irem até os locais e descobrir a real situação da área. O Presidente afirmou que pretende protocolar um pedido de prorrogação da CPI, pois acredita que a mesma é muito complexa e precisa de mais tempo para as investigações. O Presidente declarou que uma CPI vive de credibilidade e que é a credibilidade de todos os Deputados presentes que está em jogo. No final dessa CPI, o Deputado Ney pretende chamar para depor o ex Ministro da Saúde, bem como o atual. O Deputado Leprevost disse que o problema da Saúde Mental vai desencadear uma série de outros desdobramentos em outras áreas de saúde. O Deputado Leprevost pediu um cálculo de quanto tempo leva para conseguir mandar um documento para todos os prefeitos do Paraná, daí tem que ouvir a resposta deles, vai ter que ouvir o Secretário de Saúde. A Deputada Marla Tureck pediu que seja realmente estipulado um prazo plausível visto que os municípios menores terão grande facilidade em responder, coisa de 10 dias no máximo. Mas municípios maiores como Campo Mourão, Regiões Metropolitanas, Regiões Polos, vão necessitar de mais tempo. O Presidente Ney acredita que no máximo 30 dias seria um prazo bom. O Dr. Rotta disse que em conjunto já podem chamar os pacientes. Ney disse que o ideal era ele trazer situações e pacientes que ilustrem situações diferentes, como um caso de um paciente que tenha um problema de dependência química e não consegue internamento; outro de esquizofrenia, pois seria impossível trazer os cinco mil pacientes aqui numa manhã ou duas para ouvi-los. Priorizar casos que ilustrem o que está ocorrendo em diversas áreas. O Deputado Felipe Lucas pediu a ajuda dos psiquiatras que já estiveram aqui para selecionar o grupo ou algumas pessoas por área. E disse que é importante também investigar a questão no Hospital do Idoso, se tem algum paciente que passou por alguma situação difícil ou pacientes que foram negados de irem para o CAPs. O Deputado Ney Leprevost disse ser bom também ver a questão na Secretaria da Justiça do pessoal que está encarcerado e dependentes químicos presos. Poderia também até agendar, depois, um convite, para a própria Secretária Maria Tereza, vir aqui conversar também. Ficou acertado que a próxima fase seria técnica e administrativa, com as entrevistas e envio de ofícios para os Municípios. Após essa fase, a CPI vai ouvir os pacientes; posteriormente a parte que está sendo acusada de estar falhando, como a Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura Municipal. E, depois, será feito um relatório e o convite ao Ministério da Saúde para virem depor. E aí, a CPI vai apresentar sugestões para a saúde mental do Brasil, não apenas aqui de Curitiba, para que esta não seja uma CPI local, mas que atenda também a todo o país pois os problemas ocorrem em âmbito nacional. Ficou acordado que, nos próximos cinquenta dias, o Sr. Rafael Chemim Guimarães, a Dra. Rose Vianna, o Sr. Hélio de Paula e o Sr. Carlos Gabriel Zanata farão um levantamento técnico, tanto na capital quanto no interior do Estado. O Presidente da Comissão deu por finalizada esta reunião. Estiveram trabalhando junto à Comissão os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, Jornalista e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Duílio Genari

Dep. Marla Tureck

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

84309/2014

Comissão Executiva

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 4/2014

SÚMULA - Altera o Art. 173 e a denominação do CAPÍTULO VIII da Constituição Estadual do Paraná e acrescenta-lhe artigos, no que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O Art. 173 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal." Art. 2º - O CAPÍTULO VIII da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO VIII
Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso"

Art. 3º - É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o Art. 225-A, com a seguinte redação:

"ART. 225-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais, e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:
a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura;
b) acesso ao primeiro emprego e à habitação;
c) lazer;
d) segurança social.

Parágrafo Único. As diretrizes das políticas a que se refere o caput deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de Julho de 1990 e dos demais diplomas legais pertinentes."

Art. 4º - Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 09 de Julho de 2014.
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

84306/2014

Há 68 anos
a história do Paraná
passa por aqui.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ofício nº 286/2014-CMS

Curitiba, 17 de outubro de 2014.

Senhor Presidente,

O Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, aqui representado pelo seu presidente conforme prerrogativa que lhe confere o Regimento Interno em vigor, tendo conhecimento de forma informal sobre a instalação de uma CPI pela Assembléia Legislativa referente à Saúde Psiquiátrica no Paraná, solicita informações sobre o motivo que levou à instalação dessa CPI, principalmente no que envolve o município de Curitiba.

Sendo o Conselho Municipal de Saúde de Curitiba um órgão colegiado de controle social, fiscalizador da efetivação das políticas públicas de saúde no município, colocamo-nos à disposição para acompanhar e colaborar no desenvolvimento dessa CPI, caso o mérito da mesma se justifique.

Deixamos para contato o email cms@sms.curitiba.pr.gov.br assim como o tel.º 3350 9349, da Secretaria Executiva deste Conselho.

Atenciosamente,



Adilson Tremura
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Curitiba

Exmo Sr.
Dep. Valdir Rossoni
Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná
Curitiba – Pr.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSQUIÁTRICA

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, com início às dez horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, para a sexta reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta reunião: o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost; o Relator Deputado Felipe Lucas; a Deputada Marla Tureck e o Deputado Duílio Genari. O Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Associação Paranaense de Psiquiatria, depôs em nome dos pacientes. Para começar, o Deputado Ney Leprevost explicou que essa reunião seria para que os pacientes relatassem o que estão passando, mas que por uma questão ética a Comissão achou por bem não expor essas pessoas e convidou o Dr. André Rotta Burkiewicz para representá-los. O Dr. André Rotta Burkiewicz começou o relato falando sobre o paciente C.R.M, que na noite de 1º de agosto estava acolhido no CAPs 3 do Portão, e teve um surto psicótico. Não foi encaminhado para um hospital psiquiátrico. Ele se trancou por duas vezes em um quarto, e o SAMU foi chamado para controlar a situação. Mesmo sob risco de suicídio, devido ao grave quadro psicótico, nenhum médico psiquiátrico veio atendê-lo. Essa situação mostra a falta de estrutura das unidades para atender esse tipo de ocorrência. O segundo caso que o Dr. André Rotta Burkiewicz trouxe à Comissão é da paciente C.A.M.S., que está no CAPs do Boqueirão e que, segundo consta, é o que mais tem problemas de atendimento na cidade. Essa paciente relatou que houve troca da equipe e que está sem atendimento há mais de dois meses. As últimas receitas ela conseguiu através da assistente social, sem passar por um atendimento com médico especialista. Essa paciente sofreu uma situação crítica onde o filho tentou suicídio, ela então solicitou atendimento e foi atendida somente por enfermeiras e assistentes sociais. Durante a semana passada, essa paciente recebeu uma ligação da unidade de saúde para informá-la que ela não mais seria atendida pelo CAPs e caso ela precisasse de atendimento, e caso ela não estivesse bem, deveria ser transferida do CAPs Boqueirão para o CAPs Boa Vista. O terceiro caso relatado pelo Dr. André Rotta Burkiewicz é do paciente N.S. que não está recebendo a medicação. Segundo o Dr. André Rotta Burkiewicz o paciente não tem condições de comprar os remédios, ele declarou que está com problemas financeiros e não pode ficar sem medicamentos, mas que a unidade de saúde não fornece os remédios necessários. O médico da unidade de saúde receitou um medicamento que não é usado para o problema de saúde dele. Ele relatou que não tem médico psiquiatra para requerer o medicamento certo e já tentou até via Ministério Público conseguir o mesmo. No CAPs Boa Vista a equipe está sem terapeuta ocupacional, no CAPs Boqueirão faltam psicólogos e psiquiatras, o que mostra que os CAPs da cidade de Curitiba estão sem profissionais específicos para tratar os pacientes. O Dr. André Rotta Burkiewicz relatou, ainda, que o Dr. Guilherme Góis encaminhou um e-mail para a Prefeitura de Curitiba sobre a continuidade da parceria da prefeitura junto às clínicas particulares, pois não tem ocorrido o encaminhamento desses pacientes e nem tampouco o repasse das verbas desde o mês de agosto. O Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

questionou o Dr. André Rotta Burkiewicz sobre os problemas mais graves, e o médico afirmou que são a falta de psiquiatras e psicólogos, bem como a falta de medicamentos corretos. Médicos clínicos estão aviando receitas sem acompanhar devidamente os pacientes. Teoricamente, esses médicos não têm condições de receitar medicamentos para esses pacientes psiquiátricos. Outro caso grave é a condição sanitária das unidades, com falta de higiene e casos de infecção gastro-intestinal devido a essas condições dos locais de saúde. O Relator da CPI, Deputado Felipe Lucas, pediu que seja chamado para depor na Comissão o responsável pelo setor na Secretaria de Saúde, para poder esclarecer essas denúncias trazidas pelo Dr. André Rotta Burkiewicz. O Relator, Deputado Felipe Lucas, acredita que é possível melhorar o atendimento desses pacientes e por isso é necessário que o responsável, o Diretor de Saúde Mental da cidade de Curitiba, venha dialogar com os membros da CPI. O Relator, Deputado Felipe Lucas, solicitou aos coordenadores da Comissão que façam um convite ao Diretor de Saúde Mental da cidade de Curitiba, para que compareça na próxima terça-feira, dia 28 de outubro, às 10 horas, para esclarecer essas denúncias feitas pelo Dr. André Rotta Burkiewicz. A Deputada Marla Tureck disse que a questão mais grave dessas denúncias é sobre a medicação errada passada para os pacientes que conseguem atendimento. Ela acredita que essa talvez seja a pior situação, pois o paciente que consegue, depois de muitas tentativas frustradas, receber atendimento, ainda que por um profissional que não estaria habilitado para atendê-lo, recebe então a medicação errada, e que na maioria das vezes pode piorar o quadro da doença desse paciente. Isso mostra uma negligência para com a saúde humana, ela acredita que se trata de um crime contra a pessoa, já que esses profissionais muitas vezes nem chegam a atender os pacientes, receitando somente a medicação sem o atendimento. A Deputada Marla Tureck disse ser essa situação passível de denúncia junto aos órgãos responsáveis por esses profissionais, como o Conselho Regional de Medicina. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, pediu aos coordenadores da Comissão que encaminhem um ofício ao Conselho Regional de Medicina pedindo esclarecimentos quanto a essa denúncia e averiguem sobre esse procedimento e, ainda, solicita o nome dos profissionais que estão aviando receitas sem atender os pacientes. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, pediu a assessoria da CPI que envie ao Relator, Deputado Felipe Lucas, as informações colhidas durante toda a CPI para que o mesmo possa começar a preparar o relatório final. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, finalizou a reunião da Comissão, agradecendo a todos os deputados presentes e à equipe da Assembleia Legislativa do Paraná. Estiveram trabalhando junto à Comissão os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, jornalista e secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Presidente - Deputado Ney Leprevost

Relator - Deputado Dr. Felipe Lucas

Deputado Duílio Genari

Deputada Marla Tureck

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não, essa é uma conclusão de V. Exa. É uma decisão da Presidência, porque a alteração da hora da Sessão é uma exceção, e dentro da exceção, a decisão do Presidente de não acontecer a exceção. Não posso fazer conclusão de votação, até porque eu tinha previsto a eleição do Aécio, a vitória, e fui derrotado.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Quero dizer, Sr. Presidente, que infelizmente comprei passagem para viajar amanhã à tarde e estarei ausente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Eu sei disso, mas vamos justificar a falta de V. Exa.

Demais Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento nº 5.133/2014**, do Deputado Valdir Rossoni, solicitando regime de urgência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 435/2014; **Requerimento nº 5.131/2014**, do Deputado Valdir Rossoni, solicitando dispensa de votação de redação final do Projeto de Lei nº 388/2014, que não recebeu emendas no curso de sua tramitação; **Requerimento nº 5.132/2014**, do Deputado Valdir Rossoni, solicitando dispensa de votação de redação final do Projeto de Lei nº 389/2014, que não recebeu emendas no curso de sua tramitação; **Requerimento nº 5.165/2014**, do Deputado Professor Lemos, para envio de votos de congratulações às entidades que especifica, em virtude das comemorações alusivas ao Dia do Funcionário Público, 28 de outubro; **Requerimento nº 5.136/2014**, do Deputado Anibelli Neto, para envio de votos de congratulações e aplausos em comemoração ao Dia do Fumicultor, 28 de outubro; **Requerimentos nºs 5.150 a 5.154/2014 e 5.156 a 5.163/2014**, do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações e regozijo pela comemoração de aniversário dos Municípios de: Roncador, em 5 de novembro; Iguatu, em 10 de novembro; Ibiporã, em 8 de novembro; Campina da Lagoa, em 4 de novembro; Antonina, em 6 de novembro; Ubitatã, em 4 de novembro; Tunas do Paraná, em 10 de novembro; Quatro Barras, em 9 de novembro; Porto Amazonas, em 9 de novembro; Pinhal de São Bento, em 10 de novembro; Jundiá do Sul, em 9 de novembro; Itaipulândia, em 10 de novembro; e Jaguapitã, em 7 de novembro; **Requerimento nº 5.155/2014**, do Deputado Paranhos, solicitando envio de votos de congratulações ao Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Paraná, SERT-PR, em comemoração ao Dia do Radialista, 7 de novembro; **Requerimentos nºs 5.137 e 5.141 a 5.147/2014**, do Deputado Plauto Miró, para envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: da Sra. Ilza Terezinha Quadros Ditzel; da Sra. Roseli Aparecida Cogut; da Sra. Rosi Maria Oleinik; da Sra. Cilse Mari Cristino dos Santos; da Sra. Maria Tereza Zavacki; da Sra. Terezinha de Jesus Viana Mainardes; da Sra. Romilda de Fátima Tulio; e do Sr. Roselei do Rocio Manoel.

Requerimentos com despacho do Presidente:

Justificativas de ausência:

Deferidos conforme o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento nº 5.129/2014**, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 20.10.2014; **Requerimento nº 5.130/2014**, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27.10.2014; **Requerimento nº 5.135/2014**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 21 e 22.10.2014; **Requerimento nº 5.139/2014**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27.10.2014.

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "c" do Regimento Interno (em decorrência de audiência com Ministro de Estado): **Requerimento nº 5.138/2014**, do Deputado Enio Verri, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 28 e 29.10.2014.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (PSDB): Presidente, antes de encerrar, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): "Questão de ordem", Deputada Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (PSDB): Só para avisar que logo mais, às 17h, estaremos com o encerramento do *Outubro Rosa* nesta Casa, recebendo várias autoridades e mulheres da sociedade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Agradecemos a lembrança de V. Exa. e também estendemos o convite a todos os servidores desta Casa para participarem do encerramento desse evento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 29 de outubro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 334/2013, 183/2014 e 192/2014; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 91/2014; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 331/2014, 347/2014 e 419/2014; e 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 619/2012, 334/2014, 360/2014, 396/2014, 398/2014, 413/2014, 425/2014, 426/2014, 427/2014, 428/2014, 432/2014, 434/2014, 435/2014 e 437/2014. **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**. (Sessão encerrada às 15h54, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.)

Processo Legislativo

Diretoria Legislativa

PROTOCOLO nº: 5088/2014-DAP

ASSUNTO: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3075

1. Trata-se de comunicação de decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3075, impetrada pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, onde foi declarada a inconstitucionalidade da Lei nº 14.235, de 26 de novembro de 2003.

Assim, procedam-se às anotações necessárias junto ao Projeto de Lei nº 655, de 2003 e à Lei nº 14.235, de 2003, no sistema de informações desta Casa.

2. Publique-se.

3. Encaminhem-se cópias para conhecimento da Diretoria Geral e Diretoria Financeira.

4. Cientifique-se a Procuradoria-Geral da Casa.

5. Encaminhe-se à Secretaria Geral da Presidência para que officie à Casa Civil a fim de providenciar as devidas anotações.

6. Após, retorne a presente documentação à Diretoria Legislativa para arquivo.

Diretoria Legislativa, 28 de outubro de 2014.

Lucélia Felicidade Dias

Diretora Legislativa

106713/2014

Comissões Permanentes

Comissão da Ecologia e Meio Ambiente

Ata da 4ª Reunião Ordinária

17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa

Ao vigésimo sétimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se na Sala de Reuniões do Plenário, sob a presidência do Deputado Caio Quintana e com a presença dos senhores Deputados Elton Welter, Pedro Lupion, Jonas Guimarães, Wilson Quinteiro e do Deputado Rasca Rodrigues a Comissão da Ecologia e Meio Ambiente - CEMA. Observada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente abriu os trabalhos passando à pauta de votações. O primeiro item em pauta foi o Projeto de Lei nº 01/2014 de autoria do Deputado Stephanes Junior que "Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal e perfumes no estado do Paraná". Projeto relatado pelo Deputado Rasca Rodrigues teve parecer favorável e foi colocado em discussão e não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. O segundo e último item em pauta foi Projeto de Lei nº 737/2013 de autoria do Deputado Rasca Rodrigues que "Dispõe sobre a moratória de 5 (cinco) anos para a exploração do gás de xisto no estado do Paraná pelo método fracking e adota outras providências". Projeto teve pedido de adiamento pelo Deputado Pedro Lupion. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício desta Comissão, o Senhor Deputado Caio Quintana, encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e eu, Alessandra Silva Eleutério, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata que segue assinada Pelo Presidente e por mim.

DEP. CAIO QUINTANA

Presidente da CEMA

ALESSANDRA S. ELEUTÉRIO

Secretária da CEMA

106708/2014

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, com início às dez horas e trinta minutos, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, para a sexta reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta reunião: o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost; o Relator Deputado Felipe Lucas; a Deputada Marla Turek e o Deputado Duílio Genari. O Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Associação Paranaense de Psiquiatria, depôs em nome dos pacientes. Para começar, o Deputado Ney Leprevost explicou que essa reunião seria para que os pacientes relatassem o que estão passando, mas que por uma questão ética a Comissão achou por bem não expor essas pessoas e convidou o Dr. André Rotta Burkiewicz para representá-los. O Dr. André Rotta Burkiewicz começou o relato falando sobre o paciente C.R.M., que na noite de 1º de agosto estava acolhido no CAPS 3 do Portão, e teve um surto psicótico. Não foi encaminhado para um hospital psiquiátrico. Ele se trancou por duas vezes em um quarto, e o

SAMU foi chamado para controlar a situação. Mesmo sob risco de suicídio, devido ao grave quadro psicótico, nenhum médico psiquiátrico veio atendê-lo. Essa situação mostra a falta de estrutura das unidades para atender esse tipo de ocorrência. O segundo caso que o Dr. André Rotta Burkiewicz trouxe à Comissão é da paciente C.A.M.S., que está no CAPs do Boqueirão e que, segundo consta, é o que mais tem problemas de atendimento na cidade. Essa paciente relatou que houve troca da equipe e que está sem atendimento há mais de dois meses. As últimas receitas ela conseguiu através da assistente social, sem passar por um atendimento com médico especialista. Essa paciente sofreu uma situação crítica onde o filho tentou suicídio, ela então solicitou atendimento e foi atendida somente por enfermeiras e assistentes sociais. Durante a semana passada, essa paciente recebeu uma ligação da unidade de saúde para informá-la que ela não mais seria atendida pelo CAPs e caso ela precisasse de atendimento, e caso ela não estivesse bem, deveria ser transferida do CAPs Boqueirão para o CAPs Boa Vista. O terceiro caso relatado pelo Dr. André Rotta Burkiewicz é do paciente N.S. que não está recebendo a medicação. Segundo o Dr. André Rotta Burkiewicz o paciente não tem condições de comprar os remédios, ele declarou que está com problemas financeiros e não pode ficar sem medicamentos, mas que a unidade de saúde não fornece os remédios necessários. O médico da unidade de saúde receitou um medicamento que não é usado para o problema de saúde dele. Ele relatou que não tem médico psiquiatra para requerer o medicamento certo e já tentou até via Ministério Público conseguir o mesmo. No CAPs Boa Vista a equipe está sem terapia ocupacional, no CAPs Boqueirão faltam psicólogos e psiquiatras, o que mostra que os CAPs da cidade de Curitiba estão sem profissionais específicos para tratar os pacientes. O Dr. André Rotta Burkiewicz relatou, ainda, que o Dr. Guilherme Góis encaminhou um e-mail para a Prefeitura de Curitiba sobre a continuidade da parceria da prefeitura junto às clínicas particulares, pois não tem ocorrido o encaminhamento desses pacientes e nem tampouco o repasse das verbas desde o mês de agosto. O Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, questionou o Dr. André Rotta Burkiewicz sobre os problemas mais graves, e o médico afirmou que são a falta de psiquiatras e psicólogos, bem como a falta de medicamentos corretos. Médicos clínicos estão enviando receitas sem acompanhar devidamente os pacientes. Teoricamente, esses médicos não têm condições de receitar medicamentos para esses pacientes psiquiátricos. Outro caso grave é a condição sanitária das unidades, com falta de higiene e casos de infecção gastro-intestinal devido a essas condições dos locais de saúde. O Relator da CPI, Deputado Felipe Lucas, pediu que seja chamado para depor na Comissão o responsável pelo setor na Secretaria de Saúde, para poder esclarecer essas denúncias trazidas pelo Dr. André Rotta Burkiewicz. O Relator, Deputado Felipe Lucas, acredita que é possível melhorar o atendimento desses pacientes e por isso é necessário que o responsável, o Diretor de Saúde Mental da cidade de Curitiba, venha dialogar com os membros da CPI. O Relator, Deputado Felipe Lucas, solicitou aos coordenadores da Comissão que façam um convite ao Diretor de Saúde Mental da cidade de Curitiba, para que compareça na próxima terça-feira, dia 28 de outubro, às 10 horas, para esclarecer essas denúncias feitas pelo Dr. André Rotta Burkiewicz. A Deputada Marla Tureck disse que a questão mais grave dessas denúncias é sobre a medicação errada passada para os pacientes que conseguem atendimento. Ela acredita que essa talvez seja a pior situação, pois o paciente que consegue, depois de muitas tentativas frustradas, receber atendimento, ainda que por um profissional que não estaria habilitado para atendê-lo, recebe então a medicação errada, e que na maioria das vezes pode piorar o quadro da doença desse paciente. Isso mostra uma negligência para com a saúde humana, ela acredita que se trata de um crime contra a pessoa, já que esses profissionais muitas vezes nem chegam a atender os pacientes, receitando somente a medicação sem o atendimento. A Deputada Marla Tureck disse ser essa situação passível de denúncia junto aos órgãos responsáveis por esses profissionais, como o Conselho Regional de Medicina. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, pediu aos coordenadores da Comissão que encaminhem um ofício ao Conselho Regional de Medicina pedindo esclarecimentos quanto a essa denúncia e averiguem sobre esse procedimento e, ainda, solicite o nome dos profissionais que estão enviando receitas sem atender os pacientes. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, pediu a assessoria da CPI que envie ao Relator, Deputado Felipe Lucas, as informações colhidas durante toda a CPI para que o mesmo possa começar a preparar o relatório final. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, finalizou

a reunião da Comissão, agradecendo a todos os deputados presentes e à equipe da Assembleia Legislativa do Paraná. Estiveram trabalhando junto à Comissão os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, jornalista e secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.

Presidente - Deputado Ney Leprevost

Relator - Deputado Dr. Felipe Lucas

Deputado Duílio Genari

Deputada Marla Tureck

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

106711/2014

Comissões Especiais

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro de 2014, às 17h00 (dezesete horas), nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, presentes os membros ao final assinado, instalou-se, na sala da Diretoria Geral, situada nas dependências desta Assembleia Legislativa, Praça Nossa Senhora Saete, s/n, 3º andar, a Comissão Especial designada pela Portaria nº 25/2014 DG, publicada no Diário Oficial da Assembleia Edição nº 753, de 23.10.2014, Publicação nº 395, com a finalidade de analisar os recursos de que trata o art. 45 da Lei Estadual nº 18.135, de 9 de julho de 2014. Todos os membros prestaram o compromisso de bem e fielmente desempenharem o mister que lhes foi confiado, bem como de manter o mais rigoroso e absoluto sigilo sobre tudo o que for realizado pela Comissão, sob as penas legalmente previstas. Por fim, o Presidente deu ciência e vista aos demais membros dos documentos que originaram a Comissão Especial e sugeriu que, para uma análise inicial, todos os recursos protocolados fossem divididos igualmente entre os membros da Comissão, o que foi aceito, sendo lavrada a presente Ata, prontamente assinada pelo Presidente e demais Membros da Comissão.

Fábio José Brante
PresidenteAnderson Vilares Agibert Maia
MembroMaria Joaquina Faria de Paula
Secretária

106741/2014

Editais e Contratos

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2014

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: SELETIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de água mineral, água de coco, refrigerante e suco para esta Assembleia Legislativa.

VALOR: R\$ 32.500,00 (Trinta e dois mil e quinhentos reais) anual

PRAZO: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO: 001.001.4000.3390.3007.

FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial RP nº 036/2014

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2011

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S/A

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, manutenção, copa, recepção, telefonia, portaria e conservação desta ALEP.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em prorrogar o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.

FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Concorrência nº 002/2011

106717/2014



ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, com início às dez horas, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, para a sétima reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta reunião: o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost; o Relator, Deputado Felipe Lucas; a Deputada Marla Tureck, Deputado Duílio Genari, Deputado Professor Lemos e o Deputado Tadeu Veneri. O Dr. Marcelo Kimati Dias, Coordenador da Área de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba foi o convidado da Comissão para falar sobre as denúncias e prestar esclarecimentos. Inicialmente, o Presidente, Deputado Ney Leprevost, agradeceu a presença do Dr. Marcelo Kimati Dias, que prontamente aceitou o convite para comparecer à Comissão. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, iniciou explicando primeiramente que a CPI tem como função investigar queixas e denúncias trazidas em uma audiência pública realizada nesta Assembleia, sobre a situação da assistência em saúde mental no Estado do Paraná como um todo. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, disse que em nenhum momento esta Comissão deseja questionar a Lei nº 10.216 e suas Portarias mas, sim, fazer uma averiguação do que não está de acordo com a lei e que pode ser a causa desses problemas na área de saúde mental nos diversos municípios do Paraná. A Lei nº 10.216 determina o fechamento de hospitais psiquiátricos de características asilares, em contrapartida, propõe a abertura de estruturas que substituam esses leitos fechados. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, perguntou ao Dr. Marcelo Kimati Dias o que foi feito no município de Curitiba ao longo dos últimos 10 anos, para substituir o fechamento dos leitos dos hospitais psiquiátricos. O Dr. Marcelo Kimati Dias explicou que quando assumiram o município em 2013, encontraram o mesmo com diversos problemas na área de saúde mental. O quadro era de fechamento de leitos, horários reduzidos de atendimento aos doentes graves e em situações de risco. O modelo de gestão de serviços era ruim e foi transformado com a ajuda da fundação estatal, entendido pelo Ministério Público do Trabalho como uma terceirização de mão de obra. O município não fazia a gestão dos quadros. Atualmente se existem problemas, tem-se governabilidade para fazer algum tipo de intervenção em relação a esses serviços. O município estava em situação de bastante desassistência e foram feitas uma série de coisas para modificar esse cenário. Foi feita uma ampliação do número de serviços que funcionavam 24 horas - atualmente são seis serviços que funcionam 24 horas e tem um potencial para atender pacientes graves. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, questionou o Dr. Marcelo Kimati Dias sobre os ambulatórios, hospitais-dia e CAPS, se procedia a informação de que existia uma fila de espera de quatro mil pessoas para psicologia e psiquiatria. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou que não procede esse número e apresentou um gráfico que mostrou, mês a mês, o número de pacientes agendados para atendimento psiquiátrico no município de Curitiba. Ele afirmou que no início do ano passado chegou a ter cinco mil cento e setenta e nove pessoas atendidas. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou, também, que a fila hoje está em dois mil e cem pessoas. Ele garantiu que essa informação não é precisa e que, em alguns pontos do município, aconteciam estrangulamentos devido a problemas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



contratuais. O que foi feito para minimizar o problema foi um aumento nas ações de saúde mental de atenção primária. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou que, a partir de janeiro, haverá o primeiro ambulatório municipal de psiquiatria ligado a fundação estatal. Será aberto um concurso em dezembro para contratação de psiquiatras e já está dentro do plano operativo que terá ambulatório. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, questionou se procede a informação sobre os atrasos ou não pagamentos que estariam causando o fechamento dos ambulatórios já existentes. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou que o fechamento dos ambulatórios ocorreu devido ao descredenciamento dos mesmos. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, perguntou sobre o fato de que médicos não psiquiatras estariam fornecendo receitas para pacientes sem consultá-los, se seria uma informação verdadeira. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou que não é verdadeira. Afirmou, ainda, que há casos de que o médico da família receite psicotrópicos aos doentes. Nem sempre essa medicação é receitada pelo psiquiatra, pois qualquer médico com CRM pode prescrever psicotrópicos. Mas dentro da rede, a partir de determinado grau de complexidade, o paciente deve ser encaminhado para um serviço especializado. O Dr. Marcelo Kimati Dias comentou que a Secretaria Municipal de Saúde só tem a agradecer à CPI pela possibilidade de abrir discussão sobre o assunto, por trazer à tona denúncias e críticas que seguramente ajudarão o departamento a aprimorar o funcionamento da rede. Disse, por fim, que as portas da Secretaria estão abertas para o diálogo com todas as entidades, que terão todo o prazer em ouvir as críticas e dificuldades que a classe médica tem enfrentado e colocou-se à disposição para voltar à Comissão sempre que necessário. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, agradeceu a presença de todos os Deputados e outras autoridades e finalizou a reunião da Comissão. Estiveram trabalhando junto à Comissão os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chemim Guimarães, jornalista e secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.

Presidente - Deputado Ney Leprevost _____

Relator - Deputado Dr. Felipe Lucas _____

Deputado Tadeu Veneri _____

Deputada Marla Tureck _____



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



Deputado Duílio Genari _____

Deputado Professor Lemos _____

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI _____

Sessões Plenárias

Sessão Extraordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Palácio XIX de Dezembro
Diretoria Legislativa

3ª Sessão Extraordinária do dia 4 de novembro de 2014 - Ata nº 19

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Klury, às dezoito horas e dois minutos, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Andre Bueno (PDT), Aníbelli Neto (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Caio Quintana (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Cleiton Kiesel (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elío Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Enio Verri (PT), Evandro Junior (PSDB), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scannavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilson de Souza (PSC), Hermas Brandão Jr. (PSB), Jonas Guimarães (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Garcia (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Osmar Bertoldi (DEM), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Rose "Litro" (PSDB), Stephanes Junior (PMDB), Tercílio Turini (PPS), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB) (44 Parlamentares). Ausentes, os Deputados: Gilberto Ribeiro (PSB), Marla Tureck (PSD), Paranhos (PSC), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Roberto Aciolli (PV), Tadeu Veneri (PT), Teruo Kato (PMDB) e Toninho Wandscheer (PT) (10 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Valdir Rossoni, secretariado pelos Srs. Deputados Plauto Miró (1º Secretário) e Ademir Bier (2º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 19ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Valdir Rossoni, protocolado sob o nº 5.247/2014. O Sr. 2º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior (nº 18, de 4.11.2014), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA:

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Manifestações sem revisão dos oradores. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e constantes dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica.]

Passamos aos itens da pauta.

Consulto os Srs. Deputados se podemos votar simbolicamente as redações finais. **Aprovado** pelo Plenário. Vamos votar apenas a primeira no painel, para registrarmos a Sessão.

ITEM 1 - Redação Final do Projeto de Lei nº 347/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 73/2014, que cria a Junta Administrativa de Recursos Contra Exames Médicos e Avaliações Psicológicas para fins de Habilitação para Condução de Veículos Automotores, denominada de Jump. Em votação. Favoráveis, "sim", contrários, "não". Votando. Encerrada a votação. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kiesel, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elío Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas, Francisco Bühner, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Rose "Litro", Tercílio Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (37 Deputados). Não votaram: Aníbelli Neto, Fernando Scannavaca, Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr., Marla Tureck, Osmar Bertoldi, Paranhos, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli, Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (17 Deputados)]. Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 347/2014 em redação final.

Conforme a aprovação do Plenário, vamos votar simbolicamente as redações finais.

(Procedeu-se à votação simbólica das redações finais.)

ITEM 2 - Redação Final do Projeto de Lei nº 360/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 75/2014, que regulamenta, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, o Programa de Regularização Ambiental das Propriedades e Imóveis Rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25.5.2012. Em votação.

Aprovado.

ITEM 3 - Redação Final do Projeto de Lei nº 413/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 84/2014, que estabelece mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das autarquias e das fundações públicas, e revoga dispositivos da Lei nº 15.354, de 22.12.2006. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 4 - Redação Final do Projeto de Lei nº 425/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 91/2014, que altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14.11.1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e dá outras providências. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 5 - Redação Final do Projeto de Lei nº 427/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 93/2014, que autoriza a reativação dos termos de acordo de parcelamento celebrados com base na Lei nº 17.082, de 9.2.2012, nas condições que especifica. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 6 - Redação Final do Projeto de Lei nº 428/2014, de autoria do Poder

Executivo - Mensagem nº 94/2014, que altera a Lei nº 17.082 de 9.2.2012, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias, e adota outras providências. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 7 - Redação Final do Projeto de Lei nº 432/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 98/2014, que determina que as empresas operadoras de serviço móvel pessoal instalem equipamentos tecnológicos ou solução tecnológica hábil a identificar e/ou bloquear sinais de telecomunicações e/ou radiocomunicações nos estabelecimentos penais e nos centros de socioeducação do Estado do Paraná, e adota outras providências. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 8 - Redação Final do Projeto de Lei nº 437/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 90/2014, que dispõe sobre tratamento diferenciado de pagamento de dívidas tributárias relacionadas com o ICM, o ICMS, o ITCMD e o IPVA, nas condições que especifica. Em votação. **Aprovado.**
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária, "LEVANTA-SE A SESSÃO". (Sessão encerrada às 18h05, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.)

111026/2014

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

ATA DE REUNIÃO 06/2014 (REUNIÃO INTERNA)

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões anexa ao Plenário desta Assembleia Legislativa do Paraná, reuniram-se a Presidente da Comissão Deputada Rose "Litro" e a Vice-Presidente da Comissão Deputada Cantora Mara Lima para reunião de trabalho interna da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, com o objetivo de decidir sobre pedido de informações referentes a recursos a serem destinados pelo Governo do Estado no próximo exercício para a área de abrangência da Comissão. Decidiu-se pelo envio de um ofício da Comissão à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social pedindo informações sobre os recursos consignados no Orçamento do Governo do Estado para o exercício de 2015. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a todos e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, nós, Grace Claire Ascenço Feiber e Cláudia Andréia de Azevedo Nicolau, Secretárias da Comissão, lavramos a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

Deputada Rose "Litro"
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima
Vice-Presidente

Grace Claire Ascenço Feiber
Secretária

Cláudia Andréia de Azevedo Nicolau
Secretária

111034/2014

Comissões Especiais

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, com início às dez horas, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná, para a sétima reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nesta reunião: o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost; o Relator, Deputado Felipe Lucas; a Deputada Marla Tureck, Deputado Duílio Genari, Deputado Professor Lemos e o Deputado Tadeu Veneri. O Dr. Marcelo Kimati Dias, Coordenador da Área de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba foi o convidado da Comissão para falar sobre as denúncias e prestar esclarecimentos. Inicialmente, o Presidente, Deputado Ney Leprevost, agradeceu a presença do Dr. Marcelo Kimati Dias, que prontamente aceitou o convite para comparecer à Comissão. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, iniciou explicando primeiramente que a CPI tem como função investigar queixas e denúncias trazidas em uma audiência pública realizada nesta Assembleia, sobre a situação da assistência em saúde mental no Estado do Paraná como um todo. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, disse que em nenhum momento esta Comissão deseja questionar a Lei nº 10.216 e suas Portarias mas, sim, fazer uma averiguação do que não está de acordo com a lei e que pode ser a causa desses problemas na área de saúde mental nos diversos municípios do Paraná. A Lei nº 10.216 determina o fechamento de hospitais psiquiátricos de características asilares, em contrapartida, propõe a abertura de estruturas que substituíam esses leitos fechados. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, perguntou ao Dr. Marcelo Kimati Dias o que foi feito no município de Curitiba ao longo dos últimos 10 anos, para substituir o fechamento dos leitos dos hospitais psiquiátricos. O Dr. Marcelo Kimati Dias explicou que quando assumiram o município em 2013, encontraram o mesmo com diversos problemas na área de saúde mental. O quadro era de fechamento de leitos, horários reduzidos de atendimento aos doentes graves e em situações de risco. O modelo de gestão de serviços era ruim e foi transformado com a ajuda da fundação estatal, entendido pelo Ministério Público do Trabalho

como uma terceirização de mão de obra. O município não fazia a gestão dos quadros. Atualmente se existem problemas, tem-se governabilidade para fazer algum tipo de intervenção em relação a esses serviços. O município estava em situação de bastante desassistência e foram feitas uma série de coisas para modificar esse cenário. Foi feita uma ampliação do número de serviços que funcionavam 24 horas - atualmente são seis serviços que funcionam 24 horas e tem um potencial para atender pacientes graves. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, questionou o Dr. Marcelo Kimati Dias sobre os ambulatórios, hospitais-dia e CAPS, se procedia a informação de que existia uma fila de espera de quatro mil pessoas para psicologia e psiquiatria. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou que não procede esse número e apresentou um gráfico que mostrou, mês a mês, o número de pacientes agendados para atendimento psiquiátrico no município de Curitiba. Ele afirmou que no início do ano passado chegou a ter cinco mil cento e setenta e nove pessoas atendidas. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou, também, que a fila hoje está em dois mil e cem pessoas. Ele garantiu que essa informação não é precisa e que, em alguns pontos do município, aconteciam estrangulamentos devido a problemas contratuais. O que foi feito para minimizar o problema foi um aumento nas ações de saúde mental de atenção primária. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou que, a partir de janeiro, haverá o primeiro ambulatório municipal de psiquiatria ligado a fundação estatal. Será aberto um concurso em dezembro para contratação de psiquiatras e já está dentro do plano operativo que terá ambulatório. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, questionou se procede a informação sobre os atrasos ou não pagamentos que estariam causando o fechamento dos ambulatórios já existentes. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou que o fechamento dos ambulatórios ocorreu devido ao descredenciamento dos mesmos. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, perguntou sobre o fato de que médicos não psiquiatras estariam fornecendo receitas para pacientes sem consultá-los, se seria uma informação verdadeira. O Dr. Marcelo Kimati Dias afirmou que não é verdadeira. Afirmou, ainda, que há casos de que o médico da família receite psicotrópicos aos doentes. Nem sempre essa medicação é receitada pelo psiquiatra, pois qualquer médico com CRM pode prescrever psicotrópicos. Mas dentro da rede, a partir de determinado grau de complexidade, o paciente deve ser encaminhado para um serviço especializado. O Dr. Marcelo Kimati Dias comentou que a Secretaria Municipal de Saúde só tem a agradecer à CPI pela possibilidade de abrir discussão sobre o assunto, por trazer à tona denúncias e críticas que seguramente ajudarão o departamento a aprimorar o funcionamento da rede. Disse, por fim, que as portas da Secretaria estão abertas para o diálogo com todas as entidades, que terão todo o prazer em ouvir as críticas e dificuldades que a classe médica tem enfrentado e colocou-se à disposição para voltar à Comissão sempre que necessário. O Presidente, Deputado Ney Leprevost, agradeceu a presença de todos os Deputados e outras autoridades e finalizou a reunião da Comissão. Estiveram trabalhando junto à Comissão os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rafael Régner Chensim Guimarães, jornalista e secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.

Presidente - Deputado Ney Leprevost
Relator - Deputado Dr. Felipe Lucas
Deputado Tadeu Veneri
Deputada Marla Tureck
Deputado Duílio Genari
Deputado Professor Lemos
Rafael Régner Chensim Guimarães - Secretário da CPI

111032/2014

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 11/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 10 de novembro de 2014,

DECLARA

Constituída a Comissão Especial que tem como finalidade opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 6/2014, de autoria do Deputado Tercílio Turini, com o objetivo de acrescentar os parágrafos 9º, 10, 11, 12 e 13 ao artigo 134 da Constituição Estadual. Conforme indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Deputados: Nereu Moura (PMDB), titular e Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), suplente; Bernardo Ribas Carli (PSDB), titular e Evandro Junior (PSDB), suplente; Pedro Lupion (DEM), titular e Élio Rusch (DEM), suplente; Ênio Verri (PT), titular e Tadeu Veneri (PT), suplente; Tercílio Turini (PPS), titular e Douglas Fabrício (PPS), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual. Assim, para que se cumpram suas finalidades, o Senhor Presidente em exercício determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 11 de novembro de 2014.

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Presidente em exercício

111028/2014

RESOLUÇÃO Nº 16, de 4 de novembro de 2014

Aprova Prestação de Contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de julho de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de julho de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 4 de novembro de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

111030/2014

RESOLUÇÃO Nº 17, de 10 de novembro de 2014

Aprova Prestação de Contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de agosto de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

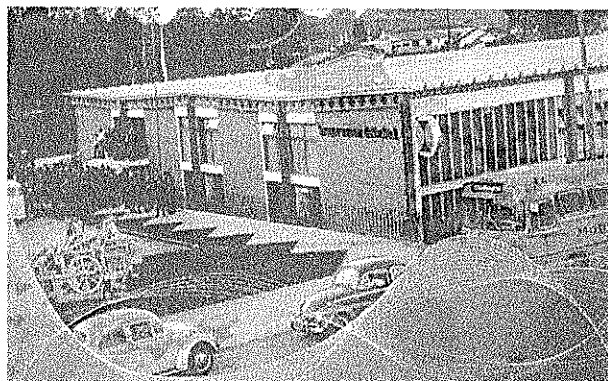
Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 10 de novembro de 2014.

Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Presidente, em exercício

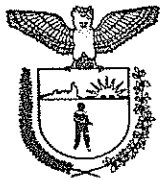
111031/2014



Há 68 anos
a história do Paraná
passa por aqui.

www.imprensaoficial.pr.gov.br





ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Ao décimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e quatorze, com início às onze horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a oitava reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nessa reunião, o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, o Relator Deputado Felipe Lucas, os Deputados Gilson de Souza, Duílio Genari e a Deputada Marla Tureck. Fizeram parte da Mesa: Dra. Márcia Huçulak, Superintendente de Atenção a Saúde; Dr. Juliano Gevaer, Chefe do Departamento de Atenção às Condições Crônicas; Rejane Cristina Teixeira Tabuti, Coordenadora Estadual de Saúde Mental; Luiz Felipe Ferro, Coordenador de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba e Dr. André Rotta, Presidente da Associação Paranaense de Psiquiatria. A depoente foi a Dra. Márcia Huçulak, Superintendente de Atenção a Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, que explicou sobre as críticas que foram feitas por um dos Deputados membros do PT e pelo Dr. Marcelo Kimati, Coordenador da Saúde Mental de Curitiba, em relação aos repasses do Estado para o Município de Curitiba na área de saúde psiquiátrica. Devido ao pouco tempo, a Dra. Márcia Huçulak passou às mãos do Presidente da CPI uma amostra do material feito na Secretaria de Saúde desde 2011, quando o grupo comandado pelo Secretário, Dr. Michele Caputo, assumiu a Secretaria de Estado da Saúde. Em seguida, informou que a Rede de Saúde Mental do Estado do Paraná trabalha com o modelo de implantação de redes de atenção organizada em atenção primária, secundária e terciária e que está no planejamento estratégico como prioritária desde 2011. Foi feito um diagnóstico da atenção e uma avaliação do serviço de saúde mental do Paraná, levando em consideração o atendimento nos CAPS, dos leitos psiquiátricos, da organização da atenção primária para atendimento ao cidadão dependente de drogas ou portador de transtorno mental, capacitação das equipes e lançamento da Rede de Saúde Mental. Informou que na gestão iniciada em 2011 o Estado tinha 92 CAPS e hoje conta com 110 CAPS em todas as regiões de saúde; 52 ambulatorios de saúde mental, muitos deles dos consórcios intermunicipais de saúde e com recursos mensalmente repassados para o custeio do atendimento. Disse que o Paraná conta com 2264 leitos psiquiátricos, sendo que 198 são destinados a atendimento exclusivo a adolescentes e pagos exclusivamente com recursos do Tesouro Estadual, senão esses leitos seriam fechados e essa população ficaria desassistida. Explicou que o



Ministério da Saúde, por decisão da política nacional, não amplia mais leitos em hospitais psiquiátricos e só habilita leitos psiquiátricos em Hospital Geral. Esse problema foi levado ao Governador, que garantiu aporte financeiro para manter 198 leitos para atendimento dos adolescentes. Ao todo são 14 hospitais psiquiátricos no Paraná: um próprio, que é o Hospital Colônia Adauto Botelho; sete com contrato com o Estado, e seis que são contratados pelo Município, sendo dois em Curitiba, dois em Maringá, um em Londrina e um em Umuarama, que têm a gestão do prestador e não pode fazer contrato com a Secretaria de Estado, pois existe uma lei do SUS que o prestador só pode ter contrato com o seu gestor. Para os hospitais que têm contrato com os Municípios, eles recebem o recurso federal via Ministério da Saúde, e desde abril de 2011, a primeira medida adotada pelo Governo do Estado foi a implantação do valor de compensação para aumentar o valor do repasse. Para atendimento a adolescentes o valor é pago integralmente com recurso do Estado, pois o Governo Federal não habilita esse serviço. Curitiba teria que receber R\$ 2 milhões 880 mil por ano e não recebeu ainda, por conta de inadimplência junto ao Tribunal de Contas e, a certidão só foi apresentada na última sexta-feira, dia 14 de novembro. A origem do recurso seria referente à diferença da diária passada para todos os leitos psiquiátricos no Paraná. Lembrou que foi criado um incentivo para estimular os Municípios a implantarem CAPS regional no Paraná e que o Governo do Estado, de acordo com a Resolução nº 715/2013, que foi aprovada pelo Conselho Estadual de Saúde e pela Comissão Intergestores Bipartite, destina 8 milhões por ano para incentivar essa prática. A política nacional diz que é possível implantar CAPS com população acima de 100 ou 200 mil habitantes, sendo que no Paraná 80% dos Municípios têm menos de 20 mil habitantes. Para induzir a regionalização foi alocado recurso para CAPS regional através do Município sede da região ou Município da região, sendo que o Governo Estadual investe o mesmo recurso que o Ministério da Saúde. O Paraná tem, nessa modalidade, implantados seis serviços em funcionamento, e com essa política, todas as regionais de saúde devem ter esse serviço cobrindo todo o Estado. Lembrou que foi aprovado, na última reunião da Bipartite, realizada em novembro, um incentivo para apoiar equipes de atenção primária no manejo, com recurso de R\$2 mil por equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família que tiver um profissional na área de saúde mental, um psicólogo, uma enfermeira com formação em saúde mental ou um psiquiatra, e que a somatória de valores é de 44 milhões por ano com recursos do Governo do Paraná. O Relator da CPI, Deputado Felipe Lucas, afirmou que houve desinformação em outra reunião, e o Presidente da CPI pediu para que ficasse registrado na Ata da CPI que na reunião anterior, quando compareceu o Coordenador da Saúde Psiquiátrica de Curitiba, foi feita uma afirmação de que o Estado não estaria repassando recursos e pediu a correção, diante das informações apresentadas pela Dra. Márcia. A depoente, Dra. Márcia, disse que a atual gestão do Governo do Estado implantou a regulação, que não existia na área de psiquiatria no Paraná. Citou a Sra.



Marlene, que coordena o Centro Psiquiátrico Metropolitano, e realizou regulação de todos os leitos da psiquiatria que estão na gestão do Estado, e que fez, junto com a equipe de psiquiatras, um trabalho de apoio às equipes. Lembrou que foi implantado atendimento 24 horas na regulação, para realizar uma triagem e agilizar os atendimentos. A depoente ainda afirmou que em 2014 o Estado fez uma média mensal de 68 internações até o mês de agosto, para pacientes da capital que são atendidos em hospitais na Região Metropolitana de Curitiba e que estão na gestão do Estado. O Presidente da CPI perguntou sobre os medicamentos básicos da psiquiatria e dos medicamentos especiais, e a depoente explicou que o Paraná é reconhecido nacionalmente pelo Consórcio Paraná Medicamentos, e que grande parte dos Municípios faz parte desse consórcio menos Curitiba. Dos 399, cerca de 390 Municípios fazem parte do consórcio entre o Governo do Estado, Municípios e o Governo Federal. Os medicamentos da assistência psiquiátrica estão no elenco da atenção básica, e os que não estão, o Governo do Estado fornece em farmácia especial. Disse ainda que a adesão ao consórcio é voluntária e Curitiba não está incluída na medicação, pois é uma decisão da gestão. Já a Sra. Marlene disse que o Centro Psiquiátrico Metropolitano distribui medicamentos especiais, que são de alto custo, para Curitiba e para os Municípios da Região Metropolitana, exceto Araucária e São José dos Pinhais, que têm as suas próprias farmácias. O Presidente da CPI perguntou para Luiz Felipe Ferro, que é Coordenador da Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, por que ainda não foi feita a ala de psiquiatria do Hospital Cajuru, que teve voto favorável do Conselho Municipal de Saúde e está na Ata do Conselho de 2012, sendo que o senhor Luiz respondeu que se comprometia a se informar e encaminhar a resposta por e-mail. O Presidente da CPI recebeu envelope com respostas das perguntas que foram enviadas por email do Dr. Kimati e afirmou que outras perguntas serão enviadas por ofício. A Dra. Rejane Cristina Teixeira Tabuti, Coordenadora Estadual de Saúde Mental, pediu para ficar registrado os avanços que o Governo teve em relação à saúde mental no Estado, e que desde 2012 trabalham juntos as 22 Regionais de Saúde, fazendo os planos de ações regionais. Afirmou ainda que o recurso que o Governo Federal repassa não dá para manter esse serviço. O Presidente da CPI pediu para que seja formulado um ofício para saber do Tribunal de Contas por que não deu essa certidão negativa para Curitiba, e também o mesmo ofício para a Secretaria de Finanças, perguntado o porquê da inadimplência. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Carlos Gabriel Zanata Cardoso, Assessor da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica, e pelos presentes Deputados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Presidente - Dep. Ney Leprevost _____

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas _____

Dep. Gilson de Souza _____

Dep. Duílio Genari _____

Dep. Marla Tureck _____

Carlos Gabriel Zanata Cardoso - Assessor da CPI _____

Carlos Gabriel Zanata Cardoso

empresa Pró-Condomínio e Assiscon enviaram expediente recusando o convite. Ao continuar, o Presidente convidou os representantes das empresas Garante, Duplique e C. M. Baiak, Sr. Luiz Fernando de Queiroz e Sra. Débora Nunes Camarowski para comporem a Mesa e assinarem o Termo de Compromisso Público, o qual foi assinado por todos os presentes e será anexado ao Relatório Final da CPI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando que fosse lavrada a presente Ata, que foi lida e aprovada por unanimidade, e segue assinada por mim, Paula Cristina Pamplona de Araújo, Secretária Executiva da CPI, e pelos membros da Comissão.

DEPUTADO PARANHOS
Presidente da CPI dos Condomínios

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
Relator da CPI dos Condomínios

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
Membro

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
Membro

DEPUTADO NELSON LUERSEN
Membro

Dra. PAULA CRISTINA PAMPLONA DE ARAÚJO
Secretária Executiva da CPI

118716/2014

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Ao décimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e quatorze, com início às onze horas da manhã, reuniu-se na Sala de Comissões da Assembleia Legislativa do Paraná para a oitava reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. Estiveram presentes nessa reunião, o Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, o Relator Deputado Felipe Lucas, os Deputados Gilson de Souza, Dúlio Genari e a Deputada Marla Tureck. Fizeram parte da Mesa: Dra. Márcia Huguilak, Superintendente de Atenção à Saúde; Dr. Juliano Gevaer, Chefe do Departamento de Atenção às Condições Crônicas; Rejane Cristina Teixeira Tabuti, Coordenadora Estadual de Saúde Mental; Luiz Felipe Ferro, Coordenador de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba e Dr. André Rotta, Presidente da Associação Paranaense de Psiquiatria. A depoente foi a Dra. Márcia Huguilak, Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, que explicou sobre as críticas que foram feitas por um dos Deputados membros do PT e pelo Dr. Marcelo Kimati, Coordenador da Saúde Mental de Curitiba, em relação aos repasses do Estado para o Município de Curitiba na área de saúde psiquiátrica. Devido ao pouco tempo, a Dra. Márcia Huguilak passou às mãos do Presidente da CPI uma amostra do material feito na Secretaria de Saúde desde 2011, quando o grupo comandado pelo Secretário, Dr. Michele Caputo, assumiu a Secretaria de Estado da Saúde. Em seguida, informou que a Rede de Saúde Mental do Estado do Paraná trabalha com o modelo de implantação de redes de atenção organizada em atenção primária, secundária e terciária e que está no planejamento estratégico como prioritária desde 2011. Foi feito um diagnóstico da atenção e uma avaliação do serviço de saúde mental do Paraná, levando em consideração o atendimento nos CAPS, dos leitos psiquiátricos, da organização da atenção primária para atendimento ao cidadão dependente de drogas ou portador de transtorno mental, capacitação das equipes e lançamento da Rede de Saúde Mental. Informou que na gestão iniciada em 2011 o Estado tinha 92 CAPS e hoje conta com 110 CAPS em todas as regiões de saúde: 52 ambulatórios de saúde mental, muitos deles dos consórcios intermunicipais de saúde e com recursos mensalmente repassados para o custeio do atendimento. Disse que o Paraná conta com 2264 leitos psiquiátricos, sendo que 198 são destinados a atendimento exclusivo a adolescentes e pagos exclusivamente com recursos do Tesouro Estadual, senão esses leitos seriam fechados e essa população ficaria desassistida. Explicou que o Ministério da Saúde, por decisão da política nacional, não amplia mais leitos em hospitais psiquiátricos e só habilita leitos psiquiátricos em Hospital Geral. Esse problema foi levado ao Governador, que garantiu aporte financeiro para manter 198 leitos para atendimento dos adolescentes. Ao todo são 14 hospitais psiquiátricos no Paraná: um próprio, que é o Hospital Colônia Adauto Borelho: sete com contrato com o Estado, e seis que são contratados pelo Município, sendo dois em Curitiba, dois em Maringá, um em Londrina e um em Umuarama, que têm a gestão do prestador e não pode fazer contrato com a Secretaria de Estado, pois existe uma lei do SUS que o prestador só pode ter contrato com o seu gestor. Para os hospitais que têm contrato com os Municípios, eles recebem o recurso federal via Ministério da Saúde, e desde abril de 2011, a primeira medida adotada pelo Governo do Estado foi a implantação do valor de compensação para aumentar o valor do repasse. Para atendimento a adolescentes o valor é pago integralmente com recurso do Estado, pois o Governo Federal não habilita esse serviço. Curitiba teria que receber R\$ 2 milhões 880 mil por ano e não recebeu ainda, por conta de inadimplência junto ao Tribunal de Contas e, a certidão só foi apresentada na última sexta-feira, dia 14 de novembro. A origem do recurso seria referente à diferença da diária passada para todos os leitos psiquiátricos no Paraná. Lembrou que foi criado um incentivo para estimular os Municípios a implantarem CAPS regional no Paraná e que o Governo do Estado, de acordo com a Resolução nº 715/2013, que foi aprovada pelo Conselho Estadual de Saúde e pela Comissão Intergestores Bipartite, destina 8 milhões por ano para incentivar essa prática. A política nacional diz que é possível implantar CAPS com população acima de 100 ou 200 mil habitantes, sendo que no Paraná 80% dos Municípios têm menos de 20 mil habitantes. Para induzir a regionalização foi alocado recurso para CAPS regional através do Município sede da região ou Município da região, sendo que o Governo Estadual investe o mesmo recurso que o Ministério da Saúde. O Paraná tem, nessa modalidade, implantados seis serviços em funcionamento, e com essa política, todas as regionais de saúde devem ter esse serviço cobrindo todo o Estado. Lembrou que foi aprovado, na última reunião da Bipartite, realizada em novembro, um incentivo para apoiar equipes de atenção primária no manejo, com recurso de R\$2 mil por equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família que tiver um profissional na área de saúde mental, um psicólogo, uma enfermeira com formação em saúde mental ou um psiquiatra, e que a somatória de valores é de 44 milhões por ano com recursos do Governo do Paraná.

O Relator da CPI, Deputado Felipe Lucas, afirmou que houve desinformação em outra reunião, e o Presidente da CPI pediu para que ficasse registrado na Ata da CPI que na reunião anterior, quando compareceu o Coordenador da Saúde Psiquiátrica de Curitiba, foi feita uma afirmação de que o Estado não estaria repassando recursos e pediu a correção, diante das informações apresentadas pela Dra. Márcia. A depoente, Dra. Márcia, disse que a atual gestão do Governo do Estado implantou a regulação, que não existia na área de psiquiatria no Paraná. Citou a Sra. Marlene, que coordena o Centro Psiquiátrico Metropolitano, e realizou regulação de todos os leitos da psiquiatria que estão na gestão do Estado, e que fez, junto com a equipe de psiquiatras, um trabalho de apoio às equipes. Lembrou que foi implantado atendimento 24 horas na regulação, para realizar uma triagem e agilizar os atendimentos. A depoente ainda afirmou que em 2014 o Estado fez uma média mensal de 68 internações até o mês de agosto, para pacientes da capital que são atendidos em hospitais na Região Metropolitana de Curitiba e que estão na gestão do Estado. O Presidente da CPI perguntou sobre os medicamentos básicos da psiquiatria e dos medicamentos especiais, e a depoente explicou que o Paraná é reconhecido nacionalmente pelo Consórcio Paraná Medicamentos, e que grande parte dos Municípios faz parte desse consórcio menos Curitiba. Dos 399, cerca de 390 Municípios fazem parte do consórcio entre o Governo do Estado, Municípios e o Governo Federal. Os medicamentos da assistência psiquiátrica estão no elenco da atenção básica, e os que não estão, o Governo do Estado fornece em farmácia especial. Disse ainda que a adesão ao consórcio é voluntária e Curitiba não está incluída na medicação, pois é uma decisão da gestão. Já a Sra. Marlene disse que o Centro Psiquiátrico Metropolitano distribui medicamentos especiais, que são de alto custo, para Curitiba e para os Municípios da Região Metropolitana, exceto Araucária e São José dos Pinhais, que têm as suas próprias farmácias. O Presidente da CPI perguntou para Luiz Felipe Ferro, que é Coordenador da Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, por que ainda não foi feita a ala de psiquiatria do Hospital Cajuru, que teve voto favorável do Conselho Municipal de Saúde e está na Ata do Conselho de 2012, sendo que o senhor Luiz respondeu que se comprometia a se informar e encaminhar a resposta por e-mail. O Presidente da CPI recebeu envelope com respostas das perguntas que foram enviadas por email do Dr. Kimati e afirmou que outras perguntas serão enviadas por ofício. A Dra. Rejane Cristina Teixeira Tabuti, Coordenadora Estadual de Saúde Mental, pediu para ficar registrado os avanços que o Governo teve em relação à saúde mental no Estado, e que desde 2012 trabalham juntos as 22 Regionais de Saúde, fazendo os planos de ações regionais. Afirmou ainda que o recurso que o Governo Federal repassa não dá para manter esse serviço. O Presidente da CPI pediu para que seja formulado um ofício para saber do Tribunal de Contas por que não deu essa certidão negativa para Curitiba, e também o mesmo ofício para a Secretaria de Finanças, perguntado o porquê da inadimplência. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Carlos Gabriel Zanata Cardoso, Assessor da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica, e pelos presentes Deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Gilson de Souza

Dep. Dúlio Genari

Dep. Marla Tureck

Carlos Gabriel Zanata Cardoso - Assessor da CPI

118717/2014

REDAÇÃO FINAL

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO PEC Nº 4/2014

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, logo após o encerramento da Sessão Ordinária, reuniu-se, na sala de reuniões anexa ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial de Reforma da Constituição, sob a presidência do Deputado Bernardo Ribas Carli, para apreciar a Redação Final da Proposta de Emenda Constitucional nº 4/2014 de autoria do Deputado Professor Lemos, que "altera a redação do artigo 173 e da denominação do Capítulo VIII do Título VI e inserção do artigo 225-A, da Constituição do Estado do Paraná". Constatada a existência do quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando a palavra ao senhor relator, Deputado Pedro Lupion, para que procedesse a leitura da Redação Final da proposta de Emenda à Constituição. Ato contínuo, seu texto foi submetido à discussão e votação pelo Senhor Presidente e aprovado por unanimidade, estando a Proposição em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída na Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, a presente Ata foi devidamente lavrada e, após lida e aprovada, assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, pelo Relator e pelos demais membros presentes.

Deputado Bernardo Ribas Carli
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputado Enio Verri
Membro Titular

Deputado Rasca Rodrigues
Membro Titular

118718/2014



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Liderança do Partido dos Trabalhadores



OFÍCIO

Ao Presidente da CPI da Saúde Mental
Deputado Ney Leprevost

O Líder da Bancada do PT, que a este subscreve, vem, perante Vossa Excelência, para solicitar a substituição do integrante dessa CPI, Toninho Wandescheer, por este Deputado, Tadeu Veneri, para integrar, como titular na Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Mental.

Curitiba, 03 de novembro de 2014.



Deputado Tadeu Veneri



**ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA**

Ao oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e quatorze, com início às dezesseis horas, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembleia Legislativa do Paraná para a nona reunião, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. O Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, fez constar a substituição do membro titular, Deputado Toninho Wandscheer pelo Deputado Tadeu Veneri. Verificada a presença de quórum necessário, o Presidente, Deputado Ney Leprevost, declarou aberta a reunião, tendo inicialmente informado aos presentes que a pauta da reunião será a discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Em seguida, o Deputado Felipe Lucas, Relator da Comissão, apresentou o Relatório Final à Comissão e sugeriu alterações e inclusões no texto do relatório. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Relatório Final e suas alterações, tendo sido aprovado por unanimidade. Por fim, os Deputados manifestaram-se para expressar a satisfação pelas investigações realizadas, pelos resultados obtidos, pelas alternativas e encaminhamentos aprovados no Relatório. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou definitivamente a reunião, sendo lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rose Mary Buffara de Camargo Vianna, Assessora da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica, e pelos Deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost _____

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas _____

Dep. Gilson de Souza _____

Dep. Luiz Cláudio Romanelli _____

Dep. Osmar Bertoldi _____

Dep. Stephanes Junior _____

Dep. Tadeu Veneri _____

Rose Mary Buffara de Camargo Vianna - Assessora da CPI _____

Pedimos que venha à frente, neste momento, o Prefeito de São Jorge do Ivaí, André Luiz Bovo, pelo projeto *Centro de Atendimento e Proteção ao Idoso*. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente o Prefeito de Sarandi, Carlos Alberto de Paula Júnior, que receberá o prêmio pelo projeto *Eu Cuido*. (Aplausos) É um projeto que trata de reduzir os índices de consumo de drogas através do esporte no Município.

De Santa Terezinha do Itaipu, convidamos o Prefeito Cláudio Eberhard, que receberá o prêmio pelo projeto *A Implantação da Tecnologia dos Tablets no Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde nos Domicílios de Santa Terezinha do Itaipu*. (Aplausos)

Convidamos agora para receber certificado de reconhecimento, o Prefeito de Santo Antônio da Platina, Pedro Claro de Oliveira Neto, pelo projeto *Intervenha*, que visa à inserção cultural dentro da sociedade através de expressões artísticas. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente o Prefeito de Teiêmaco Borba, Luiz Carlos Gibson, pelo projeto *Programa de Atenção aos Estomizados*. (Aplausos)

Já pedimos que venha à frente receber o seu certificado de reconhecimento o Presidente da Câmara de Wenceslau Braz, Vereador Valdemar Aparecido Gardenal, pelo projeto *Construindo e Reconstruindo*. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente receber uma menção honrosa o Prefeito de Cianorte, Claudemir Romero Bongiorno, pelo projeto *Agrindústrias Familiares*. (Aplausos)

Convidamos o coordenador do Prêmio Gestor Público Paraná, Sr. Laerzio Chiesorin, para fazer a entrega de uma menção honrosa ao Município de Guaiará, aqui representado pela Sra. Kátia Cristina Costa, pelo projeto *Incentivo ao Produtor Rural*, este ano intitulado como *O Produtor Planta e Todos Colhem*. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente o Sr. Francisco Favoto, que representa o Prefeito de Maringá, Sr. Carlos Roberto Pupin, para receber o troféu Prêmio Gestor Público pelo projeto *Implantação do Portal Saúde: Acesso do Cidadão ao Cartão Saúde Maringá*. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente receber o troféu Prêmio Gestor Público pelo projeto *A Inclusão da Cooperativa de Catadores do Município de Carambei na Educação Ambiental, Gestão e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos*, uma alternativa de economia solidária e mobilização social. Convidamos o Prefeito de Carambei, Osmar José Blum Chinato. (Aplausos)

Convidamos agora o Prefeito Joel Ricardo Martins Ferreira, da cidade de General Carneiro, para receber o troféu Prêmio Gestor Público pela execução do projeto *Conjunto Habitacional Bairro Novo São João*. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente também o Prefeito de Ipiranga, Roger Eduardo Angelotti Selski, para receber o troféu Prêmio Gestor Público alcançado pelo projeto ambiental *Ipiranga Sustentável*. (Aplausos)

Convidamos o Prefeito de Mandaguari, Romualdo Batista, para receber o troféu Prêmio Gestor Público pela execução do projeto *Inclusão Social, Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável em Mandaguari - projeto Cataman*. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente para receber o troféu Prêmio Gestor Público o Prefeito de Marialva, Edgar Silvestri, pelo projeto *O Desenvolvimento Artístico e a Promoção Cultural (Cidadania)*. (Aplausos)

Convidamos novamente para vir à frente o Prefeito de Ponta Grossa, Marcelo Rangel, para receber o troféu Prêmio Gestor Público pelo projeto *Segurança e Prevenção nas Unidades Escolares Municipais de Ponta Grossa - Brigada de Incêndio*. (Aplausos)

Convidamos para receber o troféu Prêmio Gestor Público o Prefeito de Santa Mariana, Jorge Rodrigues Nunes, pelo projeto *Reestruturação do Sistema Municipal de Saúde: Atendimento Médico Hospitalar e Atenção Básica*. (Aplausos)

Convidamos para vir à frente receber o troféu Prêmio Gestor Público - Tecnologia da Informação, o Prefeito de Nova Aurora, José Aparecido de Paula e Souza, pelo projeto *Ônibus Digital*. (Aplausos)

Convidamos, neste momento, para receber o troféu Prêmio Gestor Público - Administração Tributária, o Prefeito de Nova Aurora, José Aparecido de Paula e Souza, pelo projeto *Unidade de Conservação - Cuidar da Biodiversidade é Assegurar a Vida e os Direitos das Futuras Gerações*. (Aplausos) Ah, um equívoco, desculpem-me. Este prêmio não é para Nova Aurora, é para São Pedro do Paraná. Vamos lá, corrigindo: convidamos o Sr. Luiz Fernandes de Moraes Júnior, Coordenador da Receita do Estado.

Agora sim, da cidade de Curitiba, convidamos para vir receber o troféu Prêmio Gestor Público - Destaque Saúde, o Diretor-Geral da Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde, Sr. Gustavo Justus Schulz, pelo projeto *Serviço de Atenção Domiciliar de Curitiba*. (Aplausos)

E, para receber o troféu Prêmio Gestor Público Especial, convidamos para vir à frente o Prefeito de Ivaiporã, Luiz Carlos Gil, pelo projeto *Programa Intersetorial de Enfrentamento das Situações de Violência de Ivaiporã*. (Aplausos)

Podemos entregar o prêmio novamente a São Pedro do Paraná? Então, convidamos para que venha à frente o representante de São Pedro do Paraná, para receber o troféu Prêmio Gestor Público - Administração Tributária. (Aplausos)

Bem, senhoras e senhores, convidamos a todos para uma grandiosa salva de palmas a todos os participantes e aos vencedores do Prêmio Gestor Público Paraná 2014. (Aplausos) Convidamos as autoridades a retornarem aos seus lugares, por favor, à Mesa. Pedimos a colaboração dos senhores para mais alguns momentos antes de encerrarmos esta solenidade.

Passamos a condução dos trabalhos novamente ao 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Douglas Fabricio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabricio): Para se pronunciar como representante de todos os Prefeitos premiados, convidamos o Sr. Luiz Carlos Gil, Prefeito da cidade de Ivaiporã, V. Exa. tem esta tribuna ou aquela tribuna. Fica a sua disposição.

PREFEITO LUIZ CARLOS GIL: Boa tarde a todos. Deputado Douglas Fabricio, Presidente desta Sessão, todos os membros da Mesa, todos os Prefeitos, todas as autoridades presentes, realmente me pegou de surpresa, não esperava discursar hoje, neste momento.

Dizer que o trabalho que foi feito, na realidade é um trabalho até, se for considerado, simples, foi unir todos os segmentos da sociedade, não só deixar por conta do Conselho Tutelar o enfrentamento destas situações, mas realmente envolver toda a comunidade, saúde, assistência social, pessoal dos bairros, pessoal que trabalha de forma voluntária, a igreja, todas elas, e dessa forma ir buscar, não esperar o problema acontecer e o problema estourar. Na realidade, o programa foi abrir canais de acesso para que realmente enfrentássemos a violência doméstica, a violência infantil em todos os sentidos. Era isto. Muito obrigado. (Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabricio): Obrigado às palavras do Sr. Luiz Carlos Gil, Prefeito da cidade de Ivaiporã. E mais uma vez parabéns ao senhor e a todos os Municípios, os Prefeitos aqui premiados.

Neste momento, com a entrega deste prêmio, encerra-se a 2ª Edição do Prêmio Gestor Público do Paraná. Parabênzinhos todos os premiados e principalmente as suas comunidades, que podem contar com gestores preparados e preocupados com a melhoria das condições de vida de seus cidadãos. Palmas para todos os agraciados. (Aplausos)

Na sequência e aproveitando esta solenidade, foi-me dado pelo Sindafep o privilégio de anunciar o tema e o lema do 3º Prêmio Gestor Público, a ser desenvolvido no ano de 2015. Um levantamento do Instituto CP2, em cooperação com o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, constatou que a degradação ambiental era o sexto maior problema do país, tema que sequer fora mencionado na primeira pesquisa de 1992. Na edição do PGP de 2013 o tema foi Educação, na deste exercício Saúde e para 2015 Meio Ambiente, todos inseridos com o objetivo do milênio pela ONU, sob o lema *Meio Ambiente: Não Temos Tempo, o Futuro é Agora*, o Sindafep lança o Prêmio Gestor Público 2015.

Esta Presidência agradece a presença de todas as autoridades, civis e militares, dos auditores fiscais da Receita Estadual, dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores e seus assessores, dos apoiadores do Programa Prêmio Gestor Público, do Corai Paraná, sob a regência do maestro Paulo Kühn e da maestrina Elisandra Kühn, da Banda de Música da Polícia Militar, sob a regência do maestro 1º Sargento Reinaldo, dos profissionais da imprensa e dos telespectadores da TV SINAL, bem como dos demais convidados que aqui compareceram, prestigiando os nossos homenageados e o Poder Legislativo Paranaense.

Informamos que após esta solenidade estão todos convidados para o coquetel que será servido no Espaço Cultural desta Casa de Leis. Convidamos os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que estará encerrada a presente solenidade. Muito obrigado. (Aplausos)

(Execução do Hino do Paraná.)

"LEVANTA-SE A SESSÃO".

(Sessão Solene realizada no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, iniciada às 18h.)

123331/2014

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

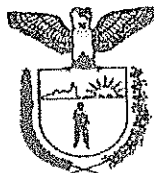
ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Ao oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e quatorze, com início às dezesseis horas, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembleia Legislativa do Paraná para a nona reunião, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica. O Presidente da CPI, Deputado Ney Leprevost, fez constar a substituição do membro titular, Deputado Toninho Wandscheer pelo Deputado Tadeu Veneri. Verificada a presença de quórum necessário, o Presidente, Deputado Ney Leprevost, declarou aberta a reunião, tendo inicialmente informado aos presentes que a pauta da reunião será a discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Em seguida, o Deputado Felipe Lucas, Relator da Comissão, apresentou o Relatório Final à Comissão e sugeriu alterações e inclusões no texto do relatório. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Relatório Final e suas alterações, tendo sido aprovado por unanimidade. Por fim, os Deputados manifestaram-se para expressar a satisfação pelas investigações realizadas, pelos resultados obtidos, pelas alternativas e encaminhamentos aprovados no Relatório. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou definitivamente a reunião, sendo lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Rose Mary Buffara de Camargo Vianna, Assessora da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica, e pelos Deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

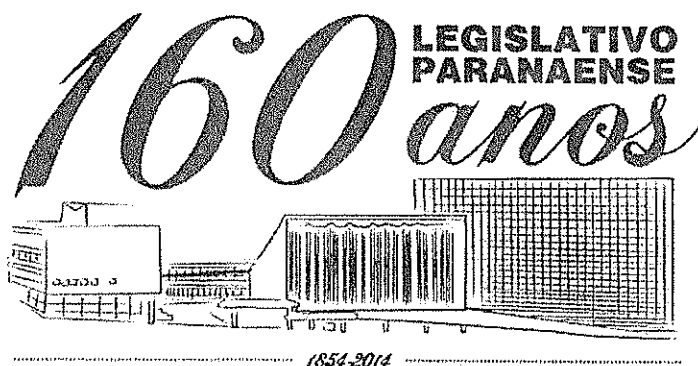
Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

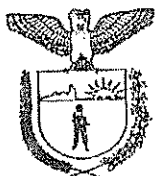
Dep. Gilson de Souza



CPI DA SAÚDE PSQUIÁTRICA

Relatório Final





1. INDICE

2. DO CONHECIMENTO DO FATO

3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

4. DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES

5. DA CONCLUSÃO

6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS

7. DOS AGRADECIMENTOS

8. DOS ANEXOS



2. DO CONHECIMENTO DO FATO

Desde que entrou em vigor a Lei da Reforma Psiquiátrica - em 2001 - a capital paranaense perdeu mais de 56% dos leitos destinados a internar pessoas com transtornos psíquicos ou dependência química. O quadro torna-se ainda mais alarmante quando leva-se em consideração que mais de 5 mil pessoas esperam na fila só em Curitiba para receber tratamento psiquiátrico.

O presente relatório tem por finalidade cumprir a missão assumida pelos Deputados Estaduais integrantes desta CPI, consubstanciada no esclarecimento de supostas irregularidades no atendimento a Saúde Psiquiátrica no Estado do Paraná com denúncias de falta de leitos, fechamento de ambulatórios de saúde mental, rompimento das parcerias com clínicas privadas, desassistência aos dependentes de crack, falta de medicamentos para o tratamento, o fim da residência médica no Hospital Nossa Senhora da Luz e o abandono aos doentes mentais graves. Por isso, após a oitiva de depoimentos e de provas documentais, chegou-se às conclusões ora apresentadas

3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Por iniciativa do Deputado Ney Leprevost e com o apoio de vinte e um Parlamentares (§ 3º do art. 62 da Constituição Estadual) foi apresentado requerimento objetivando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, protocolado sob o Requerimento nº 2154/14-DAP, de 19 de maio de 2014, e aprovado pelo Ato do Presidente nº 4/2014, de 20 de maio de 2014, publicado no DiOA nº 652 com prazo inicial de 120 (cento e vinte) dias prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, conforme Requerimento protocolado no dia 12 de agosto de 2014, na forma do art. 36, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa

A CPI da Saúde Psiquiátrica foi formada por 7 membros com a composição indicada pelos Partidos e Blocos Parlamentares. No decorrer dos trabalhos houve substituição do Deputado Toninho Wandscheer pelo Deputado Tadeu Veneri. Abaixo segue atual composição:

Presidente: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Duílio Genari



Relator: Deputado Felipe Lucas

Suplente: Deputado Tercilio Turini

Membros Efetivos

Deputado Gilson de Souza

Suplente: Pastor Edson Praczyk

Deputado Luiz Claudio Romanelli

Suplente: Waldyr Pugliesi

Deputado Osmar Bertoldi

Suplente: Pedro Lupion

Deputado Stephanes Junior

Suplente: Marla Tureck

Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Luciana Rafagnin

4. CRONOGRAMA DAS AÇÕES E ATAS

Devidamente instalada e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento a Comissão realizou 8 (oito) Reuniões Ordinárias e 1 (uma) Diligência, conforme cronograma que segue:

Dia 04 de junho de 2014 - 1ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

Na primeira reunião, cujo depoente foi o Dr. André Rotta, presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, tratou-se sobre numerosa fila de espera para internamento na Região Metropolitana de Curitiba e a consequente falta de leitos. Constatou-se, ainda, que mais de 5.000 pacientes aguardam por uma vaga.



Dia 18 de junho de 2014 - 2ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Heyde, responsável pela ala de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

Na segunda reunião, falou o Dr. Marcelo Heyde, responsável pela área de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz. O médico contou que o fechamento do Hospital em 2013 gerou um aumento na fila de espera e levou à extinção de 440 leitos psiquiátricos só na cidade de Curitiba. Desde então, o Governo Federal prometeu abrir novos leitos no Hospital Cajuru, mas até o presente momento isso não ocorreu. Heyde declarou, ainda, que estão disponíveis na rede pública somente dois medicamentos antidepressivos, impossibilitando um melhor resultado no tratamento de pacientes em surto.

Dia 01 de julho de 2014 - 3ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

A terceira reunião abordou a situação do Hospital San Julian e o depoente foi o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara. Ele falou sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado pela prefeitura, também fez denúncia sobre a não utilização de leitos, mesmo existindo vagas e sua experiência junto ao CAPS de Piraquara.

Dia 15 de julho de 2014 - 4ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara.

Publicado no DiOA nº 719 de 27/8/2014

Na quarta reunião, o depoente foi o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara iniciou seu depoimento falando sobre a caótica situação da área de psiquiatria no Estado afirmou que a falta de investimentos no setor é um dos maiores entraves para resolver a situação atual e que essa falta de investimentos é uma política nacional.



Dia 12 de agosto de 2014 - 5ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Guilherme Gois, diretor da Clínica Ômega.

Publicado no DiOA nº 721 de 29/8/2014

Na quinta reunião, o Dr. Guilherme Gois, diretor da Clínica Ômega, demonstrou preocupação sobre uma informação do Ministério da Saúde que revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isto abrange cerca de 9% da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que busca tratamento, reabilitação, reinserção social além da promoção da saúde mental para esta população em geral. Nesses ambulatorios são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate este tipo de paciente.

Dia 21 de outubro de 2014 - 6ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria.

Publicado no DiOA nº 757 de 30/10/2014

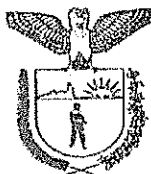
A sexta reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Presidente da Associação de Psiquiatria do Paraná, Dr. André Rotta Burkiewicz, que apresentou mais denúncias sobre a desassistência aos pacientes, entre elas a falta de infraestrutura dos CAPs (Centros de Atenção Psicossociais), onde médicos que não são especialistas estariam passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, péssimas condições sanitárias, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender surtos psicóticos; entre outras irregularidades.

Dia 28 de outubro de 2014 - 7ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Kimati Dias, Coordenador da Área de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba.

Publicado no DiOA nº 764 de 11/11/2014

A sétima reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Diretor do Departamento de Saúde Mental de Curitiba, Dr. Marcelo Kimati Dias, que se comprometeu a estreitar o diálogo com a classe médica e a sociedade e reconheceu que existem problemas na área, principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack na cidade. Afirmou, ainda, que o número desses dependentes é maior do que 15 mil e que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.



Dia 18 de novembro de 2014 - 8ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dra. Márcia Huçulak, Superintendente de Atenção a Saúde da Secretária de Estado da Saúde do Paraná.

Publicado no DiOA nº 778 de 02/12/2014

A oitava reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente a Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, Márcia Huçulak, que rebateu as informações sobre a falta de repasses para a cidade dadas pelo diretor de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba Dr. Marcelo Kimati e falou sobre as diversas ações desenvolvidas pelo órgão estadual para o setor. A superintendente lembrou, ainda, que a cidade de Curitiba deixou de receber este ano R\$2,8 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, mas a transferência não pode ser realizada porque o município não apresentou as devidas certidões negativas exigidas pela lei.

Dia 18 de novembro de 2014 a partir das 19h30 - Diligência da CPI da Saúde Psiquiátrica

Visita surpresa dos Deputados Ney Leprevost, Felipe Lucas e Gilson de Souza e pelo Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Dr. André Rotta, nas ruas próximas da Catedral Metropolitana de Curitiba e conversa com moradores e com a população de rua.

5. DA CONCLUSÃO

Da leitura dos elementos documentais que compõem o banco de dados gerado como resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar da Saúde Psiquiátrica, coletados durante a fase de inquérito, seguem as conclusões abaixo expostas objetivamente.

- a) exame de denúncias recebidas;
- b) análise dos depoimentos.

Na saúde psiquiátrica existe uma ideologia que prega que os tratamentos dos doentes, mesmo os mais graves, devem ser feitos sem a necessidade de internamento. Tal procedimento é condenado pela maior parte da classe médica, principalmente pelos especialistas da área de psiquiatria. A única forma de se conseguir um tratamento humanizado e específico para cada uma das fases da doença é articulando tratamento em rede com profissionais qualificados com supervisão e visitas periódicas aos psiquiatras. Hoje os pacientes, pela Lei, devem contar com equipes multidisciplinares. Esta postura ideológica acaba sendo radicalizada e faz com que ocorram diversos erros como por exemplo permitir que pacientes em crise, surto ou dependentes de crack fiquem perambulando desassistidos pelas ruas. A falta de investimentos



pacientes, pela Lei, devem contar com equipes multidisciplinares. Esta postura ideológica acaba sendo radicalizada e faz com que ocorram diversos erros como por exemplo permitir que pacientes em crise, surto ou dependentes de crack fiquem perambulando desassistidos pelas ruas. A falta de investimentos no setor de psiquiatria é muito grave e vem de uma política nacional agravada nos últimos anos. O custo médio de um internamento é de R\$ 110,00 a diária, o Governo Federal repassa aos municípios o valor de apenas R\$ 33,95 para custear corpo clínico, médico, psiquiátrica, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, além dos cargos administrativos e a medicação. Outro dado importante do próprio Ministério da Saúde revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isto abrange cerca de 9% da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que busca tratamento, reabilitação, reinserção social além da promoção da saúde mental para esta população em geral. Nesses ambulatorios são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate este tipo de paciente.

No Paraná existem 54 ambulatorios, contemplando 17 cidades ou consórcios de municípios. Em Curitiba, capital do Estado e onde vivem cerca de dois milhões de pessoas, existem apenas três ambulatorios. Até certo tempo atrás havia seis, ou seja, metade dos ambulatorios da Capital fechou e isto causa grande preocupação. Segundo o próprio site do Ministério da Saúde, o ambulatorio não consta mais na nova RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, que é a nova portaria, publicada em 2011. Porém, os profissionais que atuam na área, principalmente os profissionais da psiquiatria, percebem a importância que este serviço tem, até pela grande abrangência de atendimentos que realizam para esta população. A conclusão é que o fechamento de ambulatorios é preocupante.

CURITIBA - A CPI também constatou que não existe diálogo entre a Sociedade Paranaense de Psiquiatria e a maior rede psiquiátrica do Estado que é a da Capital Paranaense coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. A Comissão recebeu informação que nos últimos anos foram fechados mais de 300 leitos psiquiátricos na Capital conforme depoimento do doutor André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria. Além disso faltam CAPS em Curitiba e ambulatorios, o que dificulta o tratamento de pacientes. Outra constatação importante da CPI é de que Curitiba deveria ter 1.700 leitos psiquiátricos, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde, o que não ocorre. Muitas clínicas estão fechando como Reintegrar e Elo que eram pertencentes ao Hospital Elio Rotemberg, além disso constata-se que a fila de pessoas para consultar psiquiatras pela Rede Pública de Saúde está bastante longa com mais de 4.319 pessoas na espera. Outro grave problema constatado é sobre a falta de isolamento adequado para atender pacientes em surtos nas unidades da Capital do Estado. Causa também preocupação o fato de crianças e adolescentes com transtorno psiquiátricos serem atendidos na Capital do Estado junto com dependentes químicos. Foi relatado ainda sobre a desassistência aos pacientes em Curitiba, entre elas estão à falta de infraestrutura dos CAPs (Centros de Atenção Psicossociais), onde médicos que não



são especialistas estariam passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, condições sanitárias inadequadas, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender surtos psicóticos. Também foi denunciado que faltam nos CAPs de Curitiba a presença de terapeutas, o que é obrigatório por lei. A CPI também tomou conhecimento que existem problemas principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack em Curitiba e que o número desses dependentes é maior do que 15 mil, sendo que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.

De acordo com um dos relatos, foi informado para a CPI, que Curitiba deixou de receber este ano R\$ 2,8 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, porque o município não apresentou as devidas certidões negativas exigidas pela lei. Como Curitiba tem gestão plena na área, a Prefeitura é responsável pelo setor e por suas ações.

INTERIOR E REGIÃO METROPOLITANA - A CPI constatou ainda que em diversos municípios do interior do Estado não há sequer uma Coordenação de Saúde Mental nas Secretarias de Saúde Municipais vide o fato de diversos ofícios que foram expedidos para municípios do interior não terem sequer sido respondidos sendo que em muitos casos as Prefeituras não tinham nem mesmo um email ou fax do Departamento de Saúde Psiquiátrica para que a Secretaria da CPI pudesse entrar em contato. Pior do que isso, a maioria das Prefeituras do Paraná sequer tem um Departamento de Saúde Psiquiátrica. Um outro lugar do Paraná onde o problema é grande é o município de Piraquara já que o Hospital San Julian não está mais sendo utilizado pela Prefeitura e isso provocou uma queda de vagas na Região Metropolitana. Segundo relatou a CPI o Dr. Ricardo Sbalqueiro, o Hospital San Julian é o único que atende pacientes jovens e segundo o doutor é o único com especialidade em tratamento na dependência química a adolescentes na Região Metropolitana de Curitiba. A Comissão fez um levantamento no interior do Estado e verificou que alguns municípios tem problemas para atender os pacientes. Em Centenário do Sul, por exemplo, um CAPS está em fase de implantação e atenderá também as cidades de Cafeara, Lupionópolis e Guaraci. No momento os atendimentos no município acontecem em um imóvel alugado e os médicos psiquiatras e psicólogos atendem também na Unidade de Saúde. Esse é um dos vários exemplos de como está a saúde psiquiátrica nos diversos pontos do Estado do Paraná.

Sequer as Unidades de Saúde Básica, conhecidas como UPAs, conseguem dar conta do grave problema que afeta os principais centros urbanos do País. A própria Central de Leitos orienta as pessoas a esperar pelo atendimento mesmo em casos graves, onde a atenção deveria ser imediata. Cabe relatar que existe uma central de leitos para atender a Capital e outra para atender o Estado. É necessário que a central de leitos reconheça a necessidade de internamento dos pacientes e encaminhe os pedidos para que sejam feitas as internações.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA - A CPI descobriu que 47% da população carcerária do País tem dependência química, 26% tem algum tipo de psicose, 16% tem depressão, 10% tem risco de cometer suicídio, ou seja, muitos criminosos são pessoas que tem problemas mentais



e que se fossem tratados poderiam não reincidir em atos violentos contra a sociedade. A única forma de garantir uma prevenção eficaz do problema, segundo pesquisa feita com população carcerária no Brasil, é realmente através de tratamento humanitário e muitas vezes com necessidade de internamento.

As ações da CPI da Saúde Psiquiátrica se pautaram em denúncias, na convocação de depoentes e na diligência ao Centro Histórico da capital paranaense para conversa com moradores da região, população de rua e viciados em crack, com o diagnóstico da situação atual da Saúde Psiquiátrica no Estado quanto as irregularidades, causas e demais fatores determinantes.

6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS

A partir da aprovação deste relatório é que efetivamente iniciará a real e constante fiscalização da gestão pública.

- Encaminhamento do relatório ao Ministério da Saúde para que façam uma análise sobre a conveniência de manter da forma como está o valor dos repasses do SUS aos Municípios para a área de Psiquiatria, sendo que ficou constatado que os valores estão defasados diante do que se faz necessário, ou seja, recomenda-se aumento no valor dos repasses feitos e esta recomendação deve ser explicitada a Sra. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Saúde;
- Encaminhamento do relatório a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná;
- Encaminhamento do relatório a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba;
- Encaminhamento do relatório completo a Sociedade Paranaense de Psiquiatria, a Associação Médica do Paraná e ao Conselho Regional de Medicina para que tomem as providências que considerarem cabíveis;
- Recomendar a Defensoria Pública do Estado que nos casos em que exista omissão do Poder Governamental ou Estatal em relação a atendimentos, possa ingressar com ações na justiça para garantir tratamento digno e humanitário aos pacientes;
- Encaminhamento do relatório a Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado para que tome conhecimento e possa adotar medidas com o intuito de tratar os presos que tem transtornos mentais;
- Recomendar a todas as autoridades do área de saúde, sejam do âmbito Federal, Estadual ou Municipal que façam o diálogo e procurem elaborar imediatamente uma

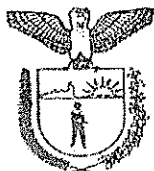


comissão multidisciplinar com o objetivo de melhorar o atendimento da saúde psiquiátrica em Curitiba;

- Recomendar a Câmara Federal e ao Senado da República alterações na Legislação em vigor no País para que garantam nos casos em que houver vontade da família e do paciente o internamento na Rede Pública de Saúde, mesmo indo contra a política adotada atualmente pelo Governo Federal, ou seja, fazendo correções na Legislação vigente no País;
- Recomendar a Secretaria de Segurança Pública a formação de um grupo especial, dentro do Denarc, de combate ao crack inclusive com serviço de inteligência e infiltração para estabelecer o estancamento do tráfico desta substância altamente danosa a saúde física e mental de seus usuários em todo o Estado do Paraná;
- Encaminhar a Polícia Federal um pedido de combate ao tráfico de crack nas fronteiras dos países que fazem divisa com o Estado do Paraná;
- Recomendar ao governador do Estado a criação de um grupo multidisciplinar de prevenção, combate e tratamento dos dependentes do crack, que tenha foco no combate ao tráfico e tratamento dos dependentes, sendo formado pela elite da polícia civil e militar e com médicos, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, além de educadores;
- Recomendar a Prefeitura de Curitiba a reativação dos ambulatórios que trabalhavam em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde
- Recomendar a Secretaria Estadual de Saúde que intensifique as ações de prevenção ao crack;
- Recomendar a Secretaria Estadual de Educação a inclusão de aulas sobre a prevenção as drogas nas escolas públicas do Paraná;
- Recomendar a Prefeitura Municipal de Curitiba a reativação da Secretaria Antidrogas do Município, desde que o perfil da mesma seja altamente técnico;
- Recomendar que a Assembleia Legislativa do Paraná realize fiscalização permanente e semestral em relação a saúde mental no Estado e que seja aberta uma CPI da Saúde para investigar o problema de forma mais ampla e abrangente.

7. DOS AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos mais profundos agradecimentos a todos os membros da CPI que participaram com dedicação de todos os trabalhos, debates, audiências e diligência,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



contribuindo imensamente, com suas vivências e opiniões, para a confecção mais real do quadro das possíveis irregularidades na saúde psiquiátrica no âmbito do Estado do Paraná.

A todos os nossos convidados e às pessoas, organizações e instituições que colaboraram, encaminhando documentos, dados, informações, depoimentos, no intuito de enriquecer o perfil que traçamos, possibilitando que ele se aproximasse mais da realidade, nosso reconhecimento.

Agradecemos, ainda, aos funcionários da Casa que prestaram apoio ao nosso trabalho.

É o relatório.

Sala de Comissões, 10 de dezembro de 2014

Relator: Deputado Felipe Lucas

Suplente: Deputado Cécilio Turini

Presidente: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Duílio Genari

Titular: Deputado Gilson de Souza

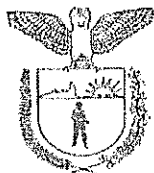
Suplente: Pastor Edson Praczyk

Titular: Deputado Luiz Claudio Romanelli

Suplente: Wallyr Pugliesi

Titular: Deputado Osmar Bertoldi

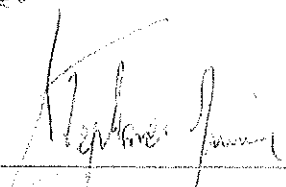
Suplente: Pedro Lupion



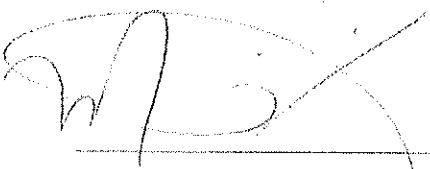
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

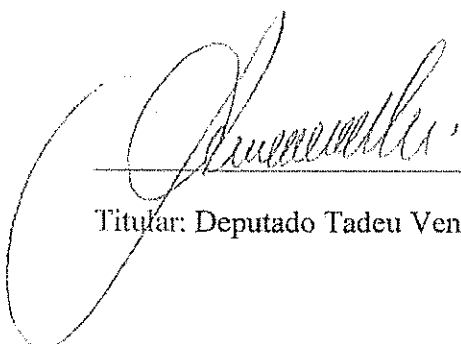




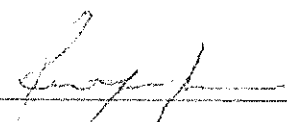
Titular: Deputado Stephanes Junior



Suplente: Marla Tureck



Titular: Deputado Tadeu Veneri



Suplente: Luciana Rafagnin

Dep. Luiz Cláudio Romanelli

Dep. Osmar Bertoldi

Dep. Stephanes Junior

Dep. Tadeu Veneri

Rose Mary Buffara de Camargo Vianna - Assessora da CPI

123332/2014

CPI DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Relatório Final



2014

1. ÍNDICE

2. DO CONHECIMENTO DO FATO

3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

4. DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES

5. DA CONCLUSÃO

6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS

7. DOS AGRADECIMENTOS

2. DO CONHECIMENTO DO FATO

Desde que entrou em vigor a Lei da Reforma Psiquiátrica - em 2001 - a capital paranaense perdeu mais de 56% dos leitos destinados a internar pessoas com transtornos psíquicos ou dependência química. O quadro torna-se ainda mais alarmante quando leva-se em consideração que mais de 5 mil pessoas esperam na fila só em Curitiba para receber tratamento psiquiátrico.

O presente relatório tem por finalidade cumprir a missão assumida pelos Deputados Estaduais integrantes desta CPI, consubstanciada no esclarecimento de supostas irregularidades no atendimento à Saúde Psiquiátrica no Estado do Paraná com denúncias de falta de leitos, fechamento de ambulatórios de saúde mental, rompimento das parcerias com clínicas privadas, desassistência aos dependentes de crack, falta de medicamentos para o tratamento, o fim da residência médica no Hospital Nossa Senhora da Luz e o abandono aos doentes mentais graves. Por isso, após a oitiva de depoimentos e de provas documentais, chegou-se às conclusões ora apresentadas.

3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Por iniciativa do Deputado Ney Leprevost e com o apoio de vinte e um Parlamentares (§ 3º do art. 62 da Constituição Estadual) foi apresentado requerimento objetivando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, protocolado sob o Requerimento nº 2154/14-DAP, de 19 de maio de 2014, e aprovado pelo Ato do Presidente nº 4/2014, de 20 de maio de 2014, publicado no DiOA nº 652 com prazo inicial de 120 (cento e vinte) dias prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, conforme Requerimento protocolado no dia 12 de agosto de 2014, na forma do art. 36, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

A CPI da Saúde Psiquiátrica foi formada por 7 membros com a composição indicada pelos Partidos e Blocos Parlamentares. No decorrer dos trabalhos houve substituição do Deputado Toninho Wandscheer pelo Deputado Tadeu Veneri. Abaixo segue atual composição:

Presidente: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Dúlio Genari

Relator: Deputado Felipe Lucas

Suplente: Deputado Tereotio Turini

Membros Efetivos

Deputado Gilson de Souza

Suplente: Pastor Edson Praczyk

Deputado Luiz Cláudio Romanelli

Suplente: Waldyr Pugliesi

Deputado Osmar Bertoldi

Suplente: Pedro Lupion

Deputado Stephanes Junior

Suplente: Marla Tureck

Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Luciana Rafaguin

4. CRONOGRAMA DAS AÇÕES E ATAS

Devidamente instalada e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento a Comissão realizou 8 (oito) Reuniões Ordinárias e 1 (uma) Diligência, conforme cronograma que segue:

Dia 04 de junho de 2014 - 1ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

Na primeira reunião, cujo depoente foi o Dr. André Rotta, presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, tratou-se sobre numerosa fila de espera para internamento na Região Metropolitana de Curitiba e a consequente falta de leitos. Constatou-se, ainda, que mais de 5.000 pacientes aguardam por uma vaga.

Dia 18 de junho de 2014 - 2ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Heyde, responsável pela ala de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

Na segunda reunião, falou o Dr. Marcelo Heyde, responsável pela área de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz. O médico contou que o fechamento do Hospital em 2013 gerou um aumento na fila de espera e levou à extinção de 440 leitos psiquiátricos só na cidade de Curitiba. Desde então, o Governo Federal prometeu abrir novos leitos no Hospital Cajuru, mas até o presente momento isso não ocorreu. Heyde declarou, ainda, que estão disponíveis na rede pública somente dois medicamentos antidepressivos, impossibilitando um melhor resultado no tratamento de pacientes em surto.

Dia 01 de julho de 2014 - 3ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

A terceira reunião abordou a situação do Hospital San Julian e o depoente foi o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara. Ele falou sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado pela prefeitura, também fez denúncia sobre a não utilização de leitos, mesmo existindo vagas e sua experiência junto ao CAPS de Piraquara.

Dia 15 de julho de 2014 - 4ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara.

Publicado no DiOA nº 719 de 27/8/2014

Na quarta reunião, o depoente foi o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara iniciou seu depoimento falando sobre a caótica situação da área de psiquiatria no Estado afirmou que a falta de investimentos no setor é um dos maiores entraves para resolver a situação atual e que essa falta de investimentos é uma política nacional.

Dia 12 de agosto de 2014 - 5ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Guilherme Gois, diretor da Clínica Ômega.

Publicado no DiOA nº 721 de 29/8/2014

Na quinta reunião, o Dr. Guilherme Gois, diretor da Clínica Ômega, demonstrou preocupação sobre uma informação do Ministério da Saúde que revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isto abrange cerca de 9%

da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que busca tratamento, reabilitação, reinserção social além da promoção da saúde mental para esta população em geral. Nesses ambulatorios são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate este tipo de paciente.

Dia 21 de outubro de 2014 - 6ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria.

Publicado no DiOA nº 737 de 30/10/2014

A sexta reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Presidente da Associação de Psiquiatria do Paraná, Dr. André Rotta Burkiewicz, que apresentou mais denúncias sobre a desassistência aos pacientes, entre elas a falta de infraestrutura dos CAPS (Centros de Atenção Psicossociais), onde médicos que não são especialistas estariam passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, péssimas condições sanitárias, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender surtos psicóticos; entre outras irregularidades

Dia 28 de outubro de 2014 - 7ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Kimati Dias, Coordenador da Área de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba.

Publicado no DiOA nº 764 de 11/11/2014

A sétima reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Diretor do Departamento de Saúde Mental de Curitiba, Dr. Marcelo Kimati Dias, que se comprometeu a estreitar o diálogo com a classe médica e a sociedade e reconheceu que existem problemas na área, principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack na cidade. Afirmou, ainda, que o número desses dependentes é maior do que 15 mil e que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.

Dia 18 de novembro de 2014 - 8ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dra. Márcia Huçulak, Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

Publicado no DiOA nº 778 de 02/12/2014

A oitava reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente a Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, Márcia Huçulak, que rebateu as informações sobre a falta de repasses para a cidade dadas pelo diretor de Saúde Mental da

Prefeitura de Curitiba Dr. Marcelo Kimati e falou sobre as diversas ações desenvolvidas pelo órgão estadual para o setor. A superintendente lembrou, ainda, que a cidade de Curitiba deixou de receber este ano R\$2,8 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, mas a transferência não pode ser realizada porque o município não apresentou as devidas certidões negativas exigidas pela lei.

Dia 18 de novembro de 2014 a partir das 19h30 - Diligência da CPI da Saúde Psiquiátrica

Visita surpresa dos Deputados Ney Leprevost, Felipe Lucas e Gilson de Souza e pelo Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Dr. André Rotta, nas ruas próximas da Catedral Metropolitana de Curitiba e conversa com moradores e com a população de rua.

5. DA CONCLUSÃO

Da leitura dos elementos documentais que compõem o banco de dados gerado como resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar da Saúde Psiquiátrica, coletados durante a fase de inquérito, seguem as conclusões abaixo expostas objetivamente:

a) exame de denúncias recebidas;

b) análise dos depoimentos.

Na saúde psiquiátrica existe uma ideologia que prega que os tratamentos dos doentes, mesmo os mais graves, devem ser feitos sem a necessidade de internamento. Tal procedimento é condenado pela maior parte da classe médica, principalmente pelos especialistas da área de psiquiatria. A única forma de se conseguir um tratamento humanizado e específico para cada uma das fases da doença é articulando tratamento em rede com profissionais qualificados com supervisão e visitas periódicas aos psiquiatras. Hoje os pacientes, pela Lei, devem contar com equipes multidisciplinares. Esta postura ideológica acaba sendo radicalizada e faz com que ocorram diversos erros como por exemplo permitir que pacientes em crise, surto ou dependentes de crack fiquem perambulando desassistidos pelas ruas. A falta de investimentos

no setor de psiquiatria é muito grave e vem de uma política nacional agravada nos últimos anos. O custo médio de um internamento é de R\$ 110,00 a diária, o Governo Federal repassa aos municípios o valor de apenas R\$ 33,95 para custear corpo clínico, médico, psiquiátrica, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, além dos cargos administrativos e a medicação. Outro dado importante do próprio Ministério da Saúde revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isto abrange cerca de 9% da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que busca tratamento, reabilitação, reinserção social além da promoção da saúde mental para esta população em geral. Nesses

ambulatorios são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate este tipo de paciente.

No Paraná existem 54 ambulatorios, contemplando 17 cidades ou consórcios de municípios. Em Curitiba, capital do Estado e onde vivem cerca de dois milhões de pessoas, existem apenas três ambulatorios. Até certo tempo atrás havia seis, ou seja, metade dos ambulatorios da Capital fechou e isto causa grande preocupação. Segundo o próprio site do Ministério da Saúde, o ambulatorio não consta mais na nova RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, que é a nova portaria, publicada em 2011. Porém, os profissionais que atuam na área, principalmente os profissionais da psiquiatria, percebem a importância que este serviço tem, até pela grande abrangência de atendimentos que realizam para esta população. A conclusão é que o fechamento de ambulatorios é preocupante.

CURITIBA - A CPI também constatou que não existe diálogo entre a Sociedade Paranaense de Psiquiatria e a maior rede psiquiátrica do Estado que é a da Capital Paranaense coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. A Comissão recebeu informação que nos últimos anos foram fechados mais de 300 leitos psiquiátricos na Capital conforme depoimento do doutor André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria. Além disso faltam CAPS em Curitiba e ambulatorios, o que dificulta o tratamento de pacientes. Outra constatação importante da CPI é de que Curitiba deveria ter 1.700 leitos psiquiátricos, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde, o que não ocorre. Muitas clínicas estão fechando como Reintegrar e Elo que eram pertencentes ao Hospital Elio Rotemberg, além disso constata-se que a fila de pessoas para consultar psiquiatras pela Rede Pública de Saúde está bastante longa com mais de 4.319 pessoas na espera. Outro grave problema constatado é sobre a falta de isolamento adequado para atender pacientes em surtos nas unidades da Capital do Estado. Causa também preocupação o fato de crianças e adolescentes com transtorno psiquiátricos serem atendidos na Capital do Estado junto com dependentes químicos. Foi relatado ainda sobre a desassistência aos pacientes em Curitiba, entre elas estão a falta de infraestrutura dos CAPS (Centros de Atenção Psicossociais), onde médicos que não

são especialistas estariam passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, condições sanitárias inadequadas, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender surtos psicóticos. Também foi denunciado que faltam nos CAPS de Curitiba a presença de terapeutas, o que é obrigatório por lei. A CPI também tomou conhecimento que existem problemas principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack em Curitiba e que o número desses dependentes é maior do que 15 mil, sendo que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.

De acordo com um dos relatos, foi informado para a CPI, que Curitiba deixou de receber este ano R\$ 2,8 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, porque o

município não apresentou as devidas condições negativas exigidas pela lei. Como Curitiba tem gestão plena na área, a Prefeitura é responsável pelo setor e por suas ações.

INTERIOR E REGIÃO METROPOLITANA - A CPI constatou ainda que em diversos municípios do interior do Estado não há sequer uma Coordenação de Saúde Mental nas Secretarias de Saúde Municipais vide o fato de diversos ofícios que foram expedidos para municípios do interior não terem sequer sido respondidos sendo que em muitos casos as Prefeituras não tinham nem mesmo um e-mail ou fax do Departamento de Saúde Psiquiátrica para que a Secretaria da CPI pudesse entrar em contato. Pior do que isso, a maioria das Prefeituras do Paraná sequer tem um Departamento de Saúde Psiquiátrica. Um outro lugar do Paraná onde o problema é grande é o município de Piraquara já que o Hospital San Julian não está mais sendo utilizado pela Prefeitura e isso provocou uma queda de vagas na Região Metropolitana. Segundo relatório a CPI o Dr. Ricardo Sbalqueiro, o Hospital San Julian é o único que atende pacientes jovens e segundo o doutor é o único com especialidade em tratamento na dependência química a adolescentes na Região Metropolitana de Curitiba. A Comissão fez um levantamento no interior do Estado e verificou que alguns municípios tem problemas para atender os pacientes. Em Centenario do Sul, por exemplo, um CAPS está em fase de implantação e atenderá também as cidades de Cafeara, Lupionópolis e Guaraci. No momento os atendimentos no município acontecem em um imóvel alugado e os médicos psiquiatras e psicólogos atendem também na Unidade de Saúde. Esse é um dos vários exemplos de como está a saúde psiquiátrica nos diversos pontos do Estado do Paraná.

Sequer as Unidades de Saúde Básica, conhecidas como UPAs, conseguem dar conta do grave problema que afeta os principais centros urbanos do País. A própria Central de Leitões orienta as pessoas a esperar pelo atendimento mesmo em casos graves, onde a atenção deveria ser imediata. Cabe relatar que existe uma central de leitos para atender a Capital e outra para atender o Estado. É necessário que a central de leitos reconheça a necessidade de internamento dos pacientes e encaminhe os pedidos para que sejam feitas as internações.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA - A CPI descobriu que 47% da população carcerária do País tem dependência química, 26% tem algum tipo de psicose, 16% tem depressão, 10% tem risco de cometer suicídio, ou seja, muitos criminosos são pessoas que tem problemas mentais

e que se fossem tratados poderiam não reincidir em atos violentos contra a sociedade. A única forma de garantir uma prevenção eficaz do problema, segundo pesquisa feita com população carcerária no Brasil, é realmente através de tratamento humanitário e muitas vezes com necessidade de internamento.

As ações da CPI da Saúde Psiquiátrica se pautaram em denúncias, na convocação de depoentes e na diligência no Centro Histórico da capital paranaense para conversa com moradores da região, população de rua e viciados em crack, com o diagnóstico da situação atual da Saúde Psiquiátrica no Estado quanto as irregularidades, causas e demais fatores determinantes

6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS

A partir da aprovação deste relatório é que efetivamente iniciará a real e constante fiscalização da gestão pública.

- Encaminhamento do relatório ao Ministério da Saúde para que façam uma análise sobre a conveniência de manter da forma como está o valor dos repasses do SUS aos Municípios para a área de Psiquiatria, sendo que ficou constatado que os valores estão defasados diante do que se faz necessário, ou seja, recomenda-se aumento no valor dos repasses feitos e esta recomendação deve ser explicitada a Sra. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Saúde;
- Encaminhamento do relatório a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná;
- Encaminhamento do relatório a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba;
- Encaminhamento do relatório completo a Sociedade Paranaense de Psiquiatria, a Associação Médica do Paraná e ao Conselho Regional de Medicina para que tomem as providências que considerarem cabíveis;
- Recomendar a Defensoria Pública do Estado que nos casos em que exista omissão do Poder Governamental ou Estatal em relação a atendimentos, possa ingressar com ações na justiça para garantir tratamento digno e humanitário aos pacientes;
- Encaminhamento do relatório a Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado para que tome conhecimento e possa adotar medidas com o intuito de tratar os presos que tem transtornos mentais;
- Recomendar a todas as autoridades da área de saúde, sejam do âmbito Federal, Estadual ou Municipal que façam o diálogo e procurem elaborar imediatamente uma

comissão multidisciplinar com o objetivo de melhorar o atendimento da saúde psiquiátrica em Curitiba;

- Recomendar a Câmara Federal e ao Senado da República alterações na Legislação em vigor no País para que garantam nos casos em que houver vontade da família e do paciente o internamento na Rede Pública de Saúde, mesmo indo contra a política adotada atualmente pelo Governo Federal, ou seja, fazendo correções na Legislação vigente no País.
- Recomendar a Secretaria de Segurança Pública a formação de um grupo especial, dentro do Denare, de combate ao crack inclusive com serviço de inteligência e infiltração para estabelecer o estancamento do tráfico desta substância altamente danosa a saúde física e mental de seus usuários em todo o Estado do Paraná;

- Encaminhar a Polícia Federal um pedido de combate ao tráfico de crack nas fronteiras dos países que fazem divisa com o Estado do Paraná;
- Recomendar ao governador do Estado a criação de um grupo multidisciplinar de prevenção, combate e tratamento dos dependentes do crack, que tenha foco no combate ao tráfico e tratamento dos dependentes, sendo formado pela elite da polícia civil e militar e com médicos, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, além de educadores;
- Recomendar a Prefeitura de Curitiba a reativação dos ambulatórios que trabalhavam em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde
- Recomendar a Secretaria Estadual de Saúde que intensifique as ações de prevenção ao crack;
- Recomendar a Secretaria Estadual de Educação a inclusão de aulas sobre a prevenção as drogas nas escolas públicas do Paraná;
- Recomendar a Prefeitura Municipal de Curitiba a reativação da Secretaria Antidrogas do Município, desde que o perfil da mesma seja altamente técnico;
- Recomendar que a Assembleia Legislativa do Paraná realize fiscalização permanente e semestral em relação a saúde mental no Estado e que seja aberta uma CPI da Saúde para investigar o problema de forma mais ampla e abrangente.

7. DOS AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos mais profundos agradecimentos a todos os membros da CPI que participaram com dedicação de todos os trabalhos, debates, audiências e diligências.

contribuindo intensamente, com suas vivências e opiniões, para a confecção mais real do quadro das possíveis irregularidades na saúde psiquiátrica no âmbito do Estado do Paraná.

A todos os nossos convidados e às pessoas, organizações e instituições que colaboraram, encaminhando documentos, dados, informações, depoimentos, no intuito de enriquecer o perfil que traçamos, possibilitando que ele se aproximasse mais da realidade, nosso reconhecimento.

Agradecemos, ainda, aos funcionários da Casa que prestaram apoio no nosso trabalho.

É o relatório.

Sala de Comissões, 10 de dezembro de 2014

Relator: Deputado Felipe Lucas	Suplente: Deputado Tercilio Turimi
Presidente: Deputado Ney Leprovost	Suplente: Deputado Duilio Genari
Titular: Deputado Gilson de Souza	Suplente: Pastor Edson Praczyk
Titular: Deputado Luiz Claudio Romanelli	Suplente: Waldyr Pugliesi
Titular: Deputado Osmar Bertoldi	Suplente: Pedro Lupion
Titular: Deputado Stephanes Junior	Suplente: Marla Tureck
Titular: Deputado Tadeu Veneri	Suplente: Luciana Rafagnin

123333/2014

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS 17ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Ans dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais. Sob a presidência do Deputado Nelson Garcia e havendo número legal, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 402/12, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Adelino Ribeiro, André Bueno e Nereia Moura - tem por finalidade instituir a Região Metropolitana de Cascavel e dá outras providências. Parecer favorável do Deputado Alexandre Khury - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavra a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, e por mim, Luciane Andretta, secretária desta Comissão.

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

LUCIANE ANDRETTA
Secretária

123335/2014



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



De: Diretoria Legislativa

Para: Secretaria Geral da Presidência

Assunto: Encaminhamento das recomendações da CPI da Saúde Psiquiátrica.

Através do presente, encaminhamos a Vossa Senhoria cópia do Relatório Final da CPI da Saúde Psiquiátrica, aprovado pela Resolução nº 24/14, publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 790, de 19/12/14, para que seja encaminhado para:

- Ministério da Saúde para que façam uma análise sobre a conveniência de manter da forma como está o valor dos repasses do SUS aos Municípios para a área de Psiquiatria, sendo que ficou constatado que os valores estão defasados diante do que se faz necessário, ou seja, recomenda-se aumento no valor dos repasses feitos e esta recomendação deve ser explicitada a Sra. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Saúde;
- Secretaria Estadual de Saúde do Paraná;
- Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba;
- Sociedade Paranaense de Psiquiatria, a Associação Médica do Paraná e ao Conselho Regional de Medicina para que tomem as providências que considerarem cabíveis;
- Defensoria Pública do Estado que nos casos em que exista omissão do Poder Governamental ou Estatal em relação a atendimentos, possa ingressar com ações na justiça para garantir tratamento digno e humanitário aos pacientes;
- Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado para que tome conhecimento e possa adotar medidas com o intuito de tratar os presos que tem transtornos mentais;
- Autoridades do área de saúde, sejam do âmbito Federal, Estadual ou Municipal que façam o diálogo e procurem elaborar imediatamente uma comissão multidisciplinar com o objetivo de melhorar o atendimento da saúde psiquiátrica em Curitiba;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



- Câmara Federal e ao Senado da República alterações na Legislação em vigor no País para que garantam nos casos em que houver vontade da família e do paciente o internamento na Rede Pública de Saúde, mesmo indo contra a política adotada atualmente pelo Governo Federal, ou seja, fazendo correções na Legislação vigente no País;
- Secretaria de Segurança Pública a formação de um grupo especial, dentro do Denarc, de combate ao crack inclusive com serviço de inteligência e infiltração para estabelecer o estancamento do tráfico desta substância altamente danosa a saúde física e mental de seus usuários em todo o Estado do Paraná;
- Polícia Federal um pedido de combate ao tráfico de crack nas fronteiras dos países que fazem divisa com o Estado do Paraná;
- Recomendar ao Governador do Estado a criação de um grupo multidisciplinar de prevenção, combate e tratamento dos dependentes do crack, que tenha foco no combate ao tráfico e tratamento dos dependentes, sendo formado pela elite da polícia civil e militar e com médicos, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, além de educadores;
- Prefeitura de Curitiba a reativação dos ambulatórios que trabalhavam em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Estadual de Saúde que intensifique as ações de prevenção ao crack;
- Secretaria Estadual de Educação a inclusão de aulas sobre a prevenção as drogas nas escolas públicas do Paraná;
- Prefeitura Municipal de Curitiba a reativação da Secretaria Antidrogas do Município, desde que o perfil da mesma seja altamente técnico;
- Comissão de Fiscalização da ALEP para que realize fiscalização permanente e semestral em relação a saúde mental no Estado e que seja aberta uma CPI da Saúde para investigar o problema de forma mais ampla e abrangente.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.


Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa

Dep. Luiz Cláudio Romanelli

Dep. Osmar Bertoldi

Dep. Stephanes Junior

Dep. Tadeu Veneri

Rose Mary Buffara de Camargo Vianna - Assessora da CPI

123332/2014

CPI DA SAÚDE PSIQUIÁTRICA

Relatório Final



2014

1. ÍNDICE

2. DO CONHECIMENTO DO FATO

3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

4. DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES

5. DA CONCLUSÃO

6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS

7. DOS AGRADECIMENTOS

Desde que entrou em vigor a Lei da Reforma Psiquiátrica - em 2001 - a capital paranaense perdeu mais de 56% dos leitos destinados a internar pessoas com transtornos psíquicos ou dependência química. O quadro torna-se ainda mais alarmante quando leva-se em consideração que mais de 5 mil pessoas esperam na fila só em Curitiba para receber tratamento psiquiátrico.

O presente relatório tem por finalidade cumprir a missão assumida pelos Deputados Estaduais integrantes desta CPI, consubstanciada no esclarecimento de supostas irregularidades no atendimento à Saúde Psiquiátrica no Estado do Paraná com denúncias de falta de leitos, fechamento de ambulatórios de saúde mental, rompimento das parcerias com clínicas privadas, desassistência aos dependentes de crack, falta de medicamentos para o tratamento, o fim da residência médica no Hospital Nossa Senhora da Luz e o abandono aos doentes mentais graves. Por isso, após a oitiva de depoimentos e de provas documentais, chegou-se às conclusões ora apresentadas.

3. DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Por iniciativa do Deputado Ney Leprevost e com o apoio de vinte e um Parlamentares (§ 3º do art. 62 da Constituição Estadual) foi apresentado requerimento objetivando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, protocolado sob o Requerimento nº 2154/14-DAP, de 19 de maio de 2014, e aprovado pelo Ato do Presidente nº 4/2014, de 20 de maio de 2014, publicado no DiOA nº 652 com prazo inicial de 120 (cento e vinte) dias prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, conforme Requerimento protocolado no dia 12 de agosto de 2014, na forma do art. 36, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

A CPI da Saúde Psiquiátrica foi formada por 7 membros com a composição indicada pelos Partidos e Blocos Parlamentares. No decorrer dos trabalhos houve substituição do Deputado Toninho Wandscheer pelo Deputado Tadeu Veneri. Abaixo segue atual composição:

Presidente: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Dailio Genari

Relator: Deputado Felipe Lucas

Suplente: Deputado Tercílio Turini

Membros Efetivos

Deputado Gilson de Souza

Suplente: Pastor Edson Praczyk

Deputado Luiz Cláudio Romanelli

Suplente: Waldyr Pugliesi

Deputado Osmar Bertoldi

Suplente: Pedro Lupron

Deputado Stephanes Junior

Suplente: Maria Tureck

Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Luciana Rafagnin

4. CRONOGRAMA DAS AÇÕES E ATAS

Devidamente instalada e estabelecidas as normas gerais de seu funcionamento a Comissão realizou 8 (oito) Reuniões Ordinárias e 1 (uma) Diligência, conforme cronograma que segue:

Dia 04 de junho de 2014 - 1ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

Na primeira reunião, cujo depoente foi o Dr. André Rotta, presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, tratou-se sobre numerosa fila de espera para internamento na Região Metropolitana de Curitiba e a consequente falta de leitos. Constatou-se, ainda, que mais de 5.000 pacientes aguardam por uma vaga.

Dia 18 de junho de 2014 - 2ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Heyde, responsável pela ala de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

2. DO CONHECIMENTO DO FATO

Na segunda reunião, falou o Dr. Marcelo Heyde, responsável pela área de psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Luz. O médico contou que o fechamento do Hospital em 2013 gerou um aumento na fila de espera e levou à extinção de 440 leitos psiquiátricos só na cidade de Curitiba. Desde então, o Governo Federal prometeu abrir novos leitos no Hospital Cajuru, mas até o presente momento isso não ocorreu. Heyde declarou, ainda, que estão disponíveis na rede pública somente dois medicamentos antidepressivos, impossibilitando um melhor resultado no tratamento de pacientes em surto.

Dia 01 de julho de 2014 - 3ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS do Piraquara.

Publicado no DiOA nº 687 de 14/7/2014

A terceira reunião abordou a situação do Hospital San Julian e o depoente foi o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara. Ele falou sobre a situação do hospital, porque não é mais utilizado pela prefeitura, também fez denúncia sobre a não utilização de leitos, mesmo existindo vagas e sua experiência junto aos CAPS de Piraquara.

Dia 15 de julho de 2014 - 4ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital San Julian e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara

Publicado no DiOA nº 719 de 27/8/2014

Na quarta reunião, o depoente foi o Dr. Ricardo Sbalqueiro, diretor clínico do Hospital e médico psiquiátrico do CAPS de Piraquara iniciou seu depoimento falando sobre a caótica situação da área de psiquiatria no Estado afirmando que a falta de investimentos no setor é um dos maiores entraves para resolver a situação atual e que essa falta de investimentos é uma política nacional.

Dia 12 de agosto de 2014 - 5ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Guilherme Gois, diretor da Clínica Ômega.

Publicado no DiOA nº 721 de 29/8/2014

Na quinta reunião, o Dr. Guilherme Gois, diretor da Clínica Ômega, demonstrou preocupação sobre uma informação do Ministério da Saúde que revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isto abrange cerca de 9%

da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que busca tratamento, reabilitação, reinserção social além da promoção da saúde mental para esta população em geral. Nesses ambulatoriais são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate este tipo de paciente.

Dia 21 de outubro de 2014 - 6ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria

Publicado no DiOA nº 757 de 30/10/2014

A sexta reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Presidente da Associação de Psiquiatria do Paraná, Dr. André Rotta Burkiewicz, que apresentou mais denúncias sobre a desassistência aos pacientes, entre elas a falta de infraestrutura dos CAPS (Centros de Atenção Psicossociais), onde médicos que não são especialistas estariam passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, péssimas condições sanitárias, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender surtos psicóticos; entre outras irregularidades.

Dia 28 de outubro de 2014 - 7ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dr. Marcelo Kimati Dias, Coordenador da Área de Saúde Mental da Prefeitura de Curitiba.

Publicado no DiOA nº 764 de 11/11/2014

A sétima reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente o Diretor do Departamento de Saúde Mental de Curitiba, Dr. Marcelo Kimati Dias, que se comprometeu a estreitar o diálogo com a classe médica e a sociedade e reconhecer que existem problemas na área, principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack na cidade. Afirmando, ainda, que o número desses dependentes é maior do que 15 mil e que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.

Dia 18 de novembro de 2014 - 8ª reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica

Depoente Dra. Márcia Huculak, Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

Publicado no DiOA nº 778 de 02/12/2014

A oitava reunião da CPI da Saúde Psiquiátrica teve como depoente a Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, Márcia Huculak, que rebateu as informações sobre a falta de repasses para a cidade dadas pelo diretor de Saúde Mental da

Prefeitura de Curitiba Dr. Marcelo Kimati e falou sobre as diversas ações desenvolvidas pelo órgão estadual para o setor. A superintendente lembrou, ainda, que a cidade de Curitiba deixou de receber este ano R\$2,8 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, mas a transferência não pode ser realizada porque o município não apresentou as devidas certidões negativas exigidas pela lei.

Dia 18 de novembro de 2014 a partir das 19h30 - Diligência da CPI da Saúde Psiquiátrica

Visita surpresa dos Deputados Ney Leprevost, Felipe Lucas e Gilson de Souza e pelo Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Dr. André Rotta, nas ruas próximas da Catedral Metropolitana de Curitiba e conversa com moradores e com a população de rua.

5. DA CONCLUSÃO

Da leitura dos elementos documentais que compõem o banco de dados gerado como resultado dos trabalhos da Comissão Parlamentar da Saúde Psiquiátrica, coletados durante a fase de inquérito, seguem as conclusões abaixo expostas objetivamente

a) exame de denúncias recebidas;

b) análise dos depoimentos.

Na saúde psiquiátrica existe uma ideologia que prega que os tratamentos dos doentes, mesmo os mais graves, devem ser feitos sem a necessidade de internamento. Tal procedimento é condenado pela maior parte da classe médica, principalmente pelos especialistas da área de psiquiatria. A única forma de se conseguir um tratamento humanizado e específico para cada uma das fases da doença é articulando tratamento em rede com profissionais qualificados com supervisão e visitas periódicas aos psiquiatras. Hoje os pacientes, pela Lei, devem contar com equipes multidisciplinares. Esta postura ideológica acaba sendo radicalizada e faz com que ocorram diversos erros como por exemplo permitir que pacientes em crise, surto ou dependentes de crack fiquem perambulando desassistidos pelas ruas. A falta de investimentos

no setor de psiquiatria é muito grave e vem de uma política nacional agravada nos últimos anos. O custo médio de um internamento é de R\$ 110,00 a diária, o Governo Federal repassa aos municípios o valor de apenas R\$ 33,95 para custear corpo clínico, médico, psiquiátrica, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, além dos cargos administrativos e a medicação. Outro dado importante do próprio Ministério da Saúde revela que foram feitos mais de cinco milhões de atendimentos em serviços ambulatoriais em todo Brasil. Isto abrange cerca de 9% da população, e portanto um serviço que tem uma importância muito grande, sendo que busca tratamento, reabilitação, reinserção social além da promoção da saúde mental para esta população em geral. Nesses

ambulatoriais são feitos atendimentos individuais, atendimentos em grupo, orientações aos familiares e todo tipo de situação que trate este tipo de paciente.

No Paraná existem 54 ambulatoriais, contemplando 17 cidades ou consórcios de municípios. Em Curitiba, capital do Estado e onde vivem cerca de dois milhões de pessoas, existem apenas três ambulatoriais. Até certo tempo atrás havia seis, ou seja, metade dos ambulatoriais da Capital fechou e isto causa grande preocupação. Segundo o próprio site do Ministério da Saúde, o ambulatório não consta mais na nova RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, que é a nova portaria, publicada em 2011. Porém, os profissionais que atuam na área, principalmente os profissionais da psiquiatria, percebem a importância que este serviço tem, até pela grande abrangência de atendimentos que realizam para esta população. A conclusão é que o fechamento de ambulatoriais é preocupante.

CURITIBA - A CPI também constatou que não existe diálogo entre a Sociedade Paranaense de Psiquiatria e a maior rede psiquiátrica do Estado que é a da Capital Paranaense coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. A Comissão recebeu informação que nos últimos anos foram fechados mais de 300 leitos psiquiátricos na Capital conforme depoimento do doutor André Rotta Burkiewicz, Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria. Além disso faltam CAPS em Curitiba e ambulatoriais, o que dificulta o tratamento de pacientes. Outra constatação importante da CPI é de que Curitiba deveria ter 1.700 leitos psiquiátricos, conforme recomenda a Organização Mundial da Saúde, o que não ocorre. Muitas clínicas estão fechando como Reintegrar e Elo que eram pertencentes ao Hospital Elio Roemberg, além disso constata-se que a fila de pessoas para consultar psiquiatras pela Rede Pública de Saúde está bastante longa com mais de 4.319 pessoas na espera. Outro grave problema constatado é sobre a falta de isolamento adequado para atender pacientes em surtos nas unidades da Capital do Estado. Causa também preocupação o fato de crianças e adolescentes com transtorno psiquiátricos serem atendidos na Capital do Estado junto com dependentes químicos. Foi relatado ainda sobre a desassistência aos pacientes em Curitiba, entre eles estão à falta de infraestrutura dos CAPS (Centros de Atenção Psicossociais), onde médicos que não

são especialistas estariam passando receitas sem ver os pacientes, casos de pacientes que são medicados sem a realização de exames, condições sanitárias inadequadas, falta de profissionais treinados (psicólogos, terapeutas ocupacionais) para atender surtos psicóticos. Também foi denunciado que faltam nos CAPS de Curitiba a presença de terapeutas, o que é obrigatório por lei. A CPI também tomou conhecimento que existem problemas principalmente quanto ao aumento dos usuários de crack em Curitiba e que o número desses dependentes é maior do que 15 mil, sendo que a Prefeitura prevê ações para minimizar os danos causados pelo problema.

De acordo com um dos relatos, foi informado para a CPI, que Curitiba deixou de receber este ano R\$ 2,8 milhões de recursos do Estado mediante convênio específico para a área, porque o



município não apresentou as devidas certidões negativas exigidas pela lei. Como Curitiba tem gestão plena na área, a Prefeitura é responsável pelo setor e por suas ações.

INTERIOR E REGIÃO METROPOLITANA - A CPI constatou ainda que em diversos municípios do interior do Estado não há sequer uma Coordenação de Saúde Mental nas Secretarias de Saúde Municipais vide o fato de diversos ofícios que foram expedidos para municípios do interior não terem sequer sido respondidos sendo que em muitos casos as Prefeituras não tinham nem mesmo um e-mail ou fax do Departamento de Saúde Psiquiátrica para que a Secretaria da CPI pudesse entrar em contato. Pior do que isso, a maioria das Prefeituras do Paraná sequer tem um Departamento de Saúde Psiquiátrica. Um outro lugar do Paraná onde o problema é grande é o município de Piraquara já que o Hospital San Juliano não está mais sendo utilizado pela Prefeitura e isso provocou uma queda de vagas na Região Metropolitana. Segundo relatou a CPI o Dr. Ricardo Stolte, o Hospital San Juliano é o único que atende pacientes jovens e segundo o doutor é o único com especialidade em tratamento na dependência química a adolescentes na Região Metropolitana de Curitiba. A Comissão fez um levantamento no interior do Estado e verificou que alguns municípios tem problemas para atender os pacientes. Em Centenario do Sul, por exemplo, um CAPS está em fase de implantação e atenderá também as cidades de Caldeira, Lupionópolis e Guaraci. No momento os atendimentos no município acontecem em um imóvel alugado e os médicos psiquiatras e psicólogos atendem também na Unidade de Saúde. Esse é um dos vários exemplos de como está a saúde psiquiátrica nos diversos pontos do Estado do Paraná.

Sequer as Unidades de Saúde Básica, conhecidas como UPAs, conseguem dar conta do grave problema que afeta os principais centros urbanos do País. A própria Central de Leitos orienta as pessoas a esperar pelo atendimento mesmo em casos graves, onde a atenção deveria ser imediata. Cabe relatar que existe uma central de leitos para atender a Capital e outra para atender o Estado. É necessário que a central de leitos reconheça a necessidade de internamento dos pacientes e encaminhe os pedidos para que sejam feitas as internações.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA - A CPI descobriu que 47% da população carcerária do País tem dependência química, 26% tem algum tipo de psicose, 16% tem depressão, 10% tem risco de cometer suicídio, ou seja, muitos criminosos são pessoas que tem problemas mentais

e que se fossem tratados poderiam não reincidir em atos violentos contra a sociedade. A única forma de garantir uma prevenção eficaz do problema, segundo pesquisa feita com população carcerária no Brasil, é realmente através de tratamento humanitário e muitas vezes com necessidade de internamento.

As ações da CPI da Saúde Psiquiátrica se pautaram em denúncias, na convocação de depoentes e na diligência ao Centro Histórico da capital paranaense para conversa com moradores da região, população de rua e viciados em crack, com o diagnóstico da situação atual da Saúde Psiquiátrica no Estado quanto as irregularidades, causas e demais fatores determinantes

6. RECOMENDAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS

A partir da aprovação deste relatório é que efetivamente iniciará a real e constante fiscalização da gestão pública.

- Encaminhamento do relatório ao Ministério da Saúde para que façam uma análise sobre a conveniência de manter da forma como está o valor dos repasses do SUS aos Municípios para a área de Psiquiatria, sendo que ficou constatado que os valores estão defasados diante do que se faz necessário, ou seja, recomenda-se aumento no valor dos repasses feitos e esta recomendação deve ser explicitada a Sra. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Saúde;
- Encaminhamento do relatório a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná;
- Encaminhamento do relatório a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba;
- Encaminhamento do relatório completo a Sociedade Paranaense de Psiquiatria, a Associação Médica do Paraná e ao Conselho Regional de Medicina para que tomem as providências que considerarem cabíveis;
- Recomendar a Defensoria Pública do Estado que nos casos em que exista omissão do Poder Governamental ou Estatal em relação a atendimentos, possa ingressar com ações na justiça para garantir tratamento digno e humanitário aos pacientes.
- Encaminhamento do relatório a Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado para que tome conhecimento e possa adotar medidas com o intuito de tratar os presos que tem transtornos mentais;
- Recomendar a todas as autoridades do área de saúde, sejam do âmbito Federal, Estadual ou Municipal que façam o diálogo e procurem elaborar imediatamente uma

comissão multidisciplinar com o objetivo de melhorar o atendimento da saúde psiquiátrica em Curitiba;

- Recomendar a Câmara Federal e ao Senado da República alterações na Legislação em vigor no País para que garantam nos casos em que houver vontade da família e do paciente o internamento na Rede Pública de Saúde, mesmo indo contra a política adotada atualmente pelo Governo Federal, ou seja, fazendo correções na Legislação vigente no País;
- Recomendar a Secretaria de Segurança Pública a formação de um grupo especial, dentro do Denarc, de combate ao crack inclusive com serviço de inteligência e infiltração para estabelecer o estancamento do tráfico desta substância altamente danosa a saúde física e mental de seus usuários em todo o Estado do Paraná;

- Encaminhar a Polícia Federal um pedido de combate ao tráfico de crack nas fronteiras dos países que fazem divisa com o Estado do Paraná;
- Recomendar ao governador do Estado a criação de um grupo multidisciplinar de prevenção, combate e tratamento dos dependentes do crack, que tenha foco no combate ao tráfico e tratamento dos dependentes, sendo formado pela elite da polícia civil e militar e com médicos, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, além de educadores;
- Recomendar a Prefeitura de Curitiba a reativação dos ambulatórios que trabalhavam em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde;
- Recomendar a Secretaria Estadual de Saúde que intensifique as ações de prevenção ao crack;
- Recomendar a Secretaria Estadual de Educação a inclusão de aulas sobre a prevenção as drogas nas escolas públicas do Paraná;
- Recomendar a Prefeitura Municipal de Curitiba a reativação da Secretaria Antidrogas do Município, desde que o perfil da mesma seja altamente técnico;
- Recomendar que a Assembleia Legislativa do Paraná realize fiscalização permanente e semestral em relação a saúde mental no Estado e que seja aberta uma CPI da Saúde para investigar o problema de forma mais ampla e abrangente.

7. DOS AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos mais profundos agradecimentos a todos os membros da CPI que participaram com dedicação de todos os trabalhos, debates, audiências e diligências.

contribuindo imensamente, com suas vivências e opiniões, para a confecção mais real do quadro das possíveis irregularidades na saúde psiquiátrica no âmbito do Estado do Paraná.

A todos os nossos convidados e às pessoas, organizações e instituições que colaboraram, encaminhando documentos, dados, informações, depoimentos, no intuito de enriquecer o perfil que traçamos, possibilitando que ele se aproximasse mais da realidade, nosso reconhecimento.

Agradecemos, ainda, aos funcionários da Casa que prestaram apoio ao nosso trabalho.

E o relatório.

Sala de Comissões, 10 de dezembro de 2014

Relator: Deputado Felipe Lucas

Suplente: Deputado Tercilio Turini

Presidente: Deputado Ney Leprevost

Suplente: Deputado Duílio Genari

Titular: Deputado Gilson de Souza

Suplente: Pastor Edson Praczyk

Titular: Deputado Luiz Claudio Romanelli

Suplente: Waldyr Pugliesi

Titular: Deputado Osimar Bertoldi

Suplente: Pedro Lupion

Titular: Deputado Stephanes Junior

Suplente: Marla Tureck

Titular: Deputado Tadeu Veneri

Suplente: Luciana Rafaginin

123333/2014

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS 17ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais. Sob a presidência do Deputado Nelson Garcia e havendo número legal, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 402/12, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Adelfino Ribeiro, André Bueno e Nereu Moera - tem por finalidade instituir a Região Metropolitana de Cascavel e dá outras providências. Parecer favorável do Deputado Alexandre Khury - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, e por mim, Luciane Andretta, secretária desta Comissão

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

LUCIANE ANDRETTA
Secretária

123335/2014